

INOVAÇÃO  
CONHECIMENTO  
E TECNOLOGIA

DE 19 A 21  
DE JULHO

# XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL

31 ANOS  
FURI | SÃO LUIZ  
GONZAGA



# XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL

- INOVAÇÃO  
CONHECIMENTO  
E TECNOLOGIA

31 ANOS  
FURI | SÃO LUIZ  
GONZAGA





# ANAIS

**XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL: INOVAÇÃO, CONHECIMENTO  
E TECNOLOGIA**

(18 a 21 de julho de 2023)

**SÃO LUIZ GONZAGA**

**2023**

**Direção Geral**

Renata Barth Machado

***Comissão Organizadora***

Alceu de Oliveira Lopes

Ana Luci Santos da Silva

Bruna Avila Wiethan

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Jean Lucas Poppe

Juliana Bedin Barcelos

Luciane Oliveira

Marzane Bolzan de Oliveira

Ronaldo Quadros

## XVII - COLÓQUIO INTERNACIONAL: INOVAÇÃO, CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

**O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).**

**Permitida a reprodução, desde que citada a fonte**

Organização: Comissão Organizadora do evento

Editoração/Diagramação: URI – São Luiz Gonzaga

Revisão: Autores

Capa: (Assessoria de Marketing, Comunicação e Eventos /URI)

A535 Anais do XVII Colóquio Internacional: Inovação, Conhecimento E Tecnologia (18 a 21 de julho de 2023)

Anais do XVII Colóquio Internacional: Inovação, Conhecimento E Tecnologia – Revisão: Autores.

Capa: (Assessoria de Marketing, Comunicação e Eventos /URI). São Luiz Gonzaga, RS:

Editoração/Diagramação: URI – São Luiz Gonzaga, 2023.

1 recurso online

1. Iniciação científica 2. Pesquisa científica I. XVII Colóquio Internacional: Inovação, Conhecimento E Tecnologia. II. Título.

C.D.U.: 001.891(063)

Catálogo na fonte: Bibliotecária Karen Avila CRB 10/2223.



## SUMÁRIO

ARTIGOS.....	7
GT I – ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS: GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO.....	8
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: REFLEXÕES SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.....	9
GT II – DIREITO: O DIREITO E A CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO E DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE.....	22
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL .....	23
INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO DE ESPECTRO DE AUTISMO .....	31
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL: A LEI 11.340/06 E AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	38
GASLIGHTING, MANSPLAINING E MANTERRUPTING ENQUANTO FORMAS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER .....	45
“REFUGIADOS NÃO, IMIGRANTES!” – REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE A PARTIR DE HANNAH ARENDT SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS .....	53
GT III – SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA .....	61
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ACOMPANHAMENTO DAS PRÁTICAS ADOTADAS EM UMA EQUIPE DE FUTSAL.....	62
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NO HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA- RELATO DE EXPERIÊNCIA .....	73
BENEFÍCIOS DA EQUOTERAPIA EM CRIANÇAS AUTISTAS - RELATO DE EXPERIÊNCIA .....	79
COMO A EQUOTERAPIA AUXILIA NO TRANSTORNO DE ASPECTO AUTISTA: RELATO DE CASO .....	83
IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA EM PACIENTES COM DISFUNÇÕES NEUROLÓGICAS - RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	86
PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DA HIDROTERAPIA PARA LOMBALGIA CRÔNICA.	91
ANÁLISE COMPARATIVA DOS BENEFÍCIOS DAS ÓRTESES PARA OS MEMBROS INFERIORES .....	98



<b>ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA DOR E DESCONFORTO MUSCULAR EM ATLETA DE FUTEBOL DE SALÃO.....</b>	<b>105</b>
<b>ÓRTESES PARA MEMBROS SUPERIORES: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>110</b>
<b>ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE LESÕES DO FUTSAL .....</b>	<b>120</b>
<b>A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE OSTEOARTROSE – RELATO DE EXPERIÊNCIA .....</b>	<b>128</b>
<b>FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NO TRATAMENTO DA PNEUMONIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA.....</b>	<b>132</b>
<b>GINÁSTICA INFANTIL EM SÃO LUIZ GONZAGA.....</b>	<b>137</b>
<b>ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM IDOSOS COM PNEUMONIA HOSPITALIZADOS NO HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA - RELATO DE EXPERIÊNCIA .....</b>	<b>143</b>
<b>A CONTRIBUIÇÃO DA FISIOTERAPIA NA REABILITAÇÃO DO PACIENTE PORTADOR DA SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ – RELATO DE EXPERIÊNCIA .....</b>	<b>148</b>
<b>RESUMOS .....</b>	<b>153</b>
<b>GT I – ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS: GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO.....</b>	<b>154</b>
<b>REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>155</b>
<b>GT II – DIREITO: O DIREITO E A CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO E DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE.....</b>	<b>156</b>
<b>A (DES)CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL E O DIREITO À VIDA ....</b>	<b>157</b>
<b>ATIVISMO JUDICIAL BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA .....</b>	<b>159</b>
<b>CRIMES CIBERNÉTICOS .....</b>	<b>160</b>
<b>O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E A EXECUÇÃO DA PENA: A ADPF 347 E O RECONHECIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO EM CRISE .....</b>	<b>161</b>
<b>FREUD E BAUMAN: AS CONEXÕES ENTRE A MENTE HUMANA E A LIQUIDEZ DAS SOCIEDADES .....</b>	<b>162</b>
<b>FREUD E JAKOBS: A MENTE HUMANA E O DIREITO PENAL DO INIMIGO ....</b>	<b>163</b>



GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO E ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	164
OLYMPE DE GOUGES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS.....	165
PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NOS PROCESSOS DISCIPLINARES DO EXÉRCITO.....	166
O PROTAGONISMO FEMININO NO JUDICIÁRIO E A TRAJETÓRIA DA JUÍZA SÃO-LUIZENSE THEREZA GRISÓLIA TANG .....	167
CONHECER PARA VALORIZAR: O QUE TEMOS A APRENDER COM OS QUATRO TRONCOS MISSIONEIROS?.....	168
É POSSÍVEL RESSOCIALIZAR? EDUCAÇÃO E TRABALHO ENQUANTO ALTERNATIVAS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO .....	169
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UM OLHAR VOLTADO PARA A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA .....	170
GT III – SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA .....	171
BENEFÍCIOS DA FISIOTERAPIA EM PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA IDOSOS ISNTITUCIONALIZADOS .....	172

# ARTIGOS

**GT I – Administração e Ciências Contábeis: Gestão  
administrativa e contábil, empreendedorismo e  
inovação**



## EDUCAÇÃO FINANCEIRA: REFLEXÕES SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Thiago Oliveira Moraes<sup>1</sup>; Luciane de Oliveira<sup>2</sup>; Bruna Lauer Schwarzer<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. GT 1. Administração. PIIC/URI. morais-thiago@outlook.com.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. GT 1. Administração. profluciane@saoluiz.uri.edu.br

<sup>3</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. GT 1. Administração. Brunalauer7@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho buscou analisar como a educação financeira e outros temas relacionados ao dinheiro são percebidos por alunos dos primeiros anos do ensino médio em São Luiz Gonzaga/RS, uma vez que o desenvolvimento de uma cultura mais responsável em relação ao consumo e às finanças pessoais passa, principalmente, pela conscientização de crianças e adolescentes. A pesquisa mostrou que, mesmo havendo certa maturidade dos jovens em relação a determinados temas financeiros, eles ainda carecem de conhecimento e incentivo para que possam lidar com o dinheiro de uma forma mais responsável, especialmente quando o foco é o longo prazo. Dessa forma, a pesquisa demonstrou que, mesmo o tema ganhando relevância nos últimos anos e tendo sido gradativamente inserido nos currículos escolares, a tarefa de ensinar educação financeira às futuras gerações não deve ficar restrita à escola, devendo ser papel também dos pais e da sociedade, pois é de interesse de todos que melhores hábitos de consumo sejam disseminados.

**Palavras-chave:** Educação financeira; Finanças pessoais; Endividamento.

### Introdução

O endividamento, dentro do contexto socioeconômico do país, representa um tema de extrema importância e passível de investigações cada vez mais profundas. Nesse sentido, o maior impacto da má gestão financeira se dá nas populações mais vulneráveis, cuja existência é consequência de um país onde a matriz produtiva é predominantemente subdesenvolvida. No entanto, como as mudanças necessárias para reverter esse quadro passam por um rompimento cultural nos hábitos de consumo, tem-se na educação dos jovens, especialmente no que diz respeito ao controle orçamentário das famílias, a principal alternativa para abordar esse problema.

Com isso, a presente pesquisa buscou analisar a influência da educação financeira e a percepção de questões relacionadas ao dinheiro junto a alunos dos primeiros anos do Ensino Médio de duas escolas públicas estaduais de Ensino Médio, situadas no município de São Luiz Gonzaga/RS, por meio de uma pesquisa descritiva quantitativa. A pesquisa procurou abordar desde temas como a importância do aprendizado e o conhecimento de temas de natureza financeira até questões como hábitos de consumo dos próprios jovens e também de seus grupos familiares.

A pesquisa se deu principalmente em função da relevância que o tema tem para a construção da saúde financeira de indivíduos e grupos familiares. Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgados pelo portal do Fecomércio RS, 90,6% das famílias gaúchas encontravam-se endividadas em fevereiro de 2023



(FECOMERCIO, 2023). Desse modo, e diante de um cenário onde a maioria das famílias vive com um orçamento limitado, com muitas inclusive gastando mais do que arrecadam, tem-se na educação financeira uma alternativa viável para construir um futuro orientado por melhores decisões de consumo.

Assim, a pesquisa tem por objetivo avaliar a influência da educação financeira junto aos alunos, visto não apenas a importância que a literatura atribui a esse tema quando inserido ainda cedo na vida das pessoas, mas também pela urgente necessidade de se construir uma sociedade mais responsável e consciente.

## Metodologia

O presente trabalho aborda, em um primeiro momento, aspectos da literatura relevantes ao tema tratado, no intuito de construir uma base que justifique a pesquisa realizada. A seguir, é descrita a metodologia utilizada na pesquisa e, posteriormente, são apresentados e comentados os resultados obtidos.

## A economia brasileira e os reflexos da inflação no planejamento financeiro

O Brasil, por sua matriz produtiva, é um país subdesenvolvido. De acordo com Pereira (1998), apesar do país apresentar um setor industrial moderno (ou capitalista industrial) de alta produtividade, este é incapaz de incorporar de forma abrangente a abundante (e improdutivo) força de trabalho existente no setor mercantil, que ainda possui fortes traços pré-capitalistas. O resultado desse dualismo é uma baixa produtividade por trabalhador, o que caracteriza um cenário de subdesenvolvimento e dependência econômica.

Nesse contexto, Pereira (1998) também destaca que, além de apresentar problemas característicos como pobreza, fome e baixa qualificação profissional, o subdesenvolvimento brasileiro também é responsável pela desigualdade socioeconômica observada país afora. Se por um lado o modelo de produção dominante permite que uma pequena parcela da sociedade desfrute de um padrão de vida alto, por outro faz com que um grande contingente populacional viva em condições subumanas e seja historicamente excluído da participação nas ordens econômica, política e social (XAVIER, 1990).

Assim, tem-se um cenário socioeconômico onde boa parte dos brasileiros vive com uma renda limitada. Segundo pesquisa realizada pelo Índice de Saúde Financeira do Brasileiro, apenas 21,9% dos entrevistados são capazes de arcar com imprevistos financeiros sem que seu padrão de vida seja prejudicado (FEBRABAN, 2021). Além do consumismo predominante no sistema capitalista de produção, a falta de planejamento financeiro a longo prazo também é consequência de uma cultura alheia à poupança, uma herança do período de transição econômica da primeira metade dos anos 90, onde poupar era inviável frente à alta inflação da época. (RADOPOULOS, 2015).

A inflação, atribuída anteriormente a um desencorajamento do ato de poupar dinheiro, representa, segundo o Banco Central do Brasil (2021), a redução do poder de compra da moeda frente ao aumento de preços de bens e serviços. Em outras palavras, é a valorização de preços ao longo do tempo, ocasionada pelo aumento de moeda em circulação em relação ao crescimento da renda real em um determinado período. Pereira (1998) cita que uma situação dessa natureza ocorre, por exemplo, quando um Governo, tido aqui como o principal responsável pelo bem-estar comunitário, se vê obrigado a aumentar despesas sociais sem que



ocorra um aumento nas suas receitas (impostos, por exemplo), caracterizando assim um cenário de déficit orçamentário a ser coberto pela emissão de moeda.

Como a inflação é determinada por índices como o IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, e o IGP-M, Índice Geral de Preços do Mercado, também é possível dizer que ela é a variação do preço de alguns itens de uma lista de produtos ao longo do mês, pois é calculada a partir de produtos como banana, arroz, tomate, entre outros. Assim, essa definição permite relacionar a inflação diretamente ao consumo, admitindo que se avalie a perda ou ganho de poder de compra pela comparação direta entre IPCA e salário. Ou seja, se a variação do salário for menor que o IPCA no período, então houve perda do poder de compra, pois os preços subiram, proporcionalmente, mais que a renda (IBGE, 2021).

Essa contextualização permite, entre outros aspectos, compreender de onde surge a dificuldade que o brasileiro tem em estabelecer planos financeiros a longo prazo, uma vez que muitos vivenciaram o cenário de reformas econômicas do início da década de 90, que chegou a registrar inflação anual de 2700% (PEREIRA, 1998). De acordo com Radopoulos (2015), a instabilidade econômica da época criava um cenário de incertezas, induzindo uma cultura de consumo imediato e sem planejamento devido à variação diária dos preços. Posteriormente, mesmo com a inflação estabilizada e o crédito sendo aos poucos introduzido na economia, o comportamento do brasileiro em relação ao consumo não mudou, permanecendo os hábitos de não adiamento do consumo.

### **Educação financeira e previdência: necessidade para o futuro**

A educação financeira se faz necessária na medida em que as escolhas feitas hoje são tidas como trocas intertemporais, ou seja, aquilo que é comprado no presente tem impacto direto no futuro. No entanto, para que o indivíduo não se torne constante refém desse processo decisório, ele pode alinhar seus desejos a longo prazo de antemão, facilitando assim escolhas dessa natureza no futuro. O site Escola Virtual.Gov (2021) traz a diferença entre sonhos e projetos, de forma que cada um contribui de forma distinta para a realização de desejos a longo prazo. Enquanto os sonhos são os anseios, as ideias ou os objetivos propriamente ditos que se deseja alcançar, os projetos são as etapas necessárias para se alcançar um sonho, e são facilitadas na medida em que podem ser avaliados por indicadores e possuem tempo e orçamento pré-definidos.

Contudo, independente dos sonhos e objetivos, todo planejamento financeiro se inicia pela garantia de uma reserva de emergência, isto é, um patrimônio financeiro referente ao consumo total da pessoa (ou família) durante um determinado período de tempo. Cerbasi (2015) se refere a esse valor como Patrimônio Mínimo de Sobrevivência (PMS), e sugere uma poupança mínima equivalente a seis meses de consumo. Para o autor, tal economia garante não apenas a manutenção do padrão de vida em caso de desemprego, mas também estabelece uma reserva para cobrir despesas inesperadas. Ainda segundo Cerbasi (2015), além de se fazer necessária a definição de prioridades para a elaboração de um PMS, a pessoa deve ter em mente o padrão de vida que se espera ter, pois o endividamento surge justamente da satisfação de hábitos de consumo financeiramente insustentáveis.

Tais hábitos de consumo, por sua vez, têm início ainda na infância, sendo influenciados na criança diretamente por influência dos pais. Para D'Aquino e Maldonado (2012), é o posicionamento dos pais, como estímulos ou restrições, que irá determinar se o filho terá ou não equilíbrio financeiro na vida adulta. Nesse sentido, Cerbasi (2015) também reitera a importância do papel dos pais na formação dos filhos, especialmente na relação que estes terão



com o consumo. Para o especialista em finanças, é preciso ter cuidado para que o vínculo entre pais e filhos não seja influenciado por hábitos de consumo, onde os conflitos passam a ser mediados através de presentes ou agrados.

Em contrapartida, a compreensão do caráter intertemporal da educação financeira e seu impacto nas finanças ao longo prazo se mostra ainda mais necessária diante de uma constatação preocupante: a mudança demográfica causada pelo envelhecimento da população coloca em risco a sustentabilidade da previdência social. Em todo o planeta, uma em cada onze pessoas já está com 65 anos ou mais. Na América Latina, a população dessa faixa etária cresceu, do período de 1990 até 2019, de 5% para 9% (FORMOSA e SHANKARDASS, 2023). Mas se por um lado o envelhecimento da população evidencia o progresso da civilização, principalmente em relação aos avanços da medicina e da melhoria nas políticas públicas de saúde, de outro levanta questionamentos quanto à capacidade de governos ao redor do mundo em garantir segurança financeira para a população idosa.

No Brasil, entretanto, esse cenário se agrava em função do rombo existente no orçamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o sistema público responsável pelo pagamento das aposentadorias no país. Para Silva e Costa (2016), a Previdência Social brasileira surgiu da necessidade de socializar os custos do trabalho, a fim de diminuir as desigualdades oriundas do modelo capitalista de produção. Contudo, devido ao descumprimento da legislação, desvios de recursos e perda de reservas financeiras, o sistema previdenciário esgotou-se, caracterizando um cenário de vulnerabilidade e sensível às transformações socioeconômicas (SILVA E COSTA, 2016). Em consequência disso, a mudança demográfica gera incertezas em relação ao futuro, já que, segundo Martello (2023), o déficit do INSS tende a aumentar nas próximas décadas, podendo chegar, em 2060, a R\$3,3 trilhões, o equivalente a 5,9% do Produto Interno Bruto.

### **Educação financeira nas escolas**

Evidencia-se então, em decorrência do que foi abordado até o momento, a importância de abordar a relação com o dinheiro o quanto antes. Seja para combater o consumismo desenfreado, possibilitar a realização de sonhos e projetos de vida ou para garantir uma aposentadoria digna, a educação financeira surge como um dos principais fatores que possibilitam essas conquistas. Para Souza (2012), no entanto, para que a educação financeira possa influenciar positivamente a vida do indivíduo, esse aprendizado deve ser iniciado ainda na juventude, pois é um processo longo e envolve, entre outras coisas, uma mudança cultural nas relações de consumo.

Assim, como a escola compreende não apenas um local de aprendizado, mas também um espaço de formação cidadã, fica clara a importância que assuntos de natureza financeira assumem na formação de pessoas mais conscientes em relação ao dinheiro (BRASIL, 2021). Nesse sentido, instituiu-se, em 2010, pelo Decreto de Lei no 7.397, a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF. Contudo, o mesmo foi revogado pelo Decreto no 10.393, de 2020, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Entre os objetivos dessa estratégia, está a promoção da educação financeira, securitária e previdenciária, além de ações de boas práticas e a integração de órgãos e entidades interessadas.

Tais estratégias, em contrapartida, representam apenas uma parte do desafio de inserir a educação financeira nos currículos escolares. Outras iniciativas do Governo Federal como o Programa Educação Financeira na Escola, que surgiu através do Acordo de Cooperação Técnica



entre o Ministério da Educação e Cultura e a Comissão de Valores Mobiliários, e o Programa Aprender Valor, iniciativa do Banco Central, também visam disseminar o ensino da educação financeira no país, promovendo a formação continuada de professores, além da capacitação técnica e apoio pedagógico aos docentes. Entre as metas do Programa Educação Financeira na Escola, por exemplo, está a capacitação de 500 mil professores até 2025.

Com isso, o Ministério da Educação incluiu na Base Nacional Comum Curricular, que é a definição do conjunto de aprendizagens essenciais que todo estudante da educação básica deve receber, o tema educação financeira. Essa inclusão, por sua vez, permite que o tema seja abordado dentro das diferentes áreas do conhecimento tratadas em sala de aula. Assim, assuntos como juros, inflação e aplicações financeiras são levados até crianças e adolescentes, favorecendo a compreensão da renda e do dinheiro em relação ao consumo, trabalho e condições sociais (BNCC, 2021).

### **Métodos de pesquisa**

O presente trabalho fundamentou-se em uma pesquisa descritiva quantitativa, uma vez que, segundo Gil (2017), foram estudadas as características, opiniões e atitudes de um determinado grupo de pessoas. Dessa forma, foram levantados os dados socioeconômicos de 82 alunos do primeiro ano do ensino médio de duas escolas públicas de São Luiz Gonzaga/RS, juntamente com suas crenças e opiniões sobre o tema Educação Financeira dentro do contexto econômico real ao qual estão inseridos. Foram escolhidos estudantes desse período em função do maior engajamento destes junto às atividades propostas em sala de aula.

Como procedimento da pesquisa, foi realizado um levantamento, uma vez que buscou-se conhecer o comportamento de um grupo através de interrogação direta (GIL, 2017). Assim, os dados foram coletados presencialmente através da aplicação de um questionário elaborado na plataforma digital Google Forms, que foi enviado para cada aluno, o que garantiu apenas uma resposta para cada acesso. Os questionamentos buscaram descobrir a percepção dos jovens sobre a educação financeira. Além disso, também foram incluídas perguntas a respeito do conhecimento dos alunos sobre planejamento financeiro pessoal, prioridades de consumo e interesse em relação ao tema. A análise dos resultados se deu por meio dos gráficos gerados pela plataforma.

Como a pesquisa envolveu pessoas, a mesma foi encaminhada para o Comitê de Ética da universidade, tendo sido aprovada conforme número do parecer 5.319.681.

Além do mais, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória, pois buscou-se aprimorar o conhecimento acerca do assunto e elucidar aspectos relativos ao tema estudado. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2017), deu-se em função da busca de fundamentação teórica em materiais publicados anteriormente e cujas fontes estão eticamente comprometidas com os temas abordados.

### **Resultados e Discussão**

A população pesquisada foi de 156 alunos, onde, como amostra, foi possível coletar 82 questionários respondidos. Todos participaram mediante a apresentação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais ou responsáveis.



Tabela 1 - Perfil dos gastos através das variáveis renda mensal do grupo familiar, cartão de crédito, gastos e controle das contas

Variáveis	Alternativas	Respostas (%)
1.Você sabe qual é a renda do seu grupo familiar?	Sim	68,3
	Não	31,7
1.2.Em qual das alternativas abaixo a renda familiar se encaixa?	Até R\$ 1.212,00	11
	De R\$1.212,01 à R\$ 2.424,00	14,6
	De R\$ 2.424,01 à R\$ 3.636,00	11
	De R\$ 3.636,01 à R\$ 6.060,00	9,8
	De R\$ 6.060,01 à R\$ 12.120,00	20,7
	Acima de R\$ 12.120,01	2,4
	Não sei a renda da minha família	30,5
2.Você recebe mesada?	Sim e controlo o meu dinheiro	28
	Sim e gasto tudo assim que recebo	2,5
	Não recebo mesada	69,5
3. Você participa de discussões sobre os projetos de aquisições de bens ou serviços da sua família envolvendo dinheiro?	Sim	40,2
	Não	59,8
4.Sua família utiliza cartão de crédito para efetuar compras e/ou pagamentos?	Sim	76,8
	Não	14,6
	Não sei responder	8,6
5.Com relação aos gastos da sua família, você diria que:	Gastam mais do que ganham	13,4
	Gastam igual ao que ganham	32,9
	Gastam menos do que ganham	31,7
	Não sei responder	22
8.Com relação aos hábitos financeiros da sua família, vocês costumam pagar contas com atraso?	Sempre	4,9
	Quase sempre	15,9
	Quase nunca	50
	Nunca	23,1
	Não sei responder	6,1

Fonte: Dados da pesquisa

Em um primeiro momento, os jovens foram questionados sobre o seu conhecimento em relação à renda do grupo familiar em que vivem. Percebeu-se que 68,3% estão cientes da renda familiar. Ou seja, ao ponto que se tem um cenário onde a maioria dos jovens possui conhecimento da situação financeira da família, 1/3 ainda desconhece a receita do grupo onde vive. Essa constatação possui ainda mais relevância quando se percebe que o conhecimento da renda familiar representa a base do planejamento financeiro. Cerbasi (2018) comenta que há um pensamento enraizado na população em que o tema "dinheiro" é assunto de adultos,



impedindo assim que jovens desenvolvam uma relação mais consciente com as finanças pessoais.

Para autores como Cerbasí (2018), a aplicação de mesada pode ser uma forma de inserir a educação financeira na vida de crianças e adolescentes, criando uma relação mais responsável com o orçamento doméstico. Nesse sentido, o questionário buscou descobrir a porcentagem dos entrevistados que recebem mesada. Como resultado, 69,5% afirmaram não receber mesada. Contudo, aos que afirmaram receber mesada foi perguntado se estes têm algum tipo de controle do dinheiro que recebem, onde 30,5% daqueles que afirmaram receber mesada, 28% avaliaram gerir os valores que recebem dos pais.

A pesquisa também apontou que 59,8% não participam ativamente das decisões de consumo do grupo familiar. Como consequência, o afastamento dos jovens do processo aquisição de bens e serviços acaba prejudicando a relação destes com o dinheiro, principalmente ao considerar que em poucos anos atingirão a maioridade. Para Brutes e Seibert (2014), esse processo pode ser facilitado pelo contato ainda cedo com assuntos financeiros, fazendo com que esses jovens cheguem na idade adulta tendo uma relação mais responsável e amistosa com o dinheiro.

Outro ponto levantado pela pesquisa foi a utilização do cartão de crédito. Verificou-se que 76,8% dos respondentes afirmaram que o grupo familiar se utiliza do cartão de crédito. Apesar do cartão de crédito oferecer vantagens quando utilizado de maneira planejada, recorrer ao crédito do mercado financeiro de forma irresponsável ou para pagar dívidas é um caminho quase certo ao endividamento. As questões seguintes, por sua vez, abordaram diretamente esse ponto ao questionar sobre a diferença entre receitas e despesas no orçamento familiar e a porcentagem de contas pagas com atraso. Identificou-se que 13,4% do grupo familiar gasta mais do que recebe, levantando a possibilidade que as famílias destes alunos estejam recorrendo ao crédito para conseguir manter-se solvente. Por outro lado, 20,73% afirmaram que a família paga contas com atraso. Ou seja, a análise destes dois últimos dados reforça a ideia de que os juros abusivos e a falta de planejamento podem estar por trás das dificuldades financeiras dessas famílias.

Tabela 2 - Estatística descritiva da escala de Educação Financeira

Variáveis	Respostas (%)				
	1	2	3	4	5
6.Com relação aos hábitos financeiros da sua família, vocês anotam e controlam os gastos pessoais (ex: caderno de anotações financeiras, planilhas, etc..)	20,8	25,6	25,6	13,4	14,6
7.Com relação aos hábitos financeiros da sua família, vocês estabelecem metas financeiras que influenciam na administração das finanças? (ex. Poupar uma quantia em 1 ano, sair do cheque especial em 3 meses, etc)?	14,6	26,9	22	8,5	28
9.Com relação aos hábitos financeiros da sua família, vocês conferem a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas?	31,7	22	7,3	13,4	25,6
10.Com relação aos hábitos financeiros da sua família. Em geral, vocês comparam preços antes de realizar uma compra?	50	34,1	6,2	2,4	7,3
11.Com relação aos hábitos financeiros da sua família, vocês realizam compras por impulso?	4,9	7,3	61	20,7	6,1

Fonte: Dados da pesquisa



A seguir, a pesquisa avaliou o conhecimento dos jovens em relação à educação financeira. Aqui, buscou-se conhecer os hábitos financeiros da família e foi utilizada a escala de Likert formada por 5 pontos (1 = Sempre; 2 = Quase sempre; 3 = Quase nunca; 4 = Nunca; 5 = Não sei responder). Nesta seção, vale destacar o baixo percentual de famílias (20,8%) que possuem controle financeiro, evidenciando um cenário onde a maioria não possui o hábito rotineiro de gerenciar o orçamento doméstico. A pergunta seguinte, sobre a adoção de metas financeiras, evidencia não apenas o afastamento dos jovens da participação nas decisões da família sobre dinheiro (28% não soube responder), mas também a não adoção de metas financeiras para o futuro, o que traz à tona a importância de se levar o tema educação financeira para dentro do ambiente familiar.

Em contrapartida, nas respostas seguintes percebe-se uma tendência positiva em relação aos hábitos familiares. No questionamento sobre a comparação de preços, 84,1% dos respondentes afirmaram que a família compara preços de forma recorrente. Além do mais, 81,7% responderam que a família não faz compras por impulso. Esse último dado, no entanto, carece de detalhamento, uma vez que, em questionamento anterior, 59,8% dos jovens julgaram não participar das decisões de consumo da família. Compreende-se então que muitos possam ter respondido no sentido de negar as compras por impulso por parecer a opção mais adequada.

Tabela 3 - Estatística descritiva da escala de Percepção de Risco

Variáveis	Respostas (%)			
	1	2	3	4
12.Ser avalista de alguém (assumir o pagamento de uma dívida que alguém fez, caso essa pessoa não realize o pagamento)	15,9	17	30,5	36,6
13.Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências	8,5	12,2	12,2	67,1
14.Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal	14,6	13,4	30,5	41,5

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir, foi avaliada a percepção de risco que os alunos possuem dentro de seus conhecimentos atuais, sendo utilizada uma seção com três perguntas e quatro possibilidades de resposta: 1 = Nenhum risco; 2 = Pouco risco; 3 = Risco Moderado e 4 = Muito risco. Em relação a estas questões, destaca-se o percentual de jovens que atribuem risco considerável aos hábitos compulsivos de consumo. Essa constatação, além de demonstrar um grau elevado de consciência em relação ao risco em questão, também ajuda a embasar a resposta anterior a respeito das compras por impulso pelo grupo familiar, onde mesmo não participando das decisões de compra, os jovens afirmaram saber das tendências de consumo da família.



Tabela 4 - Estatística descritiva da escala de Emoções

Variáveis	Respostas (%)				
	1	2	3	4	5
15.Caso estivesse passando por graves problemas financeiros, você se sentiria envergonhado(a)/deprimido(a)	17,1	42,7	17,1	17,1	6,0
16.Caso estivesse passando por graves problemas financeiros, seu sono seria afetado	31,7	30,5	19,5	9,8	8,5
17.Caso estivesse passando por graves problemas financeiros, sua relação com os amigos seria prejudicada	6,1	15,9	22	36,6	19,5

Fonte: Dados da pesquisa

Os jovens também foram questionados a respeito das emoções atreladas a possíveis problemas financeiros que possam vir a enfrentar no futuro. Foi novamente utilizada uma escala, onde 1 = Muito provável; 2 = Provável; 3 = Incerto; 4 = Improvável e 5 = Muito improvável. De acordo com os resultados, destaca-se o percentual de jovens (59,8%) que afirmaram poder vir a sofrerem problemas psicológicos em razão de dificuldades financeiras. Atrelada ao questionamento seguinte, 62,2% concordaram que podem vir a sofrer problemas de insônia frente a problemas financeiros, ambas as respostas vão de encontro com o que afirma a literatura, que atribui a pessoas que não possuem boa saúde financeira, problemas que vão desde psicológicos, como ansiedade e estresse, até dificuldade nos relacionamentos sociais, como distanciamento e baixa produtividade (RAMOS, 2022).

Tabela 5 - Estatística descritiva da escala de Materialismo

Variáveis	Respostas (%)				
	1	2	3	4	5
18.Você gosta de gastar dinheiro com coisas caras que impressionam as pessoas?	6,0	3,7	19,5	35,4	35,4
19.Sua vida seria muito melhor se você tivesse muitas coisas que não tem?	26,8	23,2	24,4	20,7	4,9
20.Comprar lhe dá prazer?	23,2	40,2	19,5	13,4	3,7
21.Você se considera impulsivo(a) e compra coisas que não precisa?	8,5	22	19,5	41,5	8,5

Fonte: Dados da pesquisa

A sessão seguinte questionou os jovens sobre seu sentimento em relação ao uso do dinheiro, abordando questões ligadas ao materialismo. Novamente utilizou-se uma escala, onde 1 = Concordo muito; 2 = concordo; 3 = Indiferente; 4 = Discordo e 5 = Discordo muito. Aqui, percebeu-se, em primeiro lugar, uma maturidade dos estudantes em relação ao uso do dinheiro, uma vez que 70,8% discorda da ideia de utilizar o dinheiro de forma ostentativa. Em segundo lugar, no entanto, verificou-se uma tendência ao materialismo, uma vez que pouco mais de 50% dos entrevistados disseram que acreditariam estar em uma condição melhor se tivessem mais



dinheiro. Além disso, 63,4% concordaram que possuem certo prazer em comprar, evidenciando uma maior tendência ao consumismo do que de uma cultura de poupança.

Tabela 6 - Estatística descritiva da escala de Endividamento

Variáveis	Respostas (%)				
	1	2	3	4	5
22.Você considera certo gastar mais do que ganha?	4,9	2,4	8,5	31,7	52,4
23.Você acredita que é melhor primeiro juntar dinheiro para depois gastar?	39	48,8	11	-	1,2
24.Você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista?	3,7	23,2	32,9	19,5	20,7
25.Você acredita que não tem problema ter dívidas se eu sei que posso pagá-las?	4,9	35,4	18,3	23,2	18,2
26.Você considera os serviços financeiros complicados e confusos?	7,3	45,1	31,7	14,7	1,2

Fonte: Dados da pesquisa

Em seguida, os estudantes foram questionados em relação ao endividamento, onde novamente utilizou-se da mesma escala da Tabela 05, ou seja, 1 = Concordo muito; 2 = Concordo; 3 = Indiferente; 4 = Discordo e 5 = Discordo muito. Constata-se nessa seção que os jovens, por mais que possuam uma intenção consciente e responsável em relação ao dinheiro, carecem de informações mais detalhadas, especialmente no que diz respeito ao planejamento de longo prazo. Isto fica evidenciado pela dualidade de duas das questões, onde em uma delas a grande maioria (87,8%) diz preferir juntar dinheiro antes de gastar, porém logo em seguida pouco mais de 1/4 afirma preferir realizar compras à vista.

Tabela 7 - Estatística descritiva da escala de Valor do Dinheiro

Variáveis	Respostas (%)				
	1	2	3	4	5
27.Você acredita que as pessoas que possuem dinheiro têm autoridade sobre os outros?	8,5	18,3	7,3	25,6	40,3
28.Para você, dinheiro gera desconfiança entre as pessoas?	7,3	48,8	31,7	11	1,2
29.Para você, o dinheiro constrói um mundo melhor?	7,3	30,5	45,1	13,4	3,7
30.Você acredita que ficará completamente realizado quando atingir a situação financeira que deseja?	42,7	39	13,4	4,9	-

Fonte: Dados da pesquisa

E em um último momento foi perguntado a percepção dos jovens em relação ao valor atribuído ao dinheiro, utilizando-se a escala, onde 1 = Concordo muito; 2 = Concordo; 3 = Indiferente; 4 = Discordo e 5 = Discordo muito. Aqui, destaca-se a indiferença dos jovens em relação ao dinheiro ser capaz de construir um mundo melhor. Nesse sentido, é preciso considerar também o contexto socioeconômico descrito anteriormente, de forma que a

existência de uma elite privilegiada que exerce domínio econômico garante o predomínio de seus interesses em relação aos demais.

### Considerações Finais

A presente pesquisa mostrou que a participação dos jovens nas decisões financeiras dos grupos familiares a que pertencem é baixa, indo em sentido contrário à recomendação da literatura, que defende a inserção desse grupo nas discussões que envolvem dinheiro o mais cedo possível. Nesse sentido, evidencia-se também a falta de preparação desses jovens para ingressar na vida adulta, uma vez que a grande maioria terá de aprender a lidar com o próprio orçamento na prática, possibilitando que sofram para ter equilíbrio financeiro.

Apesar dos estudantes mostrarem algum conhecimento em relação aos temas abordados, ainda há uma lacuna a ser preenchida no que diz respeito à educação financeira desses jovens. Se por um lado foi observada uma consciência em relação aos hábitos de consumo tanto dos próprios jovens quanto do próprio grupo familiar, por outro verificou-se o desconhecimento ou indiferença em relação a temas como o valor do dinheiro ou mesmo o conhecimento das ferramentas e mecanismos que envolvem o planejamento financeiro.

Assim, reitera-se a importância de inserir a educação financeira não apenas nos currículos escolares, mas também no dia-a-dia das famílias, pois, como foi observado, muitos dos desafios partem de uma mudança cultural, a qual apenas poderá ser alcançada com o comprometimento não apenas dos pais, mas de toda a sociedade.

### Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é Inflação?** Site oficial do Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 14 maio 2023.

BNCC. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASIL. Ministério da defesa - Exército brasileiro - Comando de operações especiais. **Caderno de instrução de educação financeira**. Brasília: Ministério da defesa - Exército brasileiro - Comando de operações especiais, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4872267-Eb70-ci-11-406-ministerio-da-defesa-exercito-brasileiro-comando-de-operacoes-terrestres-caderno-de-instrucao-de-educacao-financeira.html>. Acesso em: 14 maio 2023.

BRUTES, Larissa; SEIBERT, Rosane Maria. O ensino da Educação Financeira a jovens de escolas públicas de Santo Ângelo. Vivências. **Revista Eletrônica de Extensão das URI**, v. 10, n. 18, p. 174-184. 2014.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

CERBASI, Gustavo. **Educação financeira infantil**: Como (e quando) começar?



2018. Disponível em: <https://www.gustavocerbasi.com.br/blog/educacao-financeira-infantil/>. Acesso em: 14 maio 2023.

D'AQUINO, Cássia; MALDONADO, Maria Tereza. **Educar para consumo**: como lidar com os desejos de crianças e adolescentes. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2012.

ESCOLA VIRTUAL.GOV (EV.G) - **Portal Único de Governo para a oferta de capacitação a distância**. Curso na área de Ética e Cidadania: Gestão de Finanças Pessoais. Carga horária de 20 horas. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/>. Acesso em: 26 maio 2023.

FEBRABAN. **A Saúde Financeira do Brasileiro**. Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros. Brasil, 2021. Disponível em: [https://pefmbddiag.blob.core.windows.net/cdn/downloads/Apresentacao\\_Site.pdf](https://pefmbddiag.blob.core.windows.net/cdn/downloads/Apresentacao_Site.pdf). Acesso em: 14 maio 2023.

FECOMÉRCIO-RS. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência**: contas em atraso aumentam em janeiro. Disponível em: <https://www.fecomercio-rs.org.br/noticiadetalhe/2023/02/14/Pesquisa-de-Endividamento-e-Inadimplencia-contas-em-atraso-aumentam-em-janeiro/07131711-eb5a-4e5f-88cd-b7269c3de5f3>. Acesso em: 14 maio 2023.

FORMOSA, Marvin; SHANLARDASS, Mala K. **The United Nations Madrid International Plan of Action on Ageing**: Global Perspectives. Londres: Routledge, 2023.

GIL, Antonio Carlos. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017. 9788597012934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 08 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal do Governo Brasileiro. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 14 maio 2023.

MARTELLO, Alexandre. **Governo estima que rombo previdenciário deve dobrar até 2060**; analistas veem necessidade de nova reforma no futuro. G1, Brasília, 13 mai. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2023/05/13/governo-estima-que-rombo-previdenciario-deve-dobrar-ate-2060-analistas-veem-necessidade-de-nova-reforma-no-futuro.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2023.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia Brasileira**: uma introdução crítica. São Paulo: Editora 34, 1998.

RAMOS, Juliana. **O que é saúde financeira e como melhorar a sua**. Blog Serasa. 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/o-que-e-saude-financeira-e-como-melhorar-a-sua/>. Acesso em: 14 maio 2023.

RODOPOULOS, Adriana. A vida é feita de escolhas. Componente emocional influencia decisões de consumo. **Revista FUNCEF**. Brasília, n. 74, PP 6-7, Jan./Fev.



2015. - Documento online. Disponível em:

[https://www.funcef.com.br/COSOC/FlipBook/ED74\\_janeiro\\_fevereiro\\_2015/content/REVISITA%20FUNCEF%2074%20site.pdf?utm\\_source=site\\_funcef&utm\\_medium=revista\\_funcef&utm\\_campaign=revista\\_funcef\\_74](https://www.funcef.com.br/COSOC/FlipBook/ED74_janeiro_fevereiro_2015/content/REVISITA%20FUNCEF%2074%20site.pdf?utm_source=site_funcef&utm_medium=revista_funcef&utm_campaign=revista_funcef_74). Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, L. L.; COSTA, T. de M. T. A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 3, p. 159-173, 2016.

SOUZA, Débora Patrícia de. **A importância da educação financeira infantil**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papyrus, 1990.

## **GT II – Direito: O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade**



## EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

Eduarda Ferraz Gulart Pires<sup>1</sup>; Luciano de Almeida Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: eduarda.gulartt@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor do Curso de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: profluciano@saoluiz.uri.edu.br

**Resumo:** O presente artigo apresenta a evolução do Direito do Trabalho, as legislações e as mudanças no decorrer de sua história. Contextualiza como surgiu o Direito do Trabalho e qual eram as normas destinadas aos trabalhadores e as suas respectivas subordinações aos empregadores. Ainda no contexto histórico, sobre o direito do trabalho, será abordado a existência e abolição da escravidão no Brasil e sua relação com o direito do trabalho. Por fim, será analisado o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e da Constituição Federal em vigor, ressaltando-se os princípios e os direitos que trouxeram em relação ao direito do trabalho. O artigo será desenvolvido por meio do método de pesquisa dedutivo, partindo-se de uma análise geral da história do Direito do Trabalho, até se chegar as últimas evoluções sobre a legislação trabalhista. Após a pesquisa, leitura e entendimento dos acontecimentos históricos do Direito do trabalho, conclui-se que houve uma grande evolução nas condições de trabalho e direitos aos trabalhadores proporcionando-os um local digno e respeitável, com as legislações que estão vigentes e que trazem a previsão. Porém, estamos longe de uma realidade onde esses ordenamentos jurídicos sejam cumpridos integralmente.

**Palavras-chave:** Direito do Trabalho; Constituição Federal; CLT.

### Introdução

No presente artigo será abordado sobre a evolução do Direito do Trabalho, as legislações e as mudanças no decorrer de sua história. Como surgiu o Direito do Trabalho e qual eram as normas destinadas aos trabalhadores e as suas respectivas subordinações aos empregadores. A grande influência ao Brasil, no âmbito do Direito do Trabalho, emergiu da França e da Itália, com as suas formas de agir. Iniciou-se com o feudalismo e, posteriormente, perpassou pelas corporações de ofício, onde surgiu e como era subdividida. Após, abordaremos sobre a escravidão e sua abolição no Brasil, bem como os principais momentos no Direito do Trabalho. Ainda, iremos analisar o surgimento da CLT e da Constituição em vigor, sendo os princípios e os direitos que trouxeram previstos nesses ordenamentos vigentes e, para além, como estão sendo analisados os direitos sociais dos trabalhadores e de que maneira estão sendo aplicados.

### Metodologia

A pesquisa será realizada por meio do método de pesquisa dedutivo, partindo-se de uma análise geral da história do Direito do Trabalho, chegando-se as últimas mudanças nas leis

trabalhistas. O método de desenvolvimento será o comparativo, entre a legislação e doutrinas brasileiras. A técnica de pesquisa a ser desenvolvida será a documentação indireta, buscando-se informações por meio da pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos.

### Breve evolução histórica

O trabalho é, desde os primórdios, um dever no qual as pessoas pautam suas vidas, pois é de onde proveem o sustento para suas casas e famílias. Como referia-se no Decreto D'Allarde, de 17 de março de 1791, com os argumentos dos fisiocratas: “o direito ao trabalho é um dos primordiais do homem” (MARTINS, 2016, p. 48).

Inicialmente, o trabalho no período da escravidão<sup>1</sup> era executado por meio da mão de obra escrava. Nessa época, a relação entre os indivíduos se dava através da “superioridade” de um sobre o outro, onde o mais forte detinha o poder e os demais eram forçados a obedecer às suas ordens. Os escravos eram prisioneiros e submetidos a um trabalho constrangedor, desonroso e sem dignidade, sendo tratados como mercadorias. Não havia uma jornada de trabalho predefinida nem remuneração para esses trabalhadores (MARTINS, 2016).

Com o decorrer dos anos, surgiu o feudalismo, sistema em que os senhores feudais forneciam proteção militar e política aos servos em troca da prestação de serviços nas suas terras. No entanto, os servos eram mantidos em forma de servidão, não eram livres e não possuíam autonomia sobre seu trabalho (DELGADO, 2016).

A partir do surgimento das corporações de ofício, o processo de evolução do direito do trabalho começou a ocorrer gradualmente. As corporações eram divididas em mestres, companheiros e aprendizes menores. Os mestres eram proprietários e lideravam as demais classes, enquanto os companheiros e os aprendizes recebiam instruções e podiam subir de cargo. Aqueles que participavam das classes de companheiros e aprendizes podiam evoluir. Essa separação permitiu que os trabalhadores começassem a ser reconhecidos, mas ainda havia exploração da mão de obra infantil e das mulheres, com jornadas de trabalho exaustivas de até 18 horas diárias (DELGADO, 2016).

Com o advento da Revolução Francesa em 1789, as corporações de ofícios acabaram sendo suprimidas, pois afetavam a liberdade do homem. A partir disso, surgiram influências para o Direito do Trabalho com o liberalismo e a industrialização, já que a mão de obra começou a ser industrializada com máquinas e a existir desemprego. Segundo Bevilaqua (2018), nesse

---

<sup>1</sup> O período da escravidão varia de acordo com a região do mundo em questão. No Brasil, por exemplo, o período da escravidão foi desde o início da colonização portuguesa em 1500 até a abolição da escravatura em 1888 (MARTINS, 2016).



contexto, o Estado assumiu uma postura mínima que não regulamentava os direitos trabalhistas, deixando os trabalhadores sem proteção jurídica adequada.

É nesse cenário que nasce o Direito do Trabalho, com consequências políticas e econômicas das Revoluções. Segundo Godinho (2018), o Direito do Trabalho surge em meio às consequências políticas e econômicas das Revoluções. O autor, em conformidade com a doutrina majoritária, apresenta a tipologia de quatro principais fases distintas: formação, intensificação, consolidação e autonomia. A primeira fase, de formação, ocorreu entre os anos de 1802 e 1848 na Inglaterra, marcada pela criação da “lei de pel”, cujo objetivo era reduzir a exploração de mulheres e crianças. Já a segunda fase, a intensificação, compreendeu os anos de 1848 e 1890, período que foi marcado pelo surgimento do “Manifesto Comunista de 1848”. Por sua vez, a terceira fase, de consolidação, ocorreu entre 1890 e 1919, e teve como marcos iniciais a Conferência em Berlim e a Encíclica Papal *Rerum Novarum*.

Como explica Sérgio Pinto Martins:

[...] A Encíclica *Rerum Novarum* (coisas novas), de 1891, do Papa Leão XIII, pontifica uma fase de transição para a justiça social, traçando regras para a intervenção estatal na relação entre trabalhador e patrão. Dizia o referido Papa que ‘não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital’ (Encíclica *Rerum Novarum*, Capítulo 28). Leão XIII defendia a propriedade particular por ser um princípio do Direito Natural. Quem não tinha a propriedade, supri-a com o trabalho. (MARTINS, 2016, p. 52).

Conforme Martins (2016), é possível afirmar que foi somente após o final da Primeira Guerra Mundial que os direitos sociais e trabalhistas passaram a ser incluídos nas Constituições, configurando a quarta fase da autonomia do Direito do Trabalho. A Constituição pioneira nessa inclusão foi a do México, em 1917, seguida pela Constituição de Weimar, em 1919. Nesse mesmo ano, o tratado de Versalhes previu a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que diversos países europeus aderiram, incluindo o Brasil posteriormente. Em 1927, a Itália manifestou-se na Carta del Lavoro, “instituído um sistema corporativista fascista que inspirou outros sistemas políticos, como os de Portugal, Espanha e, especialmente, do Brasil” (MARTINS, 2016, p. 54).

### **As corporações de ofício no Brasil: Composição e Extinção**

As corporações de ofício eram compostas por três categorias distintas, conforme explica Martins (2016): os mestres, que possuíam a propriedade e responsabilidade sobre os demais; os companheiros, subordinados aos mestres e com possibilidade de alcançar a posição de mestre; e os aprendizes, que recebiam instrução dos mestres. Além disso, as corporações de



ofício tinham características específicas, como destaca o autor, tais como estabelecer uma estrutura hierárquica, regular a capacidade produtiva e regulamentar a técnica de produção.

De acordo com Sergio Pinto Martins (2016), as corporações de ofício existiram no Brasil desde o período colonial, mas apresentavam diferenças em relação ao modelo europeu e tinham uma maior extensão temporal. No Brasil, elas se assemelhavam à "casa dos vinte e quatro" de Portugal, sendo compostas por mestres responsáveis por suas funções de ofício, artesãos como classe intermediária e artífices na base. A Constituição de 1824 aboliu as corporações de ofício no Brasil, em virtude da necessidade de liberdade de exercício de ofícios e profissões (GODINHO, 2018).

### **A influência do sistema escravagista brasileiro em relação às primeiras normas trabalhistas**

O sistema escravagista teve influência no Brasil de forma muito profunda, porém, com o passar dos anos, este sistema foi abolido, pondo o fim à escravidão, conforme nos relata Sergio Pinto Martins (2016, p. 55):

[...] A Lei do Ventre Livre dispôs que, a partir de 28-9-1871, os filhos de escravos nasceriam livres. O menino ficaria sob a tutela do senhor ou de sua mãe até o oitavo aniversário, quando o senhor poderia optar entre receber uma indenização do governo ou usar do trabalho do menino até os 21 anos completos. Em 28-9-1885, foi aprovada a Lei Saraiva-Cotegipe, chamada de Lei dos Sexagenários, libertando os escravos com mais de 60 anos. Mesmo depois de livre, o escravo deveria prestar mais três anos de serviços gratuitos a seu senhor.

Com a passagem do tempo, um dos marcos mais significativos para o Direito do Trabalho no país ocorreu no dia 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea - nº 3.353, que pôs fim à escravidão no Brasil. Essa abolição da escravidão é considerada um marco na história para o Direito do Trabalho, como descreveu Maurício Godinho Delgado (2012, p. 111-112):

[...] Embora a Lei Áurea não tenha, obviamente, qualquer caráter jus trabalhista, ela pode ser tomada, em certo sentido, como o marco inicial de referência da História do Direito do Trabalho brasileiro. É que ela cumpriu papel relevante na reunião dos pressupostos a configuração desse novo ramo jurídico especializado. De fato, constituiu diploma que tanto eliminou da ordem sociojurídica relação de produção incompatível com o ramo jus trabalhista (a escravidão), como, em consequência, estimulou a incorporação pela prática social da fórmula então revolucionária de utilização da força de trabalho: a relação de emprego. Nesse sentido, o mencionado diploma sintetiza um marco referencial mais significativo para a primeira fase do Direito do Trabalho no país do que qualquer outro diploma jurídico que se possa apontar nas quatro décadas que se seguiram a 1888.



Assim, a abolição da escravidão com o advento da Lei Auréa cumpriu um papel relevante, se tornando um marco histórico para a História do Direito do Trabalho.

### **Principais leis trabalhistas brasileiras editadas até a Constituição Federal de 1988**

Durante muito tempo, e em várias vigências de leis brasileiras que já foram promulgadas, como ponderado no tópico anterior, um dos grandes marcos históricos para o direito do trabalho foi o fim do trabalho escravo, com a Lei Áurea.

A primeira legislação constitucional, após esse advento, foi a de 1891, em que era livre o exercício de qualquer tipo de profissão. Em 1919, com influência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram criadas as normas trabalhistas no país. Em seguida, com o governo de Getúlio Vargas começou a surgir uma política trabalhista. No ano de 1934 criou-se a primeira Constituição brasileira a especificar o direito do trabalho, com uma jornada de trabalho, salários, proteção às mulheres e aos menores, com repouso semanal, férias e remuneração (MARTINS, 2016).

Após, sobreveio a necessidade de uma lei específica, pois as que existiam eram esparsas e insuficientes, sendo que cada profissão teria um regulamento, e através disso, surgiu a necessidade de reunir todos esses regulamentos, vindo o advento da Consolidação Normativa de Trabalho (CLT), conforme pondera Amauri Mascaro Nascimento (2011, p. 104):

[...] Foram reunidas as leis sobre o direito individual do trabalho, o direito coletivo do trabalho e o direito processual do trabalho. Surgiu, portanto, promulgada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, unindo em onze títulos essa matéria, resultado do trabalho de uma comissão presidida pelo Min. Alexandre Marcondes Filho, que, depois de quase um ano de estudos, remeteu as suas conclusões ao Presidente da República em 19 de abril de 1943, com sugestões de juristas, magistrados, entidades públicas, empresas privadas, associações culturais etc.

Foi reestabelecido o direito de greve pela Constituição em 1946, não estabelecendo alguma perda se o trabalhador participasse da greve, e durante os anos de 1962 a 1966, houve o reconhecimento de muitos direitos, entre eles o 13º salário e a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). E, após, ter vários direitos regulamentados e vigorando com os benefícios à classe trabalhadora, sobreveio o golpe militar no ano de 1969, que não alterou os direitos que havia se estabelecido, porém proibiu o direito a greve para servidores públicos. O período ditatorial foi complexo aos trabalhadores, pois estavam sendo suprimidos os seus direitos, porém surgiu a nossa Carta Constitucional de 1988, reestabelecendo todos estes



direitos que estavam proibidos e beneficiando ao coletivo, não somente o individual (MARTINS, 2016).

[...] Na Norma Magna, os direitos trabalhistas foram incluídos no Capítulo II, 'Dos Direitos Sociais', do Título II 'Dos Direitos e Garantias Fundamentais', ao passo que nas Constituições anteriores os direitos trabalhistas sempre eram inseridos no âmbito da ordem econômica social (MARTINS, 2016, p.34).

Assim, percebe-se que a Carta Magna Constitucional reafirmou que os direitos trabalhistas são garantias fundamentais de todo trabalhador e estabeleceu que não pode haver discriminação em relação ao direito de greve, de paralisação, pagamento do 13º salário, além de outros direitos.

### **A importância da inserção de direitos trabalhistas na Constituição Federal de 1988**

A conquista dos direitos trabalhistas na Constituição de 1988 foi fruto de muito esforço e enfrentamento de resistências. A Constituição trouxe disposições expressas sobre direitos trabalhistas, contidos em seus artigos e incisos, contribuindo para uma melhoria das condições sociais, conforme relatado nos caputs dos artigos 6º e 7º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (Constituição Federal da República, 1988).

As lutas sociais travadas pelas diversas classes no país foram decisivas para a conquista da previsão constitucional em defesa dos trabalhadores, a qual valorizou o trabalho no Brasil. A Constituição de 1988 trouxe importantes mudanças, tendo efetivado a dignidade humana do trabalhador, com o Direito do Trabalho exercendo uma função destacada de garantia de direitos individuais e sociais fundamentais.

Diante desse contexto, o autor Mauricio Godinho Delgado (2012, p. 63-64) propõe uma separação conceitual do Estado Democrático de Direito em três elementos interligados, formando um tripé fundamental para o Direito do Trabalho:

[...] Estado Democrático de Direito concebido pela nova Constituição funda-se em um inquebrantável tripé conceitual: a pessoa humana, com sua dignidade; a sociedade política, concebida como democrática e inclusiva; e a sociedade civil, também concebida como democrática e inclusiva. Ora, na conformação de todos os elementos desse tripé, em especial a garantia de efetiva dignidade da pessoa humana. Além da garantia de efetivação das ideias de democratização e de caráter inclusivo da sociedade política e da sociedade civil, ostenta papel imprescindível o Direito do Trabalho.

Percebe-se que a Carta Constitucional de 1988 trouxe importantes mudanças nas condições de trabalho, tais como a redução da carga horária de 48 para 44 horas semanais, a indenização nos casos de demissão por justa causa e o aumento da idade mínima para trabalho em 14 anos, dentre outras, que foram regulamentadas pela nova Constituição. Além disso, a Constituição Federal incorporou diversos princípios gerais ao Direito do Trabalho e os garantiu de diversas formas, como a dignidade da pessoa humana, a inviolabilidade do direito à vida, a não discriminação, a valorização do trabalho e emprego, a segurança, dentre outros (DELGADO, 2012).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os direitos trabalhistas, valorizando o trabalho e o empregado, e determinando os deveres do empregador em conformidade com a norma constitucional e a CLT. No entanto, as mudanças legislativas ocorreram gradualmente, e mesmo após anos da existência dessas normas, o ordenamento jurídico não é respeitado pelos empregadores, levando a muitos casos de descumprimento da Carta Constitucional e da CLT. Como resultado, a realidade vivenciada é diferente do que a lei estabelece, já que falta a implementação integral da lei por parte dos responsáveis.

### **Considerações Finais**

Neste artigo foi possível realizar uma breve análise da evolução histórica do Direito do Trabalho, bem como das tecnologias desenvolvidas ao longo do tempo e dos direitos previstos nas legislações. Desde os tempos em que o trabalho era realizado manualmente, com carga horária excessiva e sem o devido reconhecimento às classes trabalhadoras, as quais por muito tempo produziram como forma de benefício aos seus patrões, sem pagamento e sem direitos, sendo tratadas como propriedades de seus donos e reconhecidas como escravos. Com o passar dos anos, entretanto, as evoluções foram ocorrendo.

No início, o trabalho era realizado principalmente para sustentar a própria família, mas posteriormente, os trabalhadores foram considerados propriedade dos empregadores e submetidos ao trabalho escravo. Com o tempo, as lutas das diversas classes por seus direitos levaram à criação de constituições e tratados, surgindo assim, os direitos e deveres dos trabalhadores.

Hodiernamente, existem muitos direitos e deveres para as classes trabalhadoras, mas muitos deles não são observados e cumpridos pelos empregadores. Para melhorar a realidade trabalhista, é preciso respeitar as legislações existentes e ter legisladores que entendam as

dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores. Somente assim, será possível avançar no âmbito do Direito do Trabalho.

Após a pesquisa, leitura e entendimento dos acontecimentos históricos do Direito do Trabalho, conclui-se que houve uma grande evolução nas condições de trabalho e direitos dos trabalhadores. No entanto, ainda estamos distantes de uma realidade onde essas leis sejam cumpridas integralmente, especialmente nas classes mais baixas e necessitadas. O Direito do Trabalho tem a previsão legal, mas precisa ser observado e executado corretamente para proteger os direitos dos trabalhadores.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

BEVILAQUA, Clovis. **Teoria geral do direito civil**. São Paulo: Editora Forense, 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012.

GODINHO, Delgado. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



## INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO DE ESPECTRO DE AUTISMO

Daniela Lopes Cantini<sup>1</sup>; Luciano de Almeida Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: danielacantini@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor do Curso de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: profluciano@saoluiz.uri.edu.br

**Resumo:** O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Tendo como principal assunto os direitos das pessoas com Transtorno de Espectro Autista e seus direitos no mercado de trabalho, com o objetivo de discutir as leis que protegem as pessoas com autismo sem igualizar com pessoas comuns, vinculam-se o sistema de proteção ao princípio da dignidade humana, para desenvolvimento de uma sociedade justa e fraterna. Autismo é uma síndrome complexa, tanto em nível de diagnóstico, quanto de tratamento, pois afeta vários aspectos da comunicação, integração e inclusão social, além de influenciar no comportamento do indivíduo. Neste contexto, as pessoas com autismo acabam sendo discriminadas, não tendo acesso a serviços em condições de igualdade com as pessoas não portadoras de TEA, como o direito à educação, emprego e vida em comunidade. A rejeição das pessoas que apresentam essa condição neurológica “é uma violação dos direitos e um desperdício do potencial humano”. Para tanto, este trabalho foi elaborado para tratar do conceito e a evolução do Transtorno do Espectro Autista, a repercussão do diagnóstico na família e a integração social, e discutir mais diretamente o direito e proteção jurídica dos deficientes e dos portadores de Transtorno de Espectro Autista, bem como das leis que regulam o dia a dia dessas pessoas na sociedade.

**Palavras-chave:** Autismo; Proteção; Direito.

### Introdução

O artigo discute o transtorno do espectro autista, que afeta a capacidade de comunicação e interação social de uma pessoa, e apresenta comportamentos repetitivos e restritivos. Embora não haja uma causa definitiva para o autismo, estudos mostram que é mais comum em homens. O tratamento é essencial para reduzir a repetitividade e melhorar a comunicação, envolvendo profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e médicos. Apesar dos desafios enfrentados pelas pessoas com autismo, elas têm direito a vários direitos, incluindo oportunidades de emprego iguais e tratamento no local de trabalho. As empresas devem fornecer acomodações razoáveis para garantir que as pessoas com autismo possam desempenhar suas funções. A pesquisa enfatiza a importância de respeitar os direitos das pessoas com autismo e promover sua inclusão na sociedade.



## Metodologia

A pesquisa será realizada por meio do método de pesquisa dedutivo, partindo-se de uma análise geral sobre o conceito de autismo, chegando-se aos direitos garantidos a pessoas com esse transtorno. O método de procedimento será o bibliográfico. A técnica de pesquisa a ser desenvolvida será a documentação indireta, buscando-se informações por meio da pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos.

## Proteção jurídica para portadores do autismo

O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a capacidade de uma pessoa se comunicar e interagir socialmente, bem como apresenta comportamentos repetitivos e restritivos, como falar, fazer várias vezes as mesmas coisas. O autista também sabe se expressar, ele é carinhoso, brincalhão e imperativo, porém tem interesses próprios, tendo uma dificuldade em perceber o interesse do próximo, e nesse ponto que o autismo é muitas vezes identificado. O autista frequenta a escola regular, e esse transtorno não é transmissível (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

Não há uma causa exata para o autismo, mas estudos mostram que é mais comum ser desenvolvido em homens (LÓPEZ-BASTIDA et al., 2018). Apesar de não haver cura para o autismo, o tratamento é importante para diminuir a repetitividade e facilitar a comunicação, melhorando a qualidade de vida da pessoa autista e de quem convive com ela. O tratamento pode envolver profissionais como psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas e médicos (INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, 2021).

Apesar do grande esforço e atenção dedicados pelas neurociências, um entendimento definitivo sobre as possíveis causas do autismo ainda não foi alcançado. Por outro lado, estatísticas confiáveis apontam que o transtorno do espectro do autismo em meninos é mais comum. A proporção é de quase 5 meninos afetados para cada menina (AUTISMO, 2020, p.1).

Como se percebe, apesar dos esforços das neurociências, ainda não há um entendimento definitivo sobre as possíveis causas do autismo. Além disso, a proporção de meninos afetados pelo transtorno do espectro do autismo é quase 5 vezes maior do que meninas. Em que pese todos os desafios enfrentados por pessoas com o referido transtorno, lhes é garantido vários direitos.



## Autismo e direitos garantidos

O direito ao trabalho é garantido a todas as pessoas, incluindo aquelas com autismo, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Segundo a legislação, a pessoa com autismo tem direito à igualdade de oportunidades e tratamento no ambiente de trabalho, incluindo adaptações razoáveis para garantir a execução de suas funções. (BRASIL, 2015, p. 49-50).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), as pessoas com autismo têm direito à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Isso significa que as empresas devem fornecer adaptações razoáveis, como horários flexíveis e suporte adicional, para garantir que a pessoa com autismo possa desempenhar suas funções (BRASIL, 2015).

Além disso, a lei exige que empresas com mais de 100 funcionários preencham uma porcentagem de suas vagas com pessoas com deficiência, incluindo pessoas com autismo (BRASIL, 2015).

Caso ocorra discriminação no ambiente de trabalho, a pessoa com autismo pode buscar proteção legal e apresentar uma denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) ou recorrer a um advogado especializado em direitos das pessoas com deficiência para obter orientação e assistência jurídica (BRASIL, 2015).

É importante que os direitos das pessoas com autismo sejam respeitados no ambiente de trabalho, para que elas possam exercer sua autonomia e ter uma vida profissional plena e satisfatória. Além disso, a inclusão de pessoas com autismo no mercado de trabalho pode trazer benefícios para as empresas, como a diversidade de pensamento e a melhoria do clima organizacional.

Além disso, Hamze (2020, p. 1) aponta que há igualdade de direitos a todos, independentemente de sua capacidade mental:

As pessoas com necessidades educacionais especiais são cidadãos como quaisquer outros, possuidores dos mesmos direitos e com as mesmas regalias quanto às oportunidades disponíveis na sociedade, involuntariamente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que apresentem. A pessoa com deficiência tem direito ao convívio não segregado e ao ingresso e acesso imediato aos recursos disponíveis e facilitados aos demais cidadãos. (HAMZE, 2020, p. 1).

A inclusão social é um processo que busca garantir que todas as pessoas tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades na sociedade, independentemente de suas diferenças,



como raça, gênero, orientação sexual, idade, classe social, deficiência ou qualquer outra característica (MENDES, 2018).

A inclusão social é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam participar plenamente da vida em comunidade, ter acesso à educação, trabalho, lazer, saúde, cultura e outros serviços básicos. No caso dos autistas, muitas vezes pais e familiares se privam de sair de casa por ter receio que seus filhos não vão socializar com outras crianças e devido a esses receios acabam privando a busca de inclusão de seus filhos na sociedade, desde escola regular, cinemas, restaurantes, parques e até mesmo no mercado de trabalho (HAMZE, 2020).

Para alcançar a inclusão social, é necessário promover ações afirmativas que busquem eliminar as barreiras que impedem as pessoas de participar da vida em sociedade. Isso inclui medidas como a implementação de políticas públicas, a promoção de campanhas de conscientização, a criação de leis que garantam os direitos das minorias e ações educativas nas escolas e universidades (MENDES, 2018).

É importante ressaltar que a inclusão social não se trata apenas de uma questão moral ou ética, mas também de uma necessidade econômica e social. Uma sociedade inclusiva e igualitária é mais produtiva, criativa e inovadora, além de garantir o bem-estar de todos os seus cidadãos (MENDES, 2018).

Conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência é estabelecida como uma restrição do indivíduo que perdura por um extenso período:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Segundo Oliveira e Martins (2016), a inclusão social é um tema amplo e que pode ser aplicado em diversas situações, como na escola, no cinema e no parque. No entanto, o maior desafio está na inclusão no mercado de trabalho, onde ainda existe muito preconceito e falta de compaixão em relação aos autistas. Muitas pessoas acreditam que a inclusão não é possível e, infelizmente, alguns nem tentam esconder o preconceito que têm, o que torna a situação ainda pior.

Nesse contexto, é fundamental levar em consideração as condições mentais dos portadores de autismo que desejam se incluir no mercado de trabalho. É preciso utilizar ideias de projetos sociais para contribuir com o processo de evolução dos autistas e verificar se eles



têm condições de desempenhar determinadas funções que exigem mais comunicação e interação social.

Segundo Santos e Ferreira (2018), é necessário compreender os direitos dos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e como afastar o preconceito e a discriminação, incluindo normas junto ao Poder Público para efetivar as normas jurídicas de inclusão e proteção legislativa de quem é portador de autismo.

De acordo com Nery (2019), o estudo sobre a inclusão dos autistas deve levar em consideração as reações das famílias ao descobrir que um filho, sobrinho ou irmão é portador de TEA. A família tem papel fundamental na formação cidadã do indivíduo e é importante refletir sobre a organização e direito da criança autista para que ela possa conquistar seus espaços na sociedade em todas as fases da vida.

A Lei 12.764 de 2012, que instituiu a política nacional de proteção aos direitos da pessoa com TEA, garante aos autistas os mesmos direitos e prerrogativas de um cidadão não portador de autismo. No entanto, é preciso lembrar que os autistas possuem características e peculiaridades próprias, necessitando de atenção especial em algumas situações (OLIVEIRA; MARTINS, 2016).

### **Considerações Finais**

Pode-se perceber com a presente pesquisa que o direito ao trabalho é garantido a todas as pessoas, incluindo aquelas com autismo, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Essa lei assegura que pessoas com autismo tenham igualdade de oportunidades e tratamento no ambiente de trabalho, incluindo adaptações razoáveis para garantir a execução de suas tarefas. Empresas também são obrigadas a fornecer adaptações razoáveis, como horários flexíveis e suporte adicional, para garantir que pessoas com autismo possam desempenhar suas funções. Além disso, empresas com mais de 100 funcionários devem preencher uma porcentagem de suas vagas com pessoas com deficiência, incluindo aquelas com autismo. Se ocorrer discriminação no ambiente de trabalho, pessoas com autismo podem buscar proteção legal e apresentar uma reclamação ao Ministério do Trabalho ou procurar a ajuda de um advogado especializado em direitos das pessoas com deficiência para orientação e assistência jurídica.

É importante respeitar os direitos das pessoas com autismo no ambiente de trabalho, para que possam exercer sua autonomia e ter uma vida profissional satisfatória. A inclusão de pessoas com autismo no mercado de trabalho também pode trazer benefícios para as empresas, como diversidade de pensamento e clima organizacional melhorado. No entanto, a inclusão de



peças com autismo na sociedade e no mercado de trabalho ainda é um desafio. As peças frequentemente acreditam que as peças com autismo precisam passar por um processo de transformação para serem incluídas na sociedade e interagir com peças "normais". Essa crença é equivocada, pois essas diferenças não desaparecem e as peças precisam aprender a conviver com elas. Além disso, a pior doença que enfrenta nossa sociedade é o preconceito, e não os transtornos do desenvolvimento. A inclusão e os direitos iguais são essenciais para construir uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos possam participar plenamente da vida comunitária, independentemente de suas diferenças. Promover ações afirmativas e eliminar barreiras que impedem a participação das peças na sociedade é essencial para alcançar a inclusão social.

## Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

**AUTISMO: DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E ACONSELHAMENTO GENÉTICO**. Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAAAMs4AJ/autismo-diagnostico-tratamento-aconselhamento-genetico>. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 maio 2020.

HAMZE, Lígia. **Autismo e Inclusão: Desafios da Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: Thesaurus, 2020.

LÓPEZ-BASTIDA, Juan Oliva-Moreno. et al. Custos sociais/econômicos e qualidade de vida relacionada à saúde em pacientes com Transtornos do Espectro Autista na Europa. **Revista Europeia de Economia da Saúde**, v. 19, n. 4, p. 475-485, 2018.

NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH. **Transtornos do Espectro Autista**. Disponível em: <https://www.nimh.nih.gov/health/topics/autism-spectrum-disorders-asd/index.shtml>. Acesso em: 13 maio 2023.

NERY, Victor Ferreira Gomes. Inclusão social do autista no mercado de trabalho. **Revista Científica da Faculdade UNIPAC Araguari**, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2019.



OLIVEIRA, Ana Sabrina; MARTINS, Maria do Carmo Moreira. Inclusão de autistas no mercado de trabalho: uma análise dos desafios e das oportunidades. **Revista Eletrônica de Ciências Administrativas**, v. 15, n. 1, p. 62-77, 2016.

SANTOS, Rafaela Bezerra de Souza; FERREIRA, Cláudia Pimenta Mamede. Inclusão social dos autistas: análise das políticas públicas. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, v. 9, n. 1, p. 44-59, 2018.

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL: A LEI 11.340/06 E AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

**Eduarda Ferraz Gulart Pires<sup>1</sup>; Elisier Corrêa Duarte; Larissa Nunes Cavalheiro<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Direito. E-mail: eduarda.gulartt@gmail.com; correduarteelisier@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Direito. E-mail: proflarissa@saoluiz.uri.edu

**Resumo:** O presente artigo pretende expor as modalidades de violência doméstica e familiar na sociedade contemporânea, conforme as disposições da Lei nº 11.340/06, com o objetivo de analisar as possíveis agressões e discorrer sobre a previsão legal na Legislação protetiva. Para tanto, são adotados a investigação bibliográfica como metodologia de pesquisa. Desse modo, o artigo possui três partes fundamentais: o conceito de violência e a análise dos tipos; a previsão legal da Constituição Federal e das Legislações que previnem a violência doméstica. Utiliza-se o marco temporal que passa por leitura Constitucional, centrando-se principalmente no trabalho da Flávia Piovesan, no que se refere a conceitos de Direitos Humanos. Conclui-se, a partir da observação empírica, que as mulheres vítimas de violência Doméstica não tem os direitos assegurados por uma política pública condizente a legislação prevista.

**Palavras-chave:** Constituição Federal; Direitos Humanos; Política pública e Violência Doméstica Lei nº 11.340, de 2006.

### Introdução

O Brasil possui significativos índices de violência contra a mulher. Conforme dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, o Brasil registrou mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra mulheres até julho de 2022 (BRASIL, 2022). Com a lei nº 11340/06 que foi elaborada por pressão do direito internacional sobre o fato de uma violência doméstica dentro de uma relação abusiva, visto o descaso do Estado Brasileiro em não trabalhar políticas públicas pela ausência de tipificação por violência no âmbito doméstico e familiar, da legislação protetiva. No Estado do Rio Grande do Sul, até abril de 2023 registraram-se 24 feminicídios consumados e 80 feminicídios tentados, conforme dados da Secretaria da Segurança Pública. Logo, o presente artigo abordará a violência doméstica e familiar tema que, infelizmente, deve ser debatido nos diferentes âmbitos, principalmente no acadêmico como meio de reforçar o combate à violência contra a mulher, com o intuito de definir medidas para sua plena proteção.



Os índices, como apontado, são alarmantes, figurando como principal vítima a mulher, que por muito tempo sofreu e sofre as mais diversas agressões. Seu papel perante a sociedade por muito tempo foi considerado insignificante, logo, desconsiderada a sua capacidade para exercer atividades de natureza pública, dentre outras. Aos poucos, este paradigma foi sendo superado, porém a violência persiste e de diferentes formas, motivo pelo qual a Lei 11.340/2006 se apresenta como uma importante medida de combate e garantia dos direitos das mulheres.

Diante desse cenário, começou a busca pela igualdade, aonde veio enfrentar muitas resistências e, por isso, o aumento dos números de caso da violência doméstica, na sociedade sempre teve o fato mas era ignorado pelo Estado e por suas instituições, o crescimento dos casos nada mais é que a realidade demonstrada em números oficiais, realidade que com a omissão das instituições sempre foi parte de uma sociedade, que vivia de uma forma abusiva valores morais estabelecidos pela cultura da ignorância.

## **Metodologia**

O presente trabalho utilizou os métodos dedutivo e monográfico. O primeiro, enquanto abordagem, parte da análise conceitual ampla acerca da violência para então verificá-la no contexto específico relacionada a mulher como vítima das diferentes formas de violência definidas na Lei Maria da Penha – Lei nº 11.343/06. Como procedimento, o segundo método supracitado serviu para aprofundar os estudos acerca do tema desenvolvido no artigo, porém sem a pretensão de esgotá-lo, mas com o intuito de trazer reflexões que impliquem em possíveis alternativas de proteção a mulher. Quanto às técnicas de pesquisa, utilizou-se a análise bibliográfica, envolvendo livros e artigos, assim como a legislação pertinente.

## **As espécies de violência com o advento da Lei 11.343/2006 e seus efeitos na vida das mulheres**

A violência é caracterizada pelo sofrimento, que as vezes pode começar por palavras ou ações no sentido de querer controlar a pessoa subjugando aos valores subjetivos e pessoal, ao analisar a evolução gradual da violência, agressões é uma segunda forma de violência que o agente usa para impor contra a vontade da vítima seu desejo, restando para a mesma apenas a dor que trazem consigo sentimentos de angústia, medo, perturbação, que podem ser realizada dentro de um contexto, verbalmente, física, psicológica, intrafamiliar, enfim, de várias maneiras diferentes.



Enquanto conceito, Carlos Aurélio Mota de Souza definiu-a:

[...] violência é qualquer ofensa à dignidade da pessoa humana, e as Declarações dos Direitos Fundamentais do Homem nada mais são que a explicitação dessa dignidade nos seus mais diversos aspectos, e que a pessoa humana tem o direito de que sejam respeitados. Direitos estes que, ao longo da História, foram progressivamente conquistados pelos povos, em árduas lutas contra opressores (SOUZA, 1998, p. 29).

É um tema central, pois afeta muito a estrutura que se tem hoje na sociedade, gênero, raça, cor, sexo, religião e dependendo a idade atinge crianças, jovens, velhos, mulheres, homens. Flávia Piovesan (2014, p. 317): “Vale dizer, para garantir e assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão desses grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais”.

Com efeito, a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica a violenta exclusão e intolerância à diferença e diversidade. O que se percebe é que a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um persistente padrão de violência e discriminação (PIOVESAN, 2014, p. 317).

A violência no Brasil não é fato novo e o volume tão expressivo de relato em delegacias representam bem essa realidade que viviam, tinham a sociedade uma concepção que a sua obediência era somente ao marido, conforme leciona Maria Berenice Dias:

[...] Ao homem cabia o espaço público e à mulher, o espaço privado, nos limites da família e do lar, a ensejar a formação de dois mundos: um de denominação, externo, produtor, o outro de submissão, interno e reprodutor. A essa distinção estão associados os papéis ideais de homens e mulheres: ele provendo a família e ela cuidando do lar, cada um desempenhando a sua função. Esse era o modelo de família, considerada a cédula *mater* da sociedade (ODIAS, 2004, p. 22).

A relação doméstica vivenciada na sociedade brasileira representa bem essa triste realidade que se transmite pela tradição, vivenciadas no núcleo familiar e no convívio social, essas teorias dos séculos passados, aonde a mulher teria uma função relacionado ao cuidado do lar e dos filhos ficou no passado, com o avanço que movimentos conseguiram em benefício das verdadeiras guerreiras, elas conseguem ocupar o seu lugar na sociedade, mas, no mesmo momento em que garante seu lugar outros obstáculos surgem a sua realidade que é o



enfrentamento a violência doméstica, que até então sofriam calada por não terem proteção legal do Estado.

As mulheres lutaram e enfrentaram situações até desumanas pelos seus direitos, na busca pelo reconhecimento de sua voz, vez e sua posição social, por isso, a mulher travou uma luta constante pela igualdade e contra as diversas formas de discriminação, que a sociedade preservava em relação as políticas públicas sobre a falta de previsão legal que resguardasse os seus direitos.

Assim, o elo entre a relação dos direitos humanos com a violência doméstica é de incluir a mulher no mercado de trabalho, sem nenhuma restrição ou discriminação, tendo o seu espaço garantido. Assim, os direitos humanos batalham para que não haja violência à mulher e que o tabu criado por diversas culturas seja democratizado.

Nesse sentido, Flávia Piovesan:

[...] a implementação dos direitos humanos das mulheres está condicionada à dicotomia entre os espaços público e privado, que, em muitas sociedades, confina a mulher ao espaço exclusivamente doméstico da casa e da família. Vale dizer, ainda que se constate, crescentemente, a democratização do espaço público, com a participação ativa de mulheres nas mais diversas arenas sociais, resta o desafio de democratização do espaço privado – cabendo ponderar que tal democratização é fundamental para a própria democratização do espaço público (PIOVESAN, 2014, p. 355).

A Carta Magna Constitucional trouxe a previsão que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza[...]”, artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Se todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e isso é pouco constitucionalmente em se tratando dessa pessoa mulher que é essencial para a existência dos demais integrantes da sociedade. Aqui cabe uma pergunta, o por que fomentar a ideia de um lugar específico a uma pessoal que é insubstituível? (BRASIL, 1988, s/p).

O texto (CF) estabelece um norte em relação ao gênero, mas proteção efetiva veio a ter a mulher em relação aos direitos e garantias com a promulgação da lei lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, em seu,

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 1988, s/p).



Nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, § 8º “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um [...] coibir a violência no âmbito de suas relações”, mas no sentido de violência contra mulher carecia de descrição expressa para efetivar uma medida cautelar para evitar tal fato (BRASIL, 1988, s/p).

Com esse reconhecimento da Constituição Federal, descrever sendo um dever objetivo para o Estado trabalhar a assistência com objetivo de coibir a violência, já na lei que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, no Art. 5º “[...] ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” descreve de uma forma mais clara a conduta do agente que configura a violência doméstica e familiar contra a mulher, Sendo várias que configuram

As formas de violência são mencionadas explicitamente no artigo Art. 7º da lei supra referida, para punir quem faz uso nessa senda delitativa. Assim, no meio de tanta violência a mulher, a Carta Magna Constitucional trouxe previsão legal em proteger os direitos das mesmas, sendo que objetivo é tentar reprimir os agressores em relação a intenções sobre as vítimas. Por isso fazer o reconhecimento da mulher, sendo ela sujeita de direitos e de elevada importância para a sociedade, trabalhando esse lado com políticas terá em um tempo não muito distante o respeito que a sociedade busca reconhecer por suas lutas vividas.

As vítimas que estão no ambiente familiar abusivo, na maioria das vezes, sofrem pois pela dificuldade de acesso ao órgão competente, e com o medo presente em descrever a situação ou ficam calados. A violência oprime, geram sequelas e destroem a vida ex. psicológica, moral, sexual, gênero e institucional.

Nessa senda, podemos analisar que a mulher no âmbito doméstico, detinha somente um papel, que era cuidar da casa e dos filhos, não podendo ter acesso ao mercado de trabalho, pois era discriminada, então, vida social não usufruía.

Os direitos humanos advieram para regular e trazer benefício a essa classe discriminada, pois todos nascem com direito, sendo as previsões constitucionais um reconhecedor de direitos

Assim, podemos perceber que os direitos humanos vieram para coibir a violência, sendo que as previsões elencadas, tanto na Constituição Federal como na Lei de Violência Doméstica, estão ambas de acordo para reconhecer um direito adquirido das vítimas que sofrem violência.

Por fim, percebe-se que falta políticas públicas de prevenção contra a violência, que sendo essas vítimas da violência tenham um suporte de acolhimento eficaz por parte do Estado,



pois a Legislações que vigoram e suas decisões tem um suporte para o pós violência, no entanto, a muitas vítimas que sofrem anos a violência por não ter uma prevenção contínua e eficaz do Estado.

### Considerações Finais

Neste artigo observou os casos de violência doméstica que acontecem na sociedade contemporânea, sendo analisadas as previsões legais que asseguraram o direito das vítimas.

Com isso, o assunto abordado não tem objetivo em colocar fim a esse debate sobre violência, tendo em vista ser um assunto muito complexo, porém em analisar e problematizar com fatos atuais os direitos que permeiam a esta sociedade.

Nesse sentido, alguns questionamentos durante a pesquisa foram respondidos, ao qual ficou evidenciado que a violência doméstica afeta a esta sociedade contemporânea com vários tipos de violência. A mulher é a principal vítima no âmbito familiar, pois sofre discriminações, perseguições e tem seus direitos atingidos.

No entanto, a Constituição Federal traz previsões em que asseguram os direitos à classe afetada, não obstante a isso, criou-se a Legislação da Violência Doméstica, conhecida como “Lei Maria da Penha – 11.340/06”, ao qual veio para coibir e punir os agressores das diversas violências citadas.

Assim, pode-se perceber que muitas vítimas são atingidas pela violência doméstica, sendo o foco principal desta, as mulheres pela posição que se ocupa na sociedade atual.

### Referências

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Agosto Lilás**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006**. Institui a Lei de Violência Doméstica. Presidência da República. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 20 out. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre a mulher e seus direitos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. Editora, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência Contra a Mulher** – Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 12 maio 2023.

SOUZA. Carlos Aurélio Mota de. **Direitos humanos, urgente!** São Paulo: ed. Oliveira Mendes, 1998.



## GASLIGHTING, MANSPLAINING E MANTERRUPTING ENQUANTO FORMAS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER

Andrieli Ferreira Schmidt<sup>1</sup>; Larissa Nunes Cavalheiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Direito. E-mail: 097283@saoluiz.uri.edu

<sup>2</sup> Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Direito. E-mail: proflarissa@saoluiz.uri.edu

**Resumo:** O presente trabalho objetiva expor condutas que podem configurar a violência psicológica contra a mulher, dentre elas o *gaslighting*, o *mansplaining* e o *manterrupting*. O *gaslighting* acontece quando o homem distorce a realidade, fazendo parecer que a mulher está errada e a induzindo a duvidar da sua própria percepção e sanidade, quando, na verdade, ela está certa. O *mansplaining*, por sua vez, acontece quando o homem explica algo óbvio para a mulher, como se ela não tivesse aptidão para entender, fazendo com que ela questione a sua capacidade intelectual, embora se saiba que ela tem domínio do assunto. Já o *manterrupting* pode, inclusive, ocorrer em conjunto com o anterior, e se dá quando o homem interrompe a fala da mulher constantemente, não a deixando concluir o seu raciocínio, sempre tentando se sobressair no discurso. Concluiu-se, a partir deste estudo, que a violência contra a mulher se manifesta, dentro e para além do ambiente doméstico, principalmente de forma psicológica e, apesar de não gerar lesões aparentes, pode ser tão prejudicial quanto os demais tipos de violência, gerando insegurança, baixa autoestima, autodesvalorização e até doenças como a depressão. Enquanto método de abordagem, adotou-se o dedutivo, pois parte-se de uma análise geral acerca da violência para então compreender especificamente a psicológica. Tratando-se do procedimento, optou-se pelo monográfico, com o intuito de estabelecer um trabalho crítico-reflexivo, porém sem esgotar o tema.

**Palavras-chave:** *Gaslighting*; *Mansplaining*; *Manterruting*; Mulher; Violência Psicológica.

### Introdução

A violência contra a mulher pode ser física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. No Brasil, quando ocorre no contexto familiar, é denominada violência doméstica e se encontra tipificada na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha, recebendo essa designação em função do importante papel desta mulher para a implementação de uma lei que aplicasse sanções à violência de gênero perpetrada no âmbito familiar, o que ainda não existia no país. Maria da Penha foi uma vítima fatal da violência doméstica, sendo submetida a violência física, patrimonial e psicológica. Sua trajetória de sofrimento e superação inspirou a criação de um marco legal e desde que entrou em vigor, encorajou inúmeras mulheres a denunciarem a violência praticada por seus agressores.

Em que pese a conquista de uma lei de proteção à mulher, a violência de gênero ultrapassa as relações familiares e pode ocorrer nos mais diversos espaços. Ocorre que as mulheres ainda sofrem preconceito pelo simples fato de, atualmente, estarem inseridas em

ambientes que, em tempos remotos, eram tidos como potencialmente masculinos, como os ambientes de trabalho. Esta inserção, pois, não representou o fim da violência de gênero, visto que ela tem se manifestado das mais diferentes formas. É nesse contexto que estão inseridos o *gaslighting*, o *mansplaining* e o *manterrupting*, que são objeto de conceituação no presente trabalho, eis que se tratam de possíveis práticas na configuração da violência psicológica.

## Metodologia

Os métodos utilizados para elaborar o presente trabalho foram o dedutivo e monográfico. O primeiro, enquanto abordagem, parte da amplitude conceitual da violência contra a mulher para então analisar contextos específicos que possivelmente configuram a violência psicológica. O segundo, como procedimento, volta-se para a análise crítico-reflexiva da temática ora exposta, porém sem a pretensão de esgotá-la em termos de desenvolvimento, pois a maior proposta é estimular o debate acerca de práticas prejudiciais em relação ao aspecto psicológico da mulher.

## Maria da Penha e sua busca por justiça

A trajetória de Maria da Penha, cujo nome foi atribuído à Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, é marcada por violência física, psicológica e patrimonial perpetradas contra ela por seu ex-marido, o colombiano, Marco Antonio Heredia Viveros.

Em 1983, Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio<sup>2</sup> por parte de seu até então companheiro. A primeira tentativa se deu com um tiro nas costas, enquanto ela dormia. Em decorrência disso, Maria da Penha ficou paraplégica, resultando-lhe lesões irreversíveis na terceira e quarta vértebras torácicas, laceração na dura-máter e destruição de um terço da medula à esquerda, além de outras complicações físicas e traumas psicológicos.

A fim de se eximir de quaisquer sanções, Marco Antônio alegou que teria acontecido um assalto na residência do casal, resultando nas graves lesões sofridas por Maria da Penha. Então, inexistindo provas concretas acerca do ocorrido, Maria da Penha voltou para casa, aonde passou a ser violentada novamente, sendo mantida em cárcere privado por quinze dias e tendo passado pela segunda tentativa de feminicídio, quando Marco Antônio tentou eletrocutá-la

---

<sup>2</sup> Assassinato, ou tentativa de assassinato, praticado contra mulher em razão da condição do sexo feminino. Circunstância qualificadora do crime de homicídio, incluída ao Código Penal brasileiro pela Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.



durante o banho. Apesar de suas limitações, Maria da Penha conseguiu contar o que estava acontecendo a parentes, que a tiraram da casa onde vivia com Marco Antônio.

Com a chegada do caso ao Poder Judiciário, Maria da Penha estava confiante que o agressor seria punido pelos crimes contra ela cometidos, porém não foi o que aconteceu, pois, embora Marco Antônio tivesse sido condenado em dois julgamentos, ele não chegou a cumprir nenhuma das sentenças, em razão de recursos no primeiro julgamento (1991) e alegação de irregularidades processuais no segundo (1996).

Foi então que, na busca por justiça, Maria da Penha foi além, sendo necessária a mobilização internacional para que ela obtivesse uma resposta efetiva no combate à violência doméstica e familiar que sofrera e que muitas mulheres também sofriam. Isso porque, apesar da repercussão do seu caso, que causou comoção nacional, o Estado manteve-se omissivo acerca do tema, não implementando políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres, apesar de ser signatário de diversas convenções sobre a problemática, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Assim, ela contou com o apoio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), que apresentou recomendações ao Estado brasileiro, compelindo-o a providenciar medidas de combate à violência contra as mulheres brasileiras. Entrando em vigor, portanto, a Lei nº 11.340/2006, batizada como Lei Maria da Penha, um verdadeiro marco legal para as mulheres brasileiras, sendo a primeira lei voltada exclusivamente para coibir, prevenir e aplicar sanções a condutas violentas perpetradas contra mulheres no âmbito de suas relações domésticas e familiares.

Nos termos do art. 7º da Lei 11.340/06, a violência contra a mulher pode ser física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Na primeira hipótese, pode ser identificada facilmente, pois causa lesões físicas, advindas dos mais diferentes tipos de agressões, como socos ou tapas. Na segunda possibilidade, que é o enfoque deste trabalho, a violência se manifesta sem gerar danos aparentes, ela acontece por meio de palavras, olhares, imposições de comportamento, controle e depreciação da mulher. Já a violência sexual ocorre quando a mulher é constrangida a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força e, também, quando a mulher tem a sua liberdade sexual e reprodutiva ameaçada. A violência patrimonial, por sua vez, consiste em condutas como a retenção, subtração ou destruição parcial ou total de seus objetos, em suma, consiste no uso de bens da vítima, ou em comum com o agressor, para causar prejuízo à mulher. Por fim, o artigo

legal descreve a violência moral como sendo qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Conforme Cantilino, Neves e Jr. (2023, p. 45), a violência contra as mulheres é um fenômeno que tem sido amplamente discutido em diversos espaços de nossa sociedade. É considerada um problema social, pela magnitude do impacto na vida das mulheres e pela sua interferência em diferentes esferas sociais que extrapolam o âmbito particular, a saúde, a segurança pública e a justiça.

Ainda sob a perspectiva de Cantilino, Neves e Jr. (2023, p. 45), podemos identificar formas de violência que ocorrem no âmbito social, como as violências morais e os assédios em espaços de trabalho, restrição de acesso a direitos ocorrida pela condição de ser mulher, violências obstétricas e as formas de violências na esfera íntima, perpetradas por pessoas com as quais se tem relações profundas de afeto.

### **A possível violência psicológica por meio do *gaslighting*, do *mansplaining* e do *maninterrupting***

No contexto da violência psicológica, em específico, podem ser listadas diversas formas de como ela acontece. Por exemplo, no contexto de relacionamento conjugal, a violência psicológica pode acontecer como forma de controle do homem sobre a mulher, de modo que há interferência do agressor nas escolhas da vítima, no seu comportamento, na sua personalidade, no seu vestuário e, ainda, no seu relacionamento com as outras pessoas. Nesse sentido, também pode ser indicado como uma forma de violência psicológica o excesso de ciúmes, conduta que pode limitar a convivência da mulher com outras pessoas, fazendo com que ela destrua vínculos e não cultive relações de amizade.

Sob outra perspectiva, a violência psicológica contra a mulher também pode se manifestar nas relações de trabalho. Isso ocorre quando, por exemplo, um homem menospreza a capacidade da mulher, embora estejam exercendo funções idênticas na mesma empresa, pelo simples fato de ela pertencer ao sexo feminino. É comum que isso ocorra nas profissões consideradas masculinas, como acontece nos esportes, principalmente no futebol, aonde ainda falta investimento no futebol feminino e, conseqüentemente, persiste a desigualdade remuneratória.

Por conseguinte, para constatação do comportamento abusivo por parte do homem em relação à mulher, quando este se manifesta de forma psicológica, foram criados os termos *gaslighting*, *mansplaining* e *maninterrupting*, ainda pouco conhecidos e estudados no Brasil, o

que se percebe pela escassez de trabalhos científicos, na língua portuguesa, relacionados ao assunto, embora existam situações cotidianas que evidenciam a utilização desses tipos de violência psicológica contra a mulher, de maneira até normalizada, o que é inconcebível.

A criação do termo *gaslighting* foi inspirada no filme *Gaslight*, de 1944, palavra que traduzida para o português significa “distorcer”. No filme, que retrata a vida de um casal de classe média alta, o homem tenta convencer a mulher de que ela está ficando louca, quando na verdade não está. Essa manipulação é evidenciada quando ela percebe que as luzes da casa estão fracas, e realmente estão, pois foi seu próprio marido que causou o problema, porém ele distorce a realidade, fazendo-a acreditar que ela estaria alucinando. Daí o motivo pelo qual o termo passou a ser utilizado para se referir a um tipo de violência psicológica contra a mulher (KOSAK; PEREIRA e INÁCIO, 2018).

Para Cantilino, Neves e Jr. (2023, p. 46), *gaslighting* significa uma forma de abuso psicológico, em que a vítima se sente insegura, uma vez que o agressor nega os fatos ocorridos e banaliza o sofrimento e o sentimento daquela que foi ofendida. Em vários casos, as mulheres passam a se sentir inseguras e duvidam da versão real dos fatos, tornando-se mais dependentes de seus agressores.

Esse tipo de violência psicológica é comum de ocorrer em relacionamentos abusivos, apresentando-se quando o homem manipula a mulher ao ponto de fazê-la duvidar da sua própria percepção, das suas memórias e até mesmo da sua sanidade mental. Exemplo disso, é quando a mulher questiona determinado comportamento por parte do homem e é logo taxada como surtada ou louca. É possível identificar quando uma mulher está sofrendo *gaslighting* a partir de respostas como: “você está ficando louca”, “você não percebe as coisas como elas de fato são”, “você é muito exagerada”, “você está alucinando”.

O *mansplaining*, por sua vez, foi popularizado pela jornalista norte-americana Rebecca Solnit, que em seu livro, intitulado “Os homens explicam tudo para mim”, lançado em 2014, relata uma clara situação de *mansplaining* que sofrera. O termo advém da junção das palavras em inglês “man” (homem) e “explain” (explicar) e é um tipo de violência psicológica que ocorre quando o homem se coloca na posição de explicar à mulher uma coisa óbvia, detalhando seu entendimento repetidamente, como se a mulher não tivesse a capacidade de entender, embora ela saiba muito bem do que ele está falando.

É comum ocorrer o *mansplaining* em ambientes de trabalho, quando, por exemplo, em uma reunião, é tratado de determinado assunto que, embora a mulher tenha propriedade, o homem passa a explicá-la, como se ela não soubesse do assunto, com a intenção de constrangê-la e se sobressair perante ela, desmerecendo a sua opinião. Esse tipo de conduta também pode



ocorrer nos ambientes de ensino, em palestras ou, ainda, em simples diálogos ou conversas em grupos mistos. Nessa linha, podem ser citadas algumas frases corriqueiras de quem pratica o *mansplaining*, são exemplos: “fica atenta, não vou explicar novamente”, “você deveria fazer o que eu te ensino”, “eu sei do que eu estou falando, então presta atenção” (KOSAK; PEREIRA e INÁCIO, 2018).

O *manterrupting* é usado para descrever uma situação em que o homem interrompe, constantemente, a mulher com o intuito de banalizar a sua fala. O termo, assim como na hipótese anterior, também é originado de palavras em inglês, neste caso, advém da junção das palavras “man” (homem) e “interrupt” (interromper). A sua criação se deu a partir da análise de constantes situações em que a mulher tem o seu posicionamento desvalorizado por constantes interrupções masculinas, não podendo concluir seu raciocínio. É comum que esse comportamento se dê associado ao *mansplaining*, ou seja, quando o homem, além de explicar alguma coisa óbvia para a mulher, ainda a interrompe repetidas vezes, impedindo que ela expresse a sua opinião (SILVA; FONTANA; FERREIRA e DOS ANJOS, 2023).

O *gaslighting*, o *mansplaining* e o *manterrupting* tratam-se, pois, de condutas abusivas que ferem os direitos das mulheres, impedindo que elas possam ter autonomia sobre as suas próprias vidas, visto que há constantes interferências masculinas, o que é prejudicial em diversos aspectos, causando danos psíquicos, como baixa autoestima, desvalorização de sua capacidade, insegurança, além de prejuízos mais severos, como o desenvolvimento de depressão e ansiedade.

Conforme descrito por Cantilino, Neves e Jr (2023, p. 48),

[...] existem diversos agravos decorrentes das violências, desde as lesões físicas até as alterações psicológicas, como crises de pânico, medo constante, confusão, alteração de atenção e memória, sentimento de inferioridade, insegurança, fobias, baixa autoestima, comportamentos autodestrutivos, ansiedade, depressão e até questões psicossomáticas, como insônias, pesadelos, falta de concentração e irritabilidade.

Além disso, no âmbito familiar e doméstico, ou seja, quando a vítima convive com o agressor, existe a possibilidade dela se culpar pelo comportamento do ofensor, chegando ao ponto de se conformar com as suas atitudes abusivas, de maneira a se inferiorizar para se adequar ao contexto de violência em que vive. Em outras palavras,

A mulher vítima de violência busca se situar diante não apenas do ato da violência, mas das relações que permeiam esse ato e na sua relação consigo mesma. A compreensão do que é ser vítima altera sua autoimagem, a faz reavaliar seu sistema íntimo de crenças sobre o quanto ela mesma vale e sobre o que merece receber da vida e dos outros. Com o objetivo de a violência ocorrida fazer algum sentido, a elaboração mais direta é a desvalorização da mulher como pessoa, bem como a autculpabilização (CANTILINO, NEVES e JR., 2023, p. 48).



O tratamento para as vítimas de violência, por seu turno, exige do profissional da saúde uma análise de cada caso em concreto, de modo que devem se atentar para a história de vida da mulher, o contexto social de onde ela vem, além do fato de que a sociedade ainda tem uma cultura machista que, conseqüentemente, está inserida nas vivências de inúmeras mulheres.

Isso porque, “as mulheres também estão inseridas nessa sociedade de mesma lógica patriarcal e machista. Com isso, muitas vezes, apresentam dificuldades em identificar e nomear as violências sofridas, porém procuram por cuidados em saúde, por apresentarem vários sintomas gerados em decorrência das violências sofridas” (CANTILINO; NEVES; JR., 2023, p. 52).

Logo, é imprescindível que os profissionais da saúde, em conjunto com instituições públicas, desenvolvam projetos de incentivo à identificação das espécies de violências que as mulheres estão sujeitas, em especial, à violência psicológica, cuja identificação é mais difícil, principalmente quando ocorre o fenômeno da normalização no subconsciente da vítima.

### **Considerações Finais**

Sendo assim, conclui-se que, apesar da conquista da Lei Maria da Penha no ordenamento jurídico brasileiro, que visa a proteção da mulher vítima de violência doméstica, tanto no âmbito de convivência familiar, quanto nas relações formais, que é o caso das relações de trabalho, as mulheres estão sujeitas a serem vítimas de violências, sejam físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais, dado o contexto cultural machista em que a sociedade ainda está inserida.

Ainda, extrai-se do presente estudo que é mais comum que o *gaslighting* ocorra nas relações conjugais, quando há vínculos íntimos entre a vítima e o agressor. Enquanto o *mansplaining* e o *maninterrupting* são mais comuns de ocorrerem nas relações formais, em grupos de trabalho misto, com homens e mulheres, e em ocasiões de debates, palestras ou reuniões.

Por fim, compreende-se que, para combate e prevenção à violência contra a mulher, é necessário que o assunto seja tratado com mais frequência nos ambientes públicos, como nas universidades e escolas, por meio de palestras, debates e projetos de extensão, e que sejam criados projetos entre os profissionais da saúde e as instituições públicas para orientação das mulheres vítimas de violência e conscientização de toda a sociedade, pautando os tipos de violência, formas de como identificá-los, onde as mulheres devem buscar ajuda e como



proceder diante de situações de *gaslighting*, *mansplaining* e *manterrupting*, encorajando as mulheres a se imporem.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 11 maio 2023.

CANTILINO, Amaury; NEVES, Maila C L.; JR., Joel R. **Transtornos psiquiátricos na mulher: diagnóstico e manejo**. R. Ernesto Alves, 150 - Floresta, Porto Alegre - RS. Editora Artmed. Grupo A, 2023. E-book. ISBN 9786558820789. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558820789/>. Acesso em: 11 maio 2023.

INSTITUTO MARIA DA PENHA – IMP. **“Quem é Maria da Penha”**. Disponível em

<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em 11 mai. 2023.

KOSAK, Mirian Maria; PEREIRA, Deivdy Borges; INÁCIO, Adriele Andreia. **Gaslighting e mansplaining: As formas da violência psicológica**. Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v. 5, n. 1, p. 251-262, 2018. Disponível em:

<http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1030>. Acesso em: 11 maio 2023.

SILVA, Giovanna dos Santos; FONTANA, Melissa Fernanda; FERREIRA, Ana Paula Junqueira; DOS ANJOS, Indiana Alessandra. **A violência psicológica e seus subprodutos proeminentes nas relações sociais contemporâneas**. Open Science Research X - ISBN 978-65-5360-270-0, v. 10, p. 1208-1221, 2023. Disponível em:

<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230111776.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

SPALLICCI, Renata. **“Você sabe o que é Mansplaining?”**, 2020. Disponível em:

<https://www.renataspallicci.com.br/diversidade-inclusao/mansplaining/#:~:text=A%20origem%20do%20termo%20%E2%80%9CMansplaining,que%20ela%20%C3%A9%20a%20autora>. Acesso em: 12 maio 2023.



**“REFUGIADOS NÃO, IMIGRANTES!” –  
reflexões sobre identidade a partir de Hannah Arendt sob a perspectiva dos Estudos  
Culturais**

**Rodrigo Miguel de Souza<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Professor do Curso de Direito na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Sociologia do Direito. Grupo de Pesquisa: Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. miguelcsp@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma breve reflexão sobre o tema das identidades culturais e nacionais a partir da temática dos refugiados posto por Hannah Arendt no texto “Nós, os refugiados”, publicado em 1943. A metodologia adotada é a de revisão bibliográfica, tomando como referenciais teóricos autores da área dos Estudos Culturais e referenciais sócio-históricos. Procuramos aqui explorar a forma como a identidade judaico alemã dos refugiados é exposta de forma complexa e mesmo contraditória por Arendt, demonstrando as múltiplas formas de ser e perceber-se refugiado ou imigrante em tempos da segunda guerra mundial que inflamou um antissemitismo incipiente nas primeiras décadas do século XX. Como forma de contextualização do escrito de Arendt, trazemos, as políticas inibidoras da imigração implantadas e a forma como a opinião pública brasileira tratou o tema do povo judeu durante os governos de Getúlio Vargas. Concluimos que os judeus alemães sofreram uma dupla discriminação em função de sua identidade, bem como tal condição serviu de base para a formulação de novas políticas internacionais e teorias sociais que moldaram o século XX.

**Palavras-chave:** Antissemitismo; Identidade nacional; Hannah Arendt

## **Introdução**

O presente escrito foi elaborado a partir de discussões levantadas no grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania” da URI – câmpus São Luiz Gonzaga, especificamente em encontro da linha de pesquisa 2 (A literatura e o cinema como reflexão ao ensino jurídico), onde foram abordados os temas de Direitos Humanos dos refugiados e imigrantes à época da Segunda Guerra Mundial a partir o texto “Nós, os refugiados” de Hannah Arendt (2013).

Tendo como ponto de partida as reflexões de Arendt abordaremos o tema das identidades sociais, bem como as interligações da temática dos judeus refugiados com as políticas implementadas no Brasil pelo governo Getúlio Vargas, objetivando compreender a importância da condição dos refugiados judeus alemães para a elaboração de políticas e teorias sociais após a época de publicação do texto de Arendt.



## Metodologia

Para a elaboração da escrita utilizaremos a metodologia qualitativa com técnica de pesquisa bibliográfica, recorrendo a referenciais sócio-históricos com foco em autores identificados com os Estudos Culturais.

A área dos Estudos Culturais apresenta-se como uma série de estudos interdisciplinares surgidos na Inglaterra a partir da década de 1950, que utilizando como fonte a Filosofia, Sociologia, Antropologia e teoria literária ocupou-se em estudar temas como a cultura, educação, linguagem, identidade, nação e outros. Ainda que autores como Stuart Hall, Eduard P. Thompson, Kathryn Woodward e o brasileiro Thomaz Tadeu da Silva sejam costumeiramente enquadrados como pertencentes ao campo dos Estudos Culturais, este não chega a configurar uma escola de pensamento no sentido clássico, pois não apresenta uma “regulamentação disciplinar” (HALL, 2006), e sim uma série de estudos com temas em comum que visam a compreensão da realidade de forma multifacetada e em constante mutação, para além de uma definição metafísica, que “recusa-se a ser uma grande narrativa ou um meta-discurso de qualquer espécie (HALL, 2006. P 189).

## Refugiados não, imigrantes! Identificação vs autoidentificação

O texto de Arendt foi publicado no ano de 1943, em um contexto de perseguição aos judeus na Alemanha nazista, calcado nos ideais de pureza racial e criação de inimigos internos, o que gerou o expurgo de judeus, negros, ciganos e demais minorias, resultando em uma enorme onda de emigrantes. De acordo com o United States Holocaust Memorial Museum (2023) “Entre a ascensão nazista ao poder, em 1933, e a rendição da Alemanha nazista, em 1945, mais de 340.000 judeus deixaram a Alemanha e a Áustria”. Tal situação levou posteriormente à convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados, tratado global que definiu formalmente em 28 de julho de 1951 o que vem a ser um refugiado, bem como os direitos e deveres frente aos países que os acolhem (ACNUR, 2023). “Nós, os refugiados” ganha então importância enquanto documento histórico moldado na efervescência de conflitos e debates públicos geradores da convenção sobre o tema.

A autora inicia a escrita negando o próprio termo “refugiados” atribuído aos imigrantes teuto-judeus. De acordo com ela, estes identificavam a si mesmos como “recém-chegados” ou “imigrantes”, em um processo de autoidentificação que dialoga com a identidade imposta externamente durante a migração. O conceito de identidade posto aqui aproxima-se daquele



proposto por Stuart Hall (2006, 2011) como algo “em processo”, oposto a uma noção “naturalista”, estática ou essencialista da identidade. Ou seja, a identificação é algo mutável de acordo com o conjunto de pré-disposições pessoais apresentadas pelos indivíduos, mas também moldado pelas condições sócio-históricas a que estes estão submetidos, ou seja, é uma categoria sujeita à uma “historicização radical” (Hall, 2011, p. 108).

O resultado da dialética entre predisposições individuais e condicionantes históricos é sintetizada por Arendt na forma das diferentes reações dos refugiados ao contexto da emigração, tornando-se “americanos de língua alemã”, ou mesmo perfazendo uma trajetória pessoal errática, como a do Sr. Cohn, que demonstra a infinidade de possibilidades de pertencimento e identificação em uma mesma vida.

Sr. Cohn de Berlim, que sempre havia sido alemão a 150%, um alemão super-patriota. Em 1933 esse Sr. Cohn encontrou refúgio em Praga e rapidamente se tornou num patriota checo convicto – tão verdadeiro e leal como patriota checo quanto tinha sido patriota alemão. O tempo foi passando e por volta de 1937 o governo checo, já sob pressão nazi, começou a expulsar os seus refugiados judeus, apesar do facto destes se sentirem tão fortemente como cidadãos prospectivos quantos os checos. O nosso Sr. Cohn foi então para Viena; para se ajustar lá um patriotismo austríaco era requerido. A invasão alemã forçou o Sr. Cohn a sair do país. Chegou a Paris num mau momento e nunca chegou a receber uma permissão de residência regular. Tendo já adquirido uma grande capacidade em desejar o melhor, recusou tomar as medidas administrativas seriamente, convencido de que iria passar a sua vida futura em França. Portanto, preparou o seu ajustamento à nação francesa ao identificar-se com o “nosso” antepassado Vercingétorix. Penso ser melhor não me demorar nas aventuras futuras do Sr. Cohn. Tanto quanto o Sr. Cohn não consiga enganar a sua mente sobre quem é de facto, um judeu, ninguém pode prever todas as mudanças doidas que ainda terá que passar. (ARENDDT, 2013. p. 16).

Neste sentido a identificação do Sr. Cohn demonstra a tradução como possibilidade de traçar um futuro diverso daquele proposto por um passado trágico.

De acordo com Hall (2011, p. 106):

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui.

A forma como a legislação ou as políticas de governo tratam do tema dos refugiados insere-se entre os condicionantes externos da identidade. Especificamente no caso dos judeus alemães refugiados, é interessante observar a forma como o Brasil tratou o tema durante o governo de Getúlio Vargas.



## Imigrantes e refugiados na era Vargas: O estrangeiro como inimigo externo

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) pautou muitas de suas ações na construção de uma identidade nacional brasileira, eliminando regionalismos, elegendo e enaltecendo símbolos nacionais (samba, capoeira), mas também demarcando fronteiras em relação à inimigos externos. Se entre a primeira e segunda metade do século XIX a imigração havia servido como vetor de ocupação de território e de tentativa de embranquecimento da população brasileira, no início do século XX o aumento da população imigrante, representando uma mão de obra mais qualificada na cidade e com acesso à terra facilitado no campo, passou a representar um obstáculo ao acesso dos brasileiros ao mercado de trabalho, conseqüentemente às próprias ambições de perpetuação das políticas populistas de Vargas.

A construção de uma identidade brasileira na era Vargas remete à busca do ideal de brasilidade proposto pela Semana de Arte Moderna de 1922. De acordo com Alice Leitão, Vargas assume o governo em 1930:

Visando a quebra da estrutura agroexportadora e dependente que caracteriza o país desde os primórdios da colonização, de forma a impulsionar o desenvolvimento fundado na industrialização decorrente da substituição de importações, Vargas se propõe, então, a construir no Brasil um Estado Nacional, dotado de uma população que se identifique culturalmente com a nação. Para tal, é necessário, como visto previamente, que se execute um processo de construção identitária capaz de atrelar tal população ao Estado Nacional. Esse empreendimento é realizado através da atuação cultural do governo, tendo como mecanismos fundamentais o sistema educacional e os meios de comunicação de massa. (LEITÃO, 2016, p. 41).

Ainda que a atuação de Vargas na promoção da brasilidade tenha adotado um tom internamente apaziguador, principalmente no período entre 1930 e 1935, tendo como grande exemplo a adoção da ideologia da democracia racial – baseada na ideia do sincretismo cultural harmonioso das três “raças” formadoras da população brasileira propagadas por Gilberto Freyre – foi durante seu governo que foram promulgadas várias leis que restringiam a imigração. Conforme Jansen (2023), “em 1930, Getúlio Vargas baixou um decreto limitando a entrada de estrangeiros no Brasil. O decreto estabelecia ainda que no mínimo dois terços dos postos de trabalho deveriam ser ocupados por brasileiros”.

A partir de 1937, no Estado Novo, com a aproximação de Vargas dos ideais do fascismo italiano, o antissemitismo se aprofunda, ganhando espaço na opinião pública, sendo traduzido nas leis. Carneiro (2018), retoma o artigo “Imigração e sentimento nacional” de



Francisco Campos, ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, publicado no jornal A Noite (RJ):

[...] a introdução maciça de populações com o fim de encher os espaços vazios do nosso território, isto é, a introdução de uma quantidade tal de imigrantes que superasse a nossa capacidade atual de assimilação, significaria fatalmente a desfiguração e o desnaturamento, do ponto de vista nacional, de vastas extensões do solo pátrio. Da tentativa de crescer demograficamente o país resultaria, destarte, uma diminuição espiritual da pátria e essa diminuição espiritual poderia tornar-se, mais tarde, um fator da própria redução material da pátria, a saber, uma ameaça à sua unidade.

Sob esta ótica os judeus são encarados como uma ameaça ao Brasil, representando a potencial desfiguração tanto da identidade nacional – calcada na ideia de que haveria uma origem comum aos que aqui já habitavam – quanto uma ameaça à própria federação e ao temperamento nacional.

Em particular, não interessava ao Brasil receber os judeus que fugiam do nazifascismo porque – segundo as autoridades brasileiras – eles colocavam em risco o processo de construção da raça e da brasilidade. Essa posição, radical em sua essência, vinha atrelada a uma prática orientada para o futuro da nação, que deveria incentivar apenas a entrada de “bons” imigrantes, tendo como critérios elementos étnicos e ideológicos. Assim, as correntes imigratórias não poderiam estar comprometidas com a ideia de corrosão social e com as doutrinas exóticas, traços pertinentes à imagem estereotipada dos judeus, avaliados como inassimiláveis, comunistas, parasitas e avessos ao trabalho agrícola. Segundo esse raciocínio, a ideologia do trabalho prestava-se como critério seletivo, acobertando uma mentalidade racista que pontuou, por várias décadas, o discurso oficial brasileiro. (CARNEIRO, 2018)

Neste sentido cabe ressaltar que o Estado de Israel só seria criado em 1951, o que significa que o povo judeu era em 1943 uma Nação sem Estado, fazendo com que a tomada de parte do Estado brasileiro pelos judeus supostamente representasse uma ameaça em potencial. Compreendendo as características de formação da noção de Estado como comunidade imaginada (WOODWARD, 2000), percebe-se que historicamente a criação de inimigos externos e internos serve como construto delineador dos limites da identidade nacional: é definindo quem não somos que definimos quem somos. A identidade nacional, assim como as demais identidades é constituída de forma relacional, tornando identidade e diferença termos indissociáveis.

No caso em questão a noção específica de brasilidade no governo Vargas elegeu como inimigos externos os judeus, ciganos, negros, asiáticos e comunistas.

Podemos considerar que o projeto étnico-político defendido pelo governo Vargas – caracterizado pelo ideal de higienização da raça inspirado no racismo e na xenofobia dos regimes nazifascistas – manteve o conceito de homogeneidade racial sustentado pelos teóricos eugenistas do final do século. As ideias que inspiraram as emendas para a nova

Constituição de 1934 nada mais fizeram do que preservar a tradicional política de aparências, ao aprovar o sistema de cotas para a imigração. Três anos depois, a aprovação da primeira circular secreta contra a entrada de imigrantes “semitas” no Brasil levaria ao auge o antissemitismo político implantado pelo governo Vargas. Persistiam os mitos da democracia racial, do homem cordial brasileiro e da conspiração judaico-comunista. (CARNEIRO, 2018)

Em 18 de setembro de 1945 é promulgado o Decreto-lei Nº 7.967, que dispunha sobre a colonização e a imigração, trazendo em seus primeiros artigos o seguinte texto:

Art. 1º Todo estrangeiro poderá, entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional.

A atuação dos órgãos governamentais orientados pela ideologia do governo Vargas recebeu chancela oficial a partir da letra da lei para agir de forma seletiva, oficializando as práticas até então dispostas em discursos públicos, porém não positivadas.

A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – esse caso entre grupos étnicos – São vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares. Em outras palavras, a afirmação das identidades nacionais é historicamente específica. (WOODWARD, 200, p. 11).

Somente ao fim do século XX foram estabelecidas no Brasil novos marcos legais que modificariam a relação com os refugiados e imigrantes, como a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) e a Lei no 13.445 de 2017 (Lei de Migração), que seguiram tardiamente a Convenção de 1951 sobre refugiados e o Estatuto dos Refugiados assinados pelos Estados membros da ONU em 1966.

### **Considerações Finais**

A reflexão acerca do tema da identidade a partir da obra “Nós, os refugiados” em confrontação com as políticas estabelecidas no governo de Getúlio Vargas demonstra o ambiente beligerante a que estavam sujeitos os refugiados judeus. Estes imigrantes estavam sujeitos a um duplo preconceito, tanto por serem alemães à época da Segunda Guerra Mundial, quanto por serem judeus, em um ambiente de opinião pública e políticas antisemitas. Conforme os relatos de Arendt, a recepção destes refugiados passou longe do acolhimento, passando por situações como isolamento social destes, onde na melhor das situações criavam-se comunidades



judaicas, mas também por assimilações subordinadas, com o desprezo pelo conhecimento e/ou status acadêmicos pré-existentes.

Ainda que a análise aqui realizada seja breve e restrita à um recorte histórico específico da legislação brasileira, conclui-se que o debate acerca da questão judaica e dos refugiados da Segunda Guerra Mundial teve grandes impactos na forma como futuramente seriam formuladas as políticas internacionais acerca do acolhimento destes imigrantes, assim como nos estudos das ciências sociais em temas como cultura, imigração e raça, influenciando inclusive nos Estudos Culturais a partir da década de 1950, matriz teórica utilizada neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALTO-COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - ACNUR. **Convenção de 1951**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,ap%C3%B3s%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial>. Acesso em: 12 maio 2023.

ARENDDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Covilhã: Lusofia Press, 2013.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20Imigra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20por%20esta%20lei>. Acesso em: 13 maio 2023.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, ed. 119. Out. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>. Acesso em: 12 maio 2023.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **A política imigratória do Estado Novo**. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/judeus/a-politica-imigratoria-do-estado-novo.html>. Acesso em: 13 maio 2023.

JANSEN, Roberta. **O racismo seletivo de Vargas**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/414950/noticia.htm?sequence=1#:~:text>



=Logo%20depois%20de%20assumir%20o,deveriam%20ser%20ocupados%20por%20brasileiros. Acesso em: 12 maio 2023.

LEITÃO, Alice Saute. **O modernismo e o projeto nacional de Vargas:** a construção de uma identidade brasileira. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Os Refugiados.** Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/refugees>. Acesso em: 12 maio 2023.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes. 2011.



## GT III – Saúde individual e coletiva



## CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ACOMPANHAMENTO DAS PRÁTICAS ADOTADAS EM UMA EQUIPE DE FUTSAL

Vitor dos Santos Ribas<sup>1</sup>; Jean Lucas Poppe<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências da Saúde. Educação Física. vitordsribas@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências da saúde. Educação Física. jlucaspope@gmail.com.

**Resumo:** O presente trabalho consistiu na análise de práticas adotadas em atividades referentes à organização, planejamento dentro e fora da quadra e aplicação de exercícios pelo Staff da AGSL, que é uma equipe semi-profissional de futsal e à época desta pesquisa, disputava o Gauchão de Futsal - Série C. Foram realizadas observações dos treinamentos e do dia a dia da equipe, acompanhando de perto o trabalho do treinador, do preparador físico e do preparador de goleiros com posterior análise e discussão literária dos fatos observados. Foi possível perceber que mesmo adotando uma autotclassificação de equipe semi-profissional, o staff da equipe realiza atividades com embasamento teórico e que constroem boa base para a evolução dos atletas para o *status* de profissional. Portanto, a equipe está cercada por profissionais que buscam realizar o melhor trabalho possível, mesmo com algumas limitações comuns a pequenos clubes e que não gozam dos recursos de uma equipe esportiva profissional, promovendo a formação de atletas.

**Palavras-chave:** atleta; esporte; treinamento.

### Introdução

O Futsal é um esporte similar ao futebol, entretanto, têm origem sul-americana e suas partidas acontecem em um quadra, sob ambiente normalmente coberto. Estudos divergem ao apontar quando e onde aconteceu a criação do Fustal, se foi no Brasil ou no Uruguai, porém, são convergentes ao afirmar que o esporte foi desenvolvido durante as décadas de 1930 e 1940 (CBFS, 2021).

São Luiz Gonzaga é uma cidade situada no noroeste do Rio Grande do Sul e em 2021, onde está a sede do clube de Futsal Associação Grande São Luiz (AGSL). A equipe esportiva local de Futsal retornou às atividades após alguns anos desativada. Fundada em 1998, no ano seguinte disputou a série bronze e foi vice-campeã, subindo de divisão para disputar pela primeira vez a série prata, competição que foi campeã 3 vezes, em 2001, em 2009 e em 2010. Após a terceira conquista, e conseguir acesso novamente para a elite do futsal gaúcho, a equipe se aventurou a jogar pela primeira vez a série ouro. Atualmente, a equipe atua no *status* de uma equipe de futsal semi-profissional. Segundo Bernardes (2021), as equipes de futsal podem ser classificadas como amadoras, semi-profissionais e profissionais e a definição dessa classificação é obtida por autotclassificação ou por uma série de outros fatores organizacionais e/ou financeiros.

Esse estudo foi realizado a partir da análise observacional das práticas realizadas pela equipe durante a preparação para a participação da AGSL na terceira divisão do campeonato gaúcho de Futsal. As observações realizadas *in loco* foram orientadas na disciplina de OFICINA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM ESPORTES do curso de Educação Física da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – São Luiz Gonzaga e teve como finalidade discutir com base na literatura disponível a assertividade ou não das práticas realizadas por comissões técnicas de equipes esportivas.

Assim, este trabalho objetiva entender e comentar sobre as práticas adotadas no dia a dia da equipe com base na literatura encontrada sobre o Futsal e sobre os aspectos fisiológicos das decisões tomadas pelo *staff*.

## Metodologia

Este trabalho é um conjunto de pesquisa bibliográfica com relato de experiência, a qual foi realizada em São Luiz Gonzaga – RS, Brasil, tendo como base a observação dos treinamentos, das práticas pré e pós jogos da equipe de Futsal AGSL, tais observações ocorreram durante a pré-temporada de 2021. Além disso, foi realizada a pesquisa de informações relativas ao histórico e à organização da Diretoria da equipe, para entender o status que a equipe se encontrava e os passos a serem tomados no futuro.

A partir de atividades extensionistas, foram realizadas observações e anotações dos principais aspectos de trabalho da equipe esportiva, seguido por estudo bibliográfico, a fim de apontar a fundamentação teórica das práticas adotadas. Para isso, buscou-se por referências bibliográficas nas plataformas *Scholar Google*, SciELO e PubMed. Além disso, algumas pesquisas foram feitas diretamente em *websites* diversos, tais como o as páginas eletrônicas oficiais da AGSL, da Confederação Brasileira de Futsal e da Federação Paulista de Futsal.

## Resultados e Discussão

### 1. O FUTSAL

Em resumo, Futsal é basicamente uma variante do futebol, jogada com 5 atletas em cada lado, que pode ser praticada em nível profissional, semi-profissional ou amador e pode ser chamado também de Futebol de Salão. (MOORE et al., 2014).

O Futsal é um esporte genuinamente criado na América do Sul. Existem divergências quanto onde o Futsal realmente nasceu, sendo que sobre esse assunto são duas as principais teorias. Uma delas diz que o esporte começou a ser praticado no estado de São Paulo, no Brasil, por volta de 1940. A outra teoria aborda um esporte que era denominado de “indoor-foot-ball”



e começou a ser praticado em 1934 no Uruguai. Sobre esse tema, o Website oficial da Federação Paulista de Futsal menciona que:

“Há uma versão que o futebol de salão começou a ser jogado por volta de 1940 por frequentadores da Associação Cristã de Moços, em São Paulo (SP), pois havia uma grande dificuldade em encontrar campos de futebol livres para poderem jogar e então começaram a jogar suas “peladas” nas quadras de basquete e hóquei.”

Ainda, quanto a segunda versão, a qual é mais aceita, a FPFS traz que “de que o futebol de salão foi inventado em 1934 na Associação Cristã de Moços de Montevideú, Uruguai, pelo professor Juan Carlos Ceriani”.

A partir disso, o Futsal começou a popularizar, novas instituições passaram a ser criadas e em 1956, as primeiras regras oficiais do esporte foram publicadas. Com a organização e expansão do esporte, não demorou até acontecer o primeiro campeonato mundial da modalidade, segundo informações da Confederação Brasileira de Futebol de Salão: “Em 1982, no ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, a Fifusa organizou o 1º Campeonato Mundial de Futebol de Salão, com a participação de Brasil, Argentina, Costa Rica, Tchecoslováquia, Uruguai, Colômbia, Paraguai, Itália, México, Holanda e Japão”. Logo após, no ano de 1988 a FIFA, principal organização do futebol no mundo “adotou” o Futsal e já em 1989 organizou a primeira copa do mundo de Futsal.

Desta época até os dias atuais, o Futsal só evoluiu e se solidificou como esporte, estando incluso no cronograma dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Esse fato ajudou a aumentar ainda mais a popularidade do Futsal pelo mundo. Atualmente é evidente o crescimento do esporte, o que gera uma demanda maior por conhecimentos aplicados em especificidade ao esporte (MOORE et al., 2014)

As regras do Futsal estão em constante modificação e evolução, sendo que atualmente o jogo encontra-se em um status bem diferente e mais profissionalizado do que aquele que era apresentado no início, nas décadas de 1930 e 1940. As principais mudanças ocorreram após o esporte se vincular à FIFA e aconteceram especialmente quanto ao peso e tamanho da bola de jogo, à liberação do ato de atleta efetuar o gol dentro da área adversária, à permissão ao goleiro atuar como elemento de linha fora de sua área, à reposição da bola em jogo feita com os pés e às dimensões da quadra. (BERNARDES, 2021).



## 2. AS PECULIARIDADES DA AGSL: HISTÓRIA E ATUALIDADE

A fundação da equipe aconteceu no ano de 1998 e na sua história já obteve significantes glórias como a conquista da antiga “série prata” por três oportunidades, um vice campeonato da “série bronze” e já chegou às fases finais da “série ouro”, que à época, era a principal competição ativa no Futsal Gaúcho.

Destaca-se de forma mais detalhada a história da AGSL no website oficial na equipe, o qual elucidada:

A Associação Grande São Luiz de Clubes (AGSL) foi fundada no ano de 1998, resultado de um anseio da comunidade que há muitos anos não participava de competições em nível estadual (a última havia sido com o RANCHO em 1988).

O ano de 1999 foi o de estreia do clube no Campeonato Gaúcho de Futsal, sendo então Vice-Campeão da série Bronze, conquistando o acesso para a série Prata do ano seguinte. Empresas locais e um elevado número de sócios, motivados pela excelente campanha já em seu primeiro ano de competição, eram os grandes incentivadores do projeto, além de abnegados entusiastas que compunham a diretoria do clube e acabaram tornando-se nomes históricos da AGSL.

Em 2000, a AGSL participa pela primeira vez da série Prata, competição esta em que se sagrou campeã em três oportunidades, 2001, 2009 e 2010, sendo atualmente a maior campeã da categoria no Estado. Nos 2 primeiros êxitos, o clube optou por seguir nesta mesma série (Prata), ingressando então, na série Ouro, somente em 2011, obtendo naquele ano a quarta melhor campanha na Elite do Futsal gaúcho. No ano de 2012, o clube novamente figurou entre os semifinalistas da competição, sendo eliminado nas semifinais.

Entre os anos de 2012 e 2014 a AGSL também possibilitou categorias de base e formação de atletas para a região por meio de Escolinhas de Futsal masculinas e femininas, sendo que em 2015 o time feminino disputou o Estadual de Futsal.

Em 2021, a equipe competia na “série C” do “Gaúchão de Futsal”, ou seja, a terceira divisão do Futsal Gaúcho. Ressalta-se que 2021 foi um ano de reconstrução pra equipe, pois voltou às atividades após alguns anos desativada. Historicamente, a AGSL já competiu em nível profissional, disputando a “série Ouro”, que na época, era a divisão de elite do Futsal no Rio Grande do Sul.

Neste ano de reconstrução e recomeço, a equipe adotou um protocolo e status de equipe semiprofissional/amadora. O elenco contava com 17 atletas que tinham variada faixa etária, sendo o mais novo com 15 anos e o mais velho com 40 anos de idade. Nas observações realizadas junto à comissão técnica, muitos pontos importantes sobre a sistemática e as estratégias do time foram observadas, abordadas e comentadas, dentre elas, destacam-se alguns pontos.



## 2.1 Da preparação física

A temporada iniciou-se com uma avaliação física e técnica dos atletas, a fim de direcionar cada um para um método de treinamento mais adequado à realidade de cada um na pré-temporada. O preparador físico ainda ressaltou a importância dessa avaliação, especialmente no ano de 2021, onde muitos atletas ficaram parados com as suas atividades em razão da pandemia de Covid-19. Ressalta-se que a avaliação no começo da temporada é muito importante, pois a quantificação dos componentes corporais é considerada uma importante ferramenta para avaliação, diagnóstico, prescrição e controle do treinamento em suas diferentes fases, uma vez que essas variáveis estão intimamente relacionadas ao desempenho do atleta (FUKE, PUPO & CÔRREA MATHEUS, 2009).

A preparação física da AGSL foca na evolução de três valências, sendo elas: Força, Potência e Endurance. Além do trabalho coletivo, a equipe técnica direciona os atletas para uma periodização e protocolo de preparação individual, a fim de trabalhar as fraquezas de cada atleta. Essa estratégia utilizada na AGSL fundamenta-se também na literatura, pois, para PEREIRA (2013):

O atleta tem a necessidade de se preparar na pré-temporada para suportar o desgaste físico no período competitivo e o exercício de força viabilizado pelo trabalho de musculação com aparelhos possa ser o método adequado a colaborar com o atleta a alcançar o desempenho satisfatório.

Ademais, quanto a essa individualização de treinamento específico e direcionado para cada atleta, Pereira (2013) menciona que a utilização de força pelo jogador de futebol é específico a cada grupo de posição, o que indica que os treinamentos devem ser elaborados de forma a atender a essa especificidade. Além das especificidades da modalidade esportiva, os benefícios do treinamento ocorrem quando os programas de exercícios concentram-se nas necessidades individuais e nas capacidades dos participantes (MCARDLE, 2019). E é exatamente essa a sistemática adotada na AGSL, sendo realizado o direcionamento da preparação física com o foco na valência mais carente, ou naquela que a posição do jogador exige, é claro, sem deixar de lado as demais valências.

A periodização é um fator muito utilizado na preparação física da equipe. Além da periodização que é feita na pré-temporada e durante a temporada, existe um planejamento semanal, no qual, com base no dia em que acontecerá o jogo, adequa-se a intensidade do treinamento, sendo o treino mais intensivo no meio entre um jogo e outro, onde a recuperação do jogo anterior já aconteceu e a intensidade desse treinamento não prejudicará no próximo jogo. A periodização é importante para que haja períodos regenerativos, uma vez que a temporada de Futsal pode ser extensa. Quanto a isso:

Tendo em vista um período competitivo tão extenso, e a magnitude das cargas, observa-se que a recuperação do atleta após os jogos obtém extrema importância, pois sem um período regenerativo eficiente, não há máxima performance. Durante o treinamento ocorrem uma série de adaptações no organismo do futebolista e essas mudanças exigem períodos cirúrgicos para a regeneração (ROSA, 2010).

No caso do Futsal, e no caso da AGSL, normalmente os jogos das competições acontecem de forma semanal. Então, nos dias após aos jogos é necessário se ter especial atenção, para que haja uma hábil recuperação para o jogo da semana subsequente. Assim, nesse momento, os controles fisiológicos passam a ser essenciais para regular as cargas de treinamento, minimizar o aumento dos índices de fadiga. Nos dias subsequentes aos jogos, as cargas são reduzidas e a sessão de treinamento passa a ter caráter regenerativo (ROSA, 2010). Nesse caso, Rosa (2010) ainda afirma que nos microciclos com um jogo semanal, são realizados em média uma unidade de treinamento de caráter regenerativo, uma unidade de treinamento de caráter físico e cinco unidades de treinamentos técnicos táticos. Como podemos ouvir durante a entrevista com o preparador físico da AGSL, essa abordagem de variar treinos físicos com treinos táticos e regenerativos é bastante utilizada na preparação semanal da equipe.

Ainda, durante a entrevista, o preparador físico da equipe mencionou adotar a musculação como um fator regenerativo, sendo que o treinamento de força é utilizado com a estratégia de reduzir um pouco do volume total de treinamento, tendo em vista que o foco da preparação é nas valências de potência e *endurance*, valências essas que segundo o preparador, são as mais desenvolvidas durante o treinamento com bola.

Quanto às estratégias imediatamente pré e pós jogos, o foco do aquecimento é ambientar e preparar os jogadores não só fisicamente, mas de forma psicológica. Já, no físico, este treinamento é gradual, começando por movimentação, mobilidade, alongamento dinâmico, aquecimento com bola e de fundamentos, e logo após, na parte final, o aquecimento parte para a prática de finalização e uma movimentação prática e tática. Quanto a isso, a função do aquecimento é provocar alterações fisiológicas no organismo dos atletas a fim de promover o aquecimento, que são basicamente a elevação da temperatura corporal e muscular, com o aumento da atividade enzimática, aumento do fluxo sanguíneo e do oxigênio disponível no organismo, redução no tempo de contração e reflexo e, aumento do  $VO_{2max}$  e da frequência cardíaca. Ainda, o processo de aquecimento pode ser influenciado por fatores endógenos (idade, nível de treinamento e nível psicológico) e exógenos (período do dia, temperatura do ambiente, especificidade), sendo que o aquecimento pode ser geral, que é aquele que é realizado com exercícios voltados à preparação do sistema cardiorrespiratório ou específico, no caso do Futsal, se busca adicionar exercícios com mudança de direção e utilização de potência muscular realizados com e sem bola (ROMANO, 2007).

Já no pós jogo, a preocupação do preparador físico da equipe é em realizar a recuperação imediata com uma fonte de carboidratos. Atividades físicas aeróbicas intensas com duração de uma hora reduzem o glicogênio hepático em cerca de 55%, e uma sessão de duas horas ou mais quase depleta totalmente o glicogênio do fígado e também o muscular. Ainda, séries intensas de atividade, de 1 a 5 minutos com curtos intervalos podem reduzir de forma significativa o glicogênio hepático e muscular (MCARDLE, 2019). No caso da AGSL, com a finalidade de que haja uma reposição energética imediata após o jogo, é disponibilizado algumas fatias pizza para suprir essa necessidade dos atletas no pós jogo. Também, é feito monitoramento cardíaco e um protocolo de percepção subjetiva de esforço. A estratégia utilizada pelo preparador físico da equipe é muito aceita, pois o período entre uma sessão de exercício e outra de um atleta geralmente varia entre 6 e 24 horas, então, é necessário uma rápida recuperação de glicogênio hepático e muscular, e, até mesmo de líquidos e eletrólitos. Depois do treinamento, a dieta deve providenciar energia e carboidratos a fim de assegurar uma rápida recuperação desse glicogênio muscular, pois, se depletado, a necessidade é de carboidrato necessário para suprir essa necessidade é de 1,5g/kg de peso corporal na primeira meia hora após fim da atividade, podendo ser repetida essa medida após 2 horas. (DA SILVA et al., 2008).

Quanto ao tipo de carboidrato indicado para esse processo Da Silva et al. (2008) mencionam que:

A escolha dos alimentos ricos em carboidratos a serem administrados pós-exercício, essa deve ser feita tomando-se como base o índice glicêmico dos mesmos. Haja vista que, na fase de recuperação, os alimentos de alto índice glicêmico promovem uma reposição dos depósitos de glicogênio muscular de maneira muito mais eficiente (rápida) do que aqueles de baixo índice glicêmico.

É importante atentar não somente ao aporte energético, mas também ao índice glicêmico, pois esse reflete o aparecimento da glicose na circulação sistêmica e também da captação da glicose pelos tecidos periféricos.

## 2.2 Da preparação alimentar

Em razão das condições de amadorismo da equipe, não existe um acompanhamento nutricional com a equipe. De qualquer sorte, alguns atletas, de forma individual, realizam a contratação de profissionais da nutrição.

## 2.3 Da preparação técnica

É realizada uma análise estatística e de vídeo dos adversários, a fim de adequar as estratégias de jogo e orientar os atletas na forma de jogar, marcar e atacar, tanto de forma

individual como de forma coletiva. Também, diante da situação dos jogos da AGSL serem gravados, há uma análise de acertos e erros do próprio time, a fim de melhorar a estratégia de jogo e a forma de jogar dos atletas.

Além de a preparação ser realizada jogo a jogo, o treinador da equipe mencionou levar em conta as características individuais dos atletas, tanto para o plano de jogo como para a formação de quartetos. Destacou-se a forte característica defensiva da equipe durante o campeonato jogado em 2021 e deu os créditos do mérito defensivo à própria característica defensiva dos jogadores que compõem o elenco. Nesse viés é importante ressaltar que:

Torna-se assim, fundamental oportunizar processos de ensino-aprendizagem-treinamento que promovam o desenvolvimento das potencialidades e competências dos alunos, respeitando suas diferenças individuais e promovendo um crescimento amplo e diversificado nas suas capacidades, fomentando sua integração e enriquecimento da sua personalidade (SILVA & GRECO, 2009).

Ainda dentro do entendimento de oportunizar processos de ensino, o treinador da equipe oportunizou aos jogadores mais jovens do elenco a oportunidade de desenvolver suas potencialidades dando tempo de quadra aos atletas.

### 2.3 Da administração da equipe

Quanto à remuneração dos atletas, é parcial, sendo que alguns deles recebem ajuda de custo e outros não. Financeiramente, a equipe conta com o apoio de empresas locais e com uma renda que provém do sistema de associação do torcedor. A expectativa é que no próximo ano, o projeto receba verba de sistemas de apoio e incentivo ao esporte.

Para Bernardes (2021):

São esperadas diferenças entre as remunerações entre os atletas, e dos atletas em relação aos demais profissionais, dentro de uma lógica de mercado de trabalho. Ainda que atletas e treinadores tenham remuneração superior, uma vez que é deles que depende o resultado esportivo da entidade(...)

Esta é não somente a realidade da AGSL, um time que atua na 3ª divisão do futebol gaúcho, mas também, é a realidade de muitos outros times de Futsal no Brasil. Em recente estudo realizado (BERNARDES, 2021), foi apontado que entre nove equipes, pelo menos, duas delas sequer tem um mínimo gasto com remuneração de atletas, e quanto as outras sete, somente uma delas tem o gasto com remuneração de atletas da equipe principal ultrapassando 40% do orçamento. Sendo ainda mencionado que ao se imaginar duas situações diversas, poderá se identificar e até mesmo se esperar diversos resultados, quando comparado em primeiro cenário composto por uma equipe com atletas que possuem suas vidas em função da modalidade, pois são profissionais do esporte e um segundo cenário com atletas que desempenham atividades

distintas como fonte de renda, e em turno alternativo realizam seus treinos e jogos (BERNARDES, 2021). Este segundo cenário é onde a AGSL se encontra, a grande maioria dos atletas, se não todos, têm as suas obrigações diárias e paralelas, não vivendo somente com verba proveniente do Futsal.

Também, destacou-se que a equipe conta com uma equipe administrativa de aproximadamente 15 pessoas, compondo a Diretoria. Além disso, se mencionou o apoio da URI – São Luiz Gonzaga que fornece a infraestrutura necessária para a manutenção técnica e física da equipe e uma parceria com o curso de Fisioterapia da instituição. Nesse viés, é importante novamente mencionar o estudo realizado por Bernardes (2021) que menciona que também, somente dois clubes informaram obter dispensas com “infraestrutura ou instalação esportiva”, apontando um grande apoio do poder público ao ceder espaço pra essas equipes atuarem e se manterem. No caso se São Luiz Gonzaga, esse apoio de infraestrutura é todo realizado pela URI, o que evidencia a importância do apoio da Universidade no desenvolvimento da equipe (do clube) no ano de 2021.

### Considerações Finais

O acompanhamento e a observação da equipe foi uma experiência esclarecedora e também educativa, onde foi possível conhecer a AGSL sob uma perspectiva diferente daquela de torcedor, entendendo as estratégias aplicadas no dia a dia da e adquirindo conhecimentos teóricos e práticos quanto à essas ações.

Com relação aos aspectos técnicos relacionados à área da Educação Física, percebe-se que a equipe tem um planejamento de trabalho a longo prazo para promover o ressurgimento da AGSL no cenário do Futsal gaúcho e este trabalho está sendo adequadamente executado pelos profissionais envolvidos no *staff* do clube.

Além disso, a equipe pode e deve desenvolver um planejamento financeiro que inclua benefícios proporcionados por legislações de incentivo ao esporte, a fim de se conseguir buscar, cada vez mais, o profissionalismo da instituição e dos atletas, incluindo a contratação de profissionais de diversas áreas. Por fim, anota-se como sugestão que a equipe busque um maior apoio do executivo municipal, o qual é capaz de colaborar a fim de tornar a AGSL ainda maior e, conseqüente, promover o esporte no município e região de São Luiz Gonzaga.

### Referências

AGSL. Website oficial, **Nossa História**, 2021. Disponível em: <https://agslFutsal.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 24 nov. 2021.



BERNARDES, Paulo Ricardo Corrêa. **Prospectando a gestão financeira dos clubes da liga gaúcha de Futsal**. Dissertação – escola de educação física, fisioterapia e dança Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2021. URI: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/230853>

CBFS. Website oficial, **O esporte da bola pesada que virou uma paixão**, 2021. Disponível em: <https://www.cbfs.com.br/Futsal-origem>. Acesso em: 24 nov. 2021.

DA SILVA, A. L.; MIRANDA, G. D. F.; LIBERALI, R. A influência dos carboidratos antes, durante e após-treinos de alta intensidade. **RBNE - Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 2, n. 10, 10 jan. 2012.

FPFS. Website oficial, **História do Futsal**, 2021. Disponível em: <http://www.federacaopaulistadeFutsal.com.br/novo/historia-do-Futsal/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

FUKI, Kenji; PUPO, Juliano Dal; CORRÊA MATHEUS, Silvana. Evaluación de la composición corporal y la flexibilidad en futbolistas profesionales en diferentes etapas del ciclo de entrenamiento. **Arch. med. deporte**; 26(129): 7-13, ene.-feb. 2009. tab, graf Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-88496>. Acesso em: 26 nov. 2021

MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do Exercício: Energia, Nutrição e Desempenho Humano**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2019.

MOORE; BULLOUGH; GOLDSMITH and EDMONDSON, “A Systematic Review of Futsal Literature.” **American Journal of Sports Science and Medicine**, vol. 2, no. 3 (2014): 108-116. doi: 10.12691/ajssm-2-3-8.

PEREIRA, Marcelo Fabiano Soares, **A utilização da musculação no futebol profissional: visões de atletas, preparadores físicos e dirigentes**. TCC – Curso de Educação Física, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. 2013. URI: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2235>

ROMANO. João Carlos, **Fundamentos teórico-práticos do aquecimento no Futsal**, 2007. Futsalcoach.com. Madri, Espanha. Disponível em: <https://Futsalcoach.es/fundamentos-teorico-practico-do-aquecimento-no-Futsal>. Acesso em: 27 nov. 2021.

ROSA, Rodrigo Piano. **Preparação física no futebol: seletividade e aplicação das cargas durante o período competitivo**. TCC – Escola de Educação Física Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. URI: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24922>

SILVA, Marcelo Vilhena; GRECO, Pablo Juan. A influência dos métodos de ensino-aprendizagem-treinamento no desenvolvimento da inteligência e criatividade tática em atletas de Futsal. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** [online]. 2009, v. 23, n. 3, pp. 297-307. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092009000300010>. Epub 09 Nov 2011. ISSN 1981-4690. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092009000300010>. Acesso em: 4 dez. 2021.



## Agradecimentos

É praticamente impossível finalizar este trabalho sem expressar a profunda gratidão aos profissionais envolvidos no trabalho extra quadra da AGSL, que durante a realização das observações foram extremamente solícitos e não pouparam esforços em explicar e reexplicar as dúvidas que surgiam durante o acompanhamento das atividades. Os maiores contatos foram com Matheus Angst Soares (preparador físico), Jeferson Becon (treinador geral) e Lucas de Brum Bianchini (treinador de goleiros) e pra estes, deixamos um especial agradecimento e os votos de muito sucesso nas suas carreiras profissionais. São com certeza profissionais inspiradores e que dão o seu melhor no âmbito das suas atuações, compartilhando seus estudos e suas experiências.



## ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NO HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA RELATO DE EXPERIÊNCIA

BONATTO, Isadora<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga/RS. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Acadêmica do 9º semestre.  
E-mail: isadorabonato17@hotmail.com.

**Resumo Introdução:** A atuação do fisioterapeuta na equipe assistencial é recente nos hospitais brasileiros. Entre suas funções, ele pode oferecer tratamento precoce de patologias agudas e crônicas, das comorbidades e das complicações funcionais do paciente, refletindo indiretamente na diminuição do tempo de internamento, redução da mortalidade e dos custos hospitalares. **Objetivos** relatar a experiência sobre a fisioterapia hospitalar em um paciente com DPOC durante os atendimentos práticos supervisionado hospitalar I. **Metodologia:** Este estudo tem caráter descritivo, do tipo relato de experiência, que leva em consideração o caso de um paciente portador de DPOC realizado no Hospital São Luiz Gonzaga. **Resultados e Discussão:** O paciente com DPOC costuma ter sintomas crônicos e diários mesmo em período estável, dispnéia e fadiga, são os principais sintomas vivenciados por portadores da DPOC, resultado do nível diminuído de atividades, da redução da força e da endurance, entretanto, em vista, de todos os comprometimento que está patologia desencadeia, a fisioterapia respiratória consiste em melhorar a qualidade de vida, reduzindo a dispneia, promovendo higiene brônquica e melhorar a capacidade na atividade física. **Conclusão:** A experiência obtida nos atendimentos realizados durante as aulas práticas da disciplina do Estágio Supervisionado hospitalar I, junto a uma equipe multiprofissional estabelece um maior desempenho e comprometimento com paciente, bem como, podendo afirmar que é necessário o tratamento fisioterapêutico a esses pacientes hospitalizados, afim de proporcionar uma maior qualidade de vida

**Palavras-chave:** Fisioterapia; DPOC; Hospital.

### Introdução

A atuação do fisioterapeuta na equipe assistencial é recente nos hospitais brasileiros, pois o fisioterapeuta intervém diretamente nas disfunções cardiorrespiratórias, e como as principais causas de internações hospitalares envolvem as doenças cardiovasculares e pulmonares, seu papel na equipe pode ser considerado fundamental. Entre suas funções, ele pode oferecer tratamento precoce de patologias agudas e crônicas, das comorbidades e das complicações funcionais do paciente, reflexionando indiretamente na diminuição do tempo de internamento, redução da mortalidade e dos custos hospitalares destes pacientes (DE PAIVA, et al).

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica é um processo inflamatório crônico e progressivo que ocorre no pulmão em consequência da inalação de partículas de gases tóxicos, em especial ao tabagismo, os quais resultam na obstrução, limitando o fluxo expiratório ocasionando dispneia, tosse, expectoração crônica, sibilos, aspecto de tórax de tonel, cansaço, fraqueza muscular dos membros inferiores e nos músculos respiratórios (FRAGA et al, 2022).



Entre as doenças pulmonares obstrutivas crônicas, destacam-se a asma, enfisema pulmonar e a bronquite crônica, por causar aumento da resistência ao fluxo expiratório a partículas ou gases nocivos (GONÇALVES et al, 2021).

Esta doença encontra-se pautada entre a terceira principal causa de morte por doenças crônicas no Brasil, sendo logo considerado um grande problema de saúde pública devido seu crescimento e incidência populacional no passar dos anos em especial na população idosa resultando em comprometimentos e morbidades ao indivíduo portador da doença (ALMEIDA et al, 2019).

Há anos, a fisioterapia respiratória vem sendo de grande importância no tratamento da DPOC com os objetivos básicos de tratar e prevenir complicações, melhorando a obstrução brônquica e a qualidade de vida. Os pacientes com grau moderado de incapacidade, em fase hospitalar, são os que mais se beneficiam com um programa de reabilitação pulmonar, mas qualquer paciente é elegível (GONZAGA et al, 2022).

A fisioterapia respiratória busca intervenções nesses mecanismos, melhorando a capacidade funcional e restituindo sua independência (RODRIGUES et al, 2012).

A fisioterapia consiste em vários modos de tratamento que são consideradas primordiais no programa de reabilitação. A seleção de intervenções de tratamento é baseada nas causas individuais de limitação ao exercício e, em vista disso, nos objetivos individuais de tratamento. A utilização de componentes adicionais durante o treinamento de exercício, tais como, oxigênio suplementar, exercícios respiratórios e aconselhamento podem também ser considerados, na avaliação das limitações ao exercício (LANGER et al, 2009).

A fisioterapia atuará com diversas manobras, promovendo a higiene brônquica, melhorando a capacidade funcional, reduzindo o ciclo de fadiga e dispneia, técnicas que ajudam na desinsuflação pulmonar, melhorando o condicionamento e físico e força dos músculos respiratórios e musculatura periférica, objetivando uma maior independência, autonomia, qualidade de vida e autoestima. (SANTIGO et al, 2022)

Este estudo é de grande relevância, pois demonstra a necessidade de atuação da Fisioterapia aos pacientes internados no Hospital São Luiz Gonzaga, além de outros pacientes, o atendimento ao paciente com DPOC os quais devem ser de maneira humanizada e individual, considerando as limitações de cada paciente. Neste caso, o presente artigo tem como objetivo: relatar a experiência sobre a fisioterapia hospitalar em um paciente com DPOC durante os atendimentos práticos supervisionado hospitalar I.



## Metodologia

Este estudo tem caráter descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, que leva em consideração o caso de um paciente portador de DPOC. Foi realizado com base nos atendimentos de acadêmicos do nono semestre do curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, no Hospital São Luiz Gonzaga, localizada no município de São Luiz Gonzaga/RS.

Seu principal objetivo é descrever a atuação da fisioterapia no ambiente hospitalar através dos atendimentos e aplicações de técnicas, bem como a importância da fisioterapia para o paciente.

A experiência foi vivenciada durante todas as segundas-feiras e quintas-feiras, a partir das 19h.

Os atendimentos foram acompanhados pelo Fisioterapeuta e professor responsável pelo Estágio Supervisionado Hospitalar I, o qual ministrou práticas teóricas e técnicas fisioterapêuticas no atendimento hospitalar

O contato com o hospital deu-se a partir de uma parceria com a Universidade, permitindo os trabalhos em conjunto entre professores, universitários e os pacientes.

## Resultados e Discussão

Em primeiro momento os acadêmicos foram recepcionados pelo professor na qual ministra a disciplina do Estágio Supervisionado em Fisioterapia Hospitalar Geral, mesmo apresentou o local e a equipe responsável pela Instituição.

Logo pós a apresentação e reconhecimento do local, fomos organizados em duplas para a realização do atendimento, e assim o professor designa qual paciente e qual quarto ele está. Em seguida pegamos o prontuário do paciente para retirarmos informações para a nossa ficha de anamnese e seguimos para atendimento.

Através desta avaliação foram identificadas as seguintes informações: identificação do paciente, como nome e data do nascimento, diagnóstico médico, diagnóstico fisioterapêutico, queixa principal da internação, história da doença atual caracterizada pelo levantamento de informações quanto a seu problema atual, história da doença pregressa onde registra se o paciente obtém mais patologias associadas ou não, histórico família, e se realizou alguma cirurgia durante sua vida, bem como, os medicamentos utilizados.

É realizada durante a anamnese algumas avaliações de sinais vitais, como a aferição da pressão arterial, frequência respiratória, frequência cardíaca, saturação de oxigênio, bem como, se faz uso de sondas, drenos e acessos, edemas, dor, coloração da pele, alimentação e posicionamento do leito. Também, realizamos a ausculta pulmonar, onde verificamos se o paciente apresenta ruídos adventícios. Além disso, realizamos um bate-papo para possibilitar maior conhecimento em relação ao paciente, mas, ressaltando que, se o paciente não responder, realizamos a ficha de anamnese com o acompanhante do quarto.

Portanto, com os atendimentos realizados, contatamos um grande número de pacientes portadores de DPOC, com mais de 60 anos.

O paciente com DPOC costuma ter sintomas crônicos e diários mesmo em período estável, pois as crises de exacerbação é determinada pela presença de três sinais ou sintomas: aumento da dispnéia, aumento do volume de escarro e escarro purulento. Crise leve apresenta apenas um sinal ou sintoma, crise moderada quando duas estão presentes e crise grave quando as três manifestações estão associadas. (ROCHA et al, 2008)

A dispnéia e fadiga, são os principais sintomas vivenciados por portadores da DPOC, resultado do nível diminuído de atividades, da redução da força e da endurance, levando a um maior descondicionamento e criando um ciclo vicioso de declínio progressivo, A execução de exercícios durante a internação hospitalar pode contribuir para a dessensibilização da dispnéia, promover o retorno às atividades da vida diária e assim como, um início precoce do programa de reabilitação pulmonar (SCHNAIDER et al,2006)

Entretanto, em vista, de todos os comprometimento que está patologia desencadeia, a fisioterapia respiratória consiste em melhorar a qualidade de vida, reduzindo a dispneia, promovendo higiene brônquica e melhorar a capacidade na atividade física.

A higiene brônquica é realizada para promover a mobilização e eliminação de secreções, podendo ser utilizada a vibrocompressão para descolamento do muco, e a TEMP para desisufilar o tórax e os pulmões. Em virtude disso vai ter uma maior ventilação pulmonar que por sua vez irá ter uma melhora na oxigenação do sangue. E na sua fase final, ter um estímulo de tosse e, quando tem acúmulo de secreção nos pulmões do paciente, será também estimulada a expectoração.

### **Considerações Finais**

A experiência obtida nos atendimentos realizados durante as aulas práticas da disciplina do Estagio Supervisionado hospitalar I, junto a uma equipe multiprofissional estabelece um



maior desempenho e comprometimento com paciente, bem como, podendo afirmar que é necessário o tratamento fisioterapêutico a esses pacientes hospitalizados, afim de proporcionar uma maior qualidade de vida. Cada vez mais a fisioterapia respiratória é responsável pela melhora do paciente DPOC em fase hospitalar, assim, torna-se necessário um tratamento constante com uma equipe multidisciplinar, pois embora a doença não seja completamente reversível pode-se controlar sua progressão e diminuir os sintomas, quando realizado o acompanhamento correto.

## Referências

ALMEIDA, Jheinfifer Thaís de Souza et al. **A importância da atuação fisioterapêutica para manter a qualidade de vida dos pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica–DPOC.** 2019.

DE PAIVA, Débora Ribeiro et al. Inserção e atuação de fisioterapeutas residentes em um serviço de emergência hospitalar: relato de experiência. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 7, n. 2, p. 255-260, 2017.

FRAGA, Patrícia Souza; DA SILVA, Patrícia Souza; HEBERLE, Sandra Magali. Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e a importância da fisioterapia. **ANAIS DA MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CESUCA-ISSN 2317-5915**, n. 16, p. 423-424, 2022.

GONZAGA, Fernanda Maria Garcia; VELLOSO, Marcelo; DE ALMEIDA, Patricia Salerno. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NO PACIENTE COM BRONQUITE CRÔNICA NA FASE HOSPITALAR (REVISÃO DE LITERATURA). **IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação– Universidade do Vale do Paraíba**, Paraíba, p. 1648-1650, 2022.

GONÇALVES, Anna Patricia Fernandes; COUTO, Victor Fernando. Efeitos da atividade física sobre a doença pulmonar obstrutiva crônica: uma revisão de literatura. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 25, n. 274, 2021.

LANGER, Daniel et al. Guia para prática clínica: fisioterapia em pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 13, p. 183-204, 2009.

NASCIMENTO, L. C. S. et al. Abordagem fisioterapêutica na reabilitação pulmonar do paciente com DPOC: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, 2022.

ROCHA, Eduardo; CARNEIRO, Élide Mara. Benefícios e complicações da ventilação mecânica não-invasiva na exacerbação aguda da doença pulmonar obstrutiva crônica. **Revista brasileira de terapia intensiva**, v. 20, p. 184-189, 2008.

RODRIGUES, Claudiane Pedro et al. Efeito de um programa de exercícios direcionados à mobilidade torácica na DPOC. **Fisioterapia em Movimento**, v. 25, p. 343-349, 2012.



SANTIAGO, Mateus; GONÇALVES, Gênisson. Tratamento fisioterapêutico na Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC): **revisão integrativa**, 2022.

SCHNAIDER, Jerusa; KARSTEN, Marlus. Testes de tolerância ao exercício em programa de fisioterapia hospitalar após exacerbação da doença pulmonar obstrutiva crônica. **Fisioterapia em Movimento (Physical Therapy in Movement)**, v. 19, n. 4, 2006.



## BENEFÍCIOS DA EQUOTERAPIA EM CRIANÇAS AUTISTAS. RELATO DE EXPERIÊNCIA

MARTINS, Laura Rodrigues<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga. Departamento de Ciências da Saúde. Curso de Fisioterapia. E-mail: martinslaura319@outlook.pt.

**RESUMO: Introdução:** O TEA, chamado transtorno do espectro autista é denominado como transtorno de comportamento, onde a causa é multifatorial, uma das características mais relevantes é a dificuldade na interação social, e com o tratamento na Equoterapia o praticante gera um vínculo entre o cavalo e o praticante, trazendo estímulo e funcionalidade, este recurso cinesioterapêutico produz vários estímulos para a melhora motora dos praticantes. Silva et al. (2021) constata que os benefícios da equoterapia para autistas podem ser vistos em três grandes áreas: social, cognitiva e motora. **Objetivos:** descrever o relato durante os atendimentos das crianças autistas em um centro de equoterapia. **Metodologia:** estudo descritivo, do tipo relato de experiência realizado em um centro de Equoterapia, no período de março a abril de 2023. **Resultados e Discussão:** Nesta experiência foi feita uma reflexão sobre a assistência oferecida aos autistas, observando o ambiente, desde a sua estrutura, até a forma como cada praticante da Equoterapia se encontrava durante as práticas. **Conclusão:** A experiência obtida através dos atendimentos auxiliou na compreensão da atuação da Equoterapia na vida dos autistas e os benefícios que a mesma proporciona, além da aplicação das técnicas na Equoterapia, se faz necessário a equipe multidisciplinar estar em conjunto a fim de atender a necessidade individual de cada autista praticante.

**Palavras-chave:** Terapia assistida por cavalos; fisioterapia; desenvolvimento.

### INTRODUÇÃO

O transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno de comportamento, de causa multifatorial, levando a dificuldades na forma de interagir socialmente, de se expressar, na área da afetividade, alterando a forma em que a criança vê o mundo (SCHMITT, 2015). A prevalência é quatro vezes maior em meninos do que em meninas (RUTTER, 1985; WING, 1981). Segundo Onzi e Gomes (2015), destaca que, os autistas tem dificuldade de entender situações abstratas e de compreenderem as coisas apenas no ouvir, pois entendem melhor quando se utiliza de figuras visuais, isso favorece o desenvolvimento na hora de expressar seus sentimentos, por causa da dificuldade em se comunicar e de se interagir. Um dos métodos de tratamento proposto para estes indivíduos é a equoterapia, o qual traz uma experiência multi sensorial aos praticantes (WARD et al., 2013). O qual leva ao estímulo e ao aprendizado de atividades que proporcionam funcionalidade (BARBOSA, 2014).

Liporoni e Oliveira (2005), destacam que, na equoterapia, o cavalo pode se movimentar em formas diferentes, sendo o passo, o trote e o galope, desta forma o paciente se adapta a

qualquer movimento. Cada um apresenta suas peculiaridades e que devem ser levadas em consideração. O trote e o galope são movimentos em saltos que são considerados mais avançados e exige que tenha mais nível de compreensão cognição e controle postural, enquanto o movimento passo é mais lento, porém conforme se repete o exercício ele se torna bastante intenso e o mais utilizado na prática da equoterapia básica.

O cavalo, na equoterapia não só é um animal, como um mecanismo de tratamento aos portadores do TEA, um recurso cinesioterapêutico onde produz vários estímulos para a melhora motora dos praticantes. Silva et al. (2021) constata que os benefícios da equoterapia para autistas podem ser vistos em três grandes áreas: social, cognitiva e motora. A Equoterapia traz benefícios no tratamento do paciente com TEA, ganham autonomia sobre o cavalo, além de fortalecer o tônus muscular através do movimento tridimensional e os passos do animal (KOLLING; PIZZI, 2020).

Oliveira e Zaqueo (2017) confirmam em estudos que o tônus muscular é um resultado também encontrado. Este estudo é de grande relevância e importância, pois demonstra a necessidade da atuação da Equoterapia no autismo, visando os benefícios na área social, cognitiva e motora. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo: relatar a experiência dos acadêmicos da fisioterapia durante o atendimento de Equoterapia, no cotidiano das atividades praticas do estagio supervisionado em Promoção de saúde A, visando a assistência ao autista.

## **METODOLOGIA**

Este estudo tem caráter descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, no estágio supervisionado de Promoção a Saúde A. Foi realizado com base no acompanhamento de acadêmicos do 9º semestre do curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, em um Centro de Equoterapia, onde havia, somado a Equoterapia, uma equipe multidisciplinar, formada por fisioterapeuta, educador físico e psicóloga.

Seu principal objetivo é descrever a atuação da equoterapia na saúde e na vida dos autistas através das técnicas através do cavalo e o praticante. A experiência foi vivenciada durante o período do mês de março e abril de 2023, ocorrendo nas quintas-feiras, onde era realizado as sessões de Equoterapia, contribuindo com o desenvolvimento da força muscular, relaxamento, aperfeiçoamento da coordenação motora e equilíbrio, além de atuar na área do



vínculo afetivo entre o cavalo e o praticante, somado a isso, um ganho nos aspectos da vida social de cada um dos praticantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro momento os acadêmicos foram recepcionados, juntamente com a professora que administra a disciplina de promoção à Saúde, fomos até o centro de Equoterapia, a mesma apresentou o local e a equipe responsável pela instituição. Equipe esta que é formada por um grupo interdisciplinar, com fisioterapeuta, educador físico, psicóloga. Logo após os acadêmicos foram direcionados a pista de Equoterapia, com a fisioterapeuta da equipe multidisciplinar do centro de Equoterapia onde foi realizada a apresentação do setor para a realização das práticas e um breve comentário do papel da equoterapia no autismo e os objetivos da instituição com os praticantes. Acompanhei o início dos atendimentos com a fisioterapeuta responsável pelos atendimentos do dia, onde era observado cada prática entre, e as técnicas usadas na equoterapia, de acordo com as necessidades individuais de cada praticante. A equoterapia só pode ser aplicada por quem tem formação apta para tal, como o curso da ANDE-Brasil, portanto, o meu relato de experiência no estágio supervisionado de Promoção a Saúde. Foi de acompanhamento as práticas, onde há um ganho na área mental e física na vida dos praticantes, foi enriquecedor o quanto a Equoterapia soma na vida de cada autista.

Com a realização das práticas da Equoterapia foi verificado também que o Fisioterapeuta é um dos profissionais inseridos no contexto de multidisciplinaridade nos centros de Equoterapia. Foi constatado que, a Equoterapia trabalha de forma interdisciplinar, proporcionando benefícios aos praticantes autistas, buscando o alcance de objetivos comuns entre os demais profissionais que trabalham na busca da melhoria na vida dos autistas.

## CONCLUSÃO

A experiência obtida nos atendimentos observados durante as práticas de Equoterapia, envolvendo a equipe multidisciplinar e os acadêmicos da disciplina de promoção à saúde, possibilitou uma maior reflexão sobre o tratamento oferecido aos autistas.

Com os atendimentos, observamos que as atividades desenvolvidas no centro de Equoterapia, proporcionam um melhor vínculo entre o cavalo, terapeuta e o praticante criando um maior bem estar físico e mental, resultando em modificações positivas na vida dos autistas.



Concluindo que para maior eficácia no tratamento dos autistas, é necessário o tratamento em equipe multidisciplinar para que seja realizado um trabalho em grupo, onde cada profissional, com sua particularidade contribua ao tratamento, a fim de atender as diversas necessidades dos autistas praticantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOLLING, A. ; PIZZI, F. A. S. A equoterapia no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista (tea). **Revista psicologia e saberes**. v. 9 n. 14, p.88-102, 2020.

OLIVEIRA, C. G.; ZAQUEO, K. D. Influência da equoterapia no desenvolvimento de autistas no centro de equoterapia passo amigo em porto velho -ro. **Journal of basic education technical and technological**, v.1 n. 1, p.345-350, 2017.

ONZI, F. Z. & GOMES, R. F. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e da reabilitação. **Caderno Pedagógico**, 12(3), 188 – 199, 2015.

RUTTER, M. Infantil autism. Em D. Shaffer, A. Erhardt & L. Greenhill (Orgs.), **A clinicians guide to child psychiatry** (pp. 48-78). New York: Free-Press, 1985.

SCHMITT, J.F. **Terapia assistida por animais e pessoas com transtorno do espectro autista: uma revisão**. Artigo (Especialização em Equoterapia). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2015, 27p.

SILVA, S. R. et al. A equoterapia como recurso terapêutico do transtorno do espectro autista (TEA). **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 13(3), 1, 2021.

WARD, S. et al. The association between therapeutic horseback riding and the social communication and sensory reactions of children with autism. **Journal of Autism Developmental Disorders**, 2013; 43(9): 2190.

WING, L. Language, social and cognitive impairments in autism and severe mental retardation. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 11, 31-41, 1981.



## COMO A EQUOTERAPIA AUXILIA NO TRANSTORNO DE ASPECTO AUTISTA: RELATO DE CASO

Igor Garcia de Matos<sup>1</sup>; Ana Helena Braga Pires<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga. Área das ciências da saúde. Fisioterapia.  
igorgarciamatos@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga. Área das ciências da saúde. Fisioterapia.  
anahelena@saoluiz.uri.edu.br

**Resumo:** A equoterapia é uma terapia assistida por cavalos que vem sendo utilizada como forma de tratamento para reabilitação de pacientes com diversas patologias, entre elas, pacientes com autismo, cuja características são o desenvolvimento e manifestações de comportamento atípicos, porém sua eficácia ainda não é difundida para o grande público de maneira geral. O objetivo do presente artigo é relatar o desenvolvimento dos praticantes autistas ao longo das sessões de equoterapia, além de salientar o papel do profissional de fisioterapia durante o processo e mostrar os benefícios da terapia assistida por cavalos na vida do paciente. Foram observados jovens de diferentes idades, variando de crianças entre 2 e 7 anos e jovens adolescentes de faixa etária de 20 e 24 anos. A análise do desenvolvimento dos pacientes permitiu observar o desenvolvimento das habilidades neuropsicomotoras e sociais de todos os praticantes, sendo de grande auxílio tanto na sua rotina quanto na sua forma de interação com o ambiente.

**Palavras-chave:** Autismo; Terapia assistida por cavalos; Fisioterapia.

### Introdução

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Transtorno do Aspecto Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento neural, que se caracteriza por manifestações comportamentais, interações sociais e desenvolvimento atípicos. Embora os sintomas possam variar, o autismo é geralmente diagnosticado na infância e pode ter um impacto significativo na vida diária da pessoa afetada e de sua família (KLIN, 2006).

Uma das terapias que tem ganhado destaque no tratamento do autismo é a equoterapia, que segundo a Associação Nacional de Equoterapia (ANDE), é um tipo de terapia assistida por cavalos, cujo intuito é utilizar o animal para buscar uma abordagem nas áreas da educação, saúde e na equitação, desenvolvendo o âmbito biopsicossocial do paciente.

Contudo, o desenvolvimento e os resultados dos pacientes devem ser registrados como prova de avanço de tratamento, com o objetivo de justificar a eficácia e contribuir para o avanço científico dos profissionais (KERN et al, 2011), considerando que no Brasil, principalmente, os estudos sobre a área ainda são escassos (SEVERO, 2010).



Dito isto, este estudo tem como objetivo relatar as experiências no ambiente da atuação da equoterapia no Centro de Equoterapia Dragões do Rio Grande (CEDRG) e comentar sobre a evolução e os efeitos nas crianças e adolescentes com autismo, além de mostrar o papel do fisioterapeuta durante o processo terapêutico.

## **Metodologia**

As sessões de Equoterapia no CEDRG (Centro de Equoterapia Dragões do Rio Grande) foram realizadas com pacientes de faixas etárias diversas, começando com crianças entre 2 e 7 anos e jovens de faixa etária entre 20 e 23 anos, com maioria dos praticantes sendo diagnosticados previamente com autismo por médicos especialistas. As sessões ocorreram no período de março a maio de 2023.

Foram utilizados também diversos materiais estimulantes (como brinquedos, bolas e bambolês) durante as sessões. A equipe conta com educadores físicos, fisioterapeutas e psicólogos para observar o desenvolvimento dos pacientes durante o tempo de atividade, além do guia que controla o trajeto e o ritmo do cavalo.

## **Resultados e Discussão**

Durante o período de observação, foram analisados os impactos da Equoterapia nos pacientes portadores de autismo. Nisso, houve uma grande melhora nos quesitos neuropsicomotores e sociais, de uma forma geral.

Nos praticantes crianças, entre os 2 e 7 anos, observou-se uma grande melhora no quesito sociabilidade. No início das sessões, foi relatado que as crianças não demonstravam interesse na comunicação, e na própria atividade. Na chegada, sempre se mantinham calados e isolados, com baixa ou nenhuma interação com o público presente no ambiente. Tinham certo medo do animal e se sentiam desconfortáveis. Foram necessárias mais de duas semanas para começarem a criar algum interesse pela atividade. Em relação ao tipo de marcha do cavalo, foi utilizado o passo, que é o recomendado para crianças, por ser mais suave, calmo e de ritmo mais lento. Notou-se com o passar das sessões e ao decorrer das semanas, que os pacientes foram se acostumando ao ambiente que era desconhecido para eles. Algumas crianças que antes chegavam receosas e com um semblante de seriedade, começaram a demonstrar uma postura mais tranquila e alegre, com algumas indo diretamente ao local de montagem para ver o animal e começar a atividade.

No que diz respeito aos pacientes com idades mais avançada, entre os 20 e 23 anos, o trabalho realizado foi focado mais no quesito psicológico. Antes das sessões, os pacientes tinham um comportamento retraído e apresentavam dificuldades de interação, tanto com os profissionais quanto com os cavalos. Porém, no que diz respeito a parte motora, os pacientes faziam atividades diárias normalmente. Com o passar das sessões, o praticante foi se tornando mais comunicativo, cumprimentava tanto os profissionais quanto o público ao redor. Ainda possui certa dependência em relação a ter uma companhia ao lado durante a atividade, porém com o tempo a tendência é se tornar cada vez mais independente.

Em relação ao trabalho do fisioterapeuta nas sessões, sua função é auxiliar na correção postural do paciente, visando corrigir o tônus muscular. Dependendo da postura, o praticante não terá o devido desenvolvimento, que será realizado através do movimento do cavalo.

### Considerações Finais

Com o presente estudo, concluímos que o papel da Equoterapia na estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor do paciente com espectro autista é de suma importância, pois além de ajudar no desenvolvimento de habilidades motoras, auxilia também na estimulação de habilidades sociais, melhora da autoestima e ambientação com o público desconhecido.

### Referências

ANDE/BRASIL, Fundamentos **básicos sobre equoterapia**. In: 1º Congresso Brasileiro de Equoterapia, 1999. Anais. Brasília, DF; 1999. p.13-16.

KERN, J. K. et al. **Prospective trial of equine-assisted activities in autism spectrum disorder**. *Alternative Ther Health Med*. 2011;17(3):14-20. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/51874213\\_Prospective\\_Trial\\_of\\_Equine-assisted\\_Activities\\_in\\_Autism\\_Spectrum\\_Disorder](https://www.researchgate.net/publication/51874213_Prospective_Trial_of_Equine-assisted_Activities_in_Autism_Spectrum_Disorder).

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. *Rev Bras Psiquiatr*. 2006; 28(Sup1):S3-S11. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>.

OMS. **Autism spectrum disorders**. Organização Mundial da Saúde. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrumdisorders>.

SEVERO, J. T. **Org. Equoterapia: equitação, saúde e educação**. 1a Ed. São Paulo: Senac; 2010



## IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA EM PACIENTES COM DISFUNÇÕES NEUROLÓGICAS RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eduarda Chaves Crestani<sup>1</sup>; Marzane Bolzan Morais Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do 9º semestre do curso de fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. crestanieduarda.4@gmail.com

<sup>2</sup> Fisioterapeuta, Mestra no Programa de Atenção Integral a saúde, Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga.  
Marzane.oliveira@yahoo.com.br

### Resumo

**Introdução:** Devido à grande complexidade anatômica e funcional do Sistema Nervoso, após ocorrer uma lesão neurológica o indivíduo acaba apresentando diversas alterações, de variados sinais e sintomas que pode ocorrer de forma combinada ou isolada. A origem das lesões neurológicas ocorre de várias formas, como: traumáticas, metabólicas e cerebrovasculares. Assim causando alterações motoras, como déficit de força muscular ou até mesmo paralisia em diferentes segmentos corporais. **Objetivos:** relatar a experiência fisioterapêutica durante o estágio supervisionado ambulatorial I A (fisioterapia em neurologia e pediatria), em paciente com lesão neurológica. **Metodologia:** estudo descritivo do tipo relato de experiência, realizado na clínica escola – URI São Luiz Gonzaga, no período de março, abril e maio de 2023. **Resultados e Discussão:** Podemos perceber que através da fisioterapia conseguimos além do desenvolvimento funcional, o desenvolvimento social desses pacientes, que muitas vezes se isolam por suas condições físicas. **Conclusão:** As experiências obtidas nos atendimentos realizados, nos possibilitou uma grande reflexão sobre cuidados oferecidos a pacientes com lesão medular. Mais que oferecer atendimento fisioterapêutico, o fisioterapeuta deve refletir sobre a essência de sua profissão, baseando-se em aplicações de técnicas que melhorem a qualidade de vida desses pacientes.

**Palavras-chave:** Lesão neurológica; Qualidade de vida; Fisioterapia.

### Introdução

O Sistema Nervoso Central é responsável por muitas funções de grande importância para o organismo, principalmente pelo comando e controle. A medula espinhal é responsável pela conexão entre o centro de todo esse processo. O cérebro é responsável pela personalidade, inteligência, memória, humor e por características individualizadas (CLAPAN, 2009).

Devido à grande complexidade anatômica e funcional do Sistema Nervoso, após ocorrer uma lesão neurológica o indivíduo acaba apresentando diversas alterações, de variados sinais e sintomas que pode ocorrer de forma combinada ou isolada (ROBBINS, 2005).

A origem das lesões neurológicas, podem ocorrer de várias formas, como: traumáticas, metabólicas e cerebrovasculares. Assim causando alterações motoras, como déficit de força muscular ou até mesmo paralisia em diferentes segmentos corporais. Distúrbios da coordenação e também do equilíbrio, movimentos involuntários como por exemplo os tremores, alterações

de sensibilidade causando anestesia ou formigamento, também alterações dos nervos cranianos e da face afetando movimentos dos olhos, a fala, movimentos da língua e pescoço (OLIVEIRA, 2000).

Após o diagnóstico, o indivíduo se depara com condições graves e incapacitantes por um longo período de tempo ou até mesmo pelo resto da vida, ocorre alterações na sua imagem corporal e a busca do seu reconhecimento da sua nova condição física, podendo assim afetar o mundo ao seu redor. Pessoas com lesões neurológicas podem apresentar agressividade, insegurança, impulsividade, ansiedade, isolamento social, sentimento de inferioridade, desespero, ambivalência, medo, raiva e desesperança (FECHIO et al., 2009).

Pacientes que sofrem de algum tipo de lesão neurológica, apresentam um grande trajeto de recuperação e também de adaptação, durante esse processo acaba passando por diversas dificuldades no seu dia-a-dia, desde o aspecto emocional com a aceitação de suas limitações, quanto a não adaptação das vias sociais, espaços públicos e privados. Uma das maiores barreiras é aceitar sua nova condição, pois tende a entrar em um processo de isolamento social (SILVA, 2010).

## **Metodologia**

Este estudo tem caráter descritivo, do tipo relato de experiência. Foi realizado com base nos atendimentos da disciplina do Estágio Supervisionado Ambulatorial I A (Fisioterapia em Neurologia e Pediatria), na clínica escola de fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus URI São Luiz Gonzaga.

O principal objetivo é descrever a atuação da fisioterapia na saúde e na vida de pacientes com problemas neurológicos, através de atendimentos e aplicação de técnicas fisioterapêuticas.

Os atendimentos foram acompanhados pela professora responsável pela disciplina do Estágio Supervisionado Ambulatorial I A (Fisioterapia em Neurologia e Pediatria), na qual ministrou práticas teóricas e técnicas fisioterapêuticas nos atendimentos da disciplina do estágio.

## **Resultados e Discussão**

No primeiro atendimento conhecemos o paciente e realizamos a anamnese fisioterapêutica, com o objetivo de coletar dados que nos permitiam identificar as causas de sua patologia, determinar o diagnóstico e assim planejar e aplicar técnicas para a sua melhor assistência.

Através da avaliação foram identificadas as seguintes informações: identificação do paciente, como nome, data de nascimento, queixa principal, ou seja, o que levou o paciente a procurar o atendimento, história da doença atual caracterizada pelo levantamento de informações quanto ao seu problema atual, história da doença pregressa onde registra as condições em que o paciente se encontra mesmo que não esteja relacionado com a doença atual, histórico familiar, no qual se adquire informações quanto as suas condições de trabalho e também de vida. Durante a anamnese foram realizados alguns testes para observar sua funcionalidade e suas habilidades, buscando analisar suas limitações.

Além disso, verificamos o estado clínico geral do paciente, relatando sua patologia, aferimos seus sinais vitais, além disso realizamos uma conversa com o paciente para possibilitar maior conhecimento em relação ao paciente.

Realizamos o início dos atendimentos através desta avaliação fisioterapêutica de forma humanizada, a partir disso refletimos sobre os dados obtidos, planejamos um programa de tratamento fisioterapêutico para auxiliar suas limitações funcionais existentes e promovendo uma melhor qualidade de vida.

Os próximos atendimentos foram executados o planejamento fisioterapêutico adequado e apropriado para o paciente. Nos atendimentos utilizamos alguns materiais como: tatame, faixas elásticas, bola suíça, halteres, bastão, disco de propriocepção e espaldar. A clínica escola da URI São Luiz Gonzaga, possui amplo espaço físico, o que possibilitou que trabalhássemos muito bem as atividades propostas para o paciente, disponibilizando também materiais que nos permitissem aplicar nossas atividades propostas.

A fisioterapia estabelece atividades de cuidado e manutenção da capacidade funcional destes indivíduos. A incapacidade funcional, em indivíduos com lesões neurológicas geram consequências sérias psicológicas, fazendo que com que se isolem do meio social e assim afetando muito a sua qualidade de vida. O papel da fisioterapia em lesões neurológicas é avaliar e intervir no nível de sequelas neurológicas, prevenindo o início de novos sintomas de progressão da lesão. Sendo os objetivos principais, manter a capacidade máxima funcional do paciente, melhorar a qualidade de vida e sua autonomia e principalmente promover bem-estar físico, emocional e social (PARTRIDGE, C.; 2006.)

Além da aplicação de técnicas fisioterapêuticas, cabe ao profissional desenvolver estratégias que possibilitem ao paciente a reaprender realizar suas atividades de vida diária de acordo com a sua funcionalidade física (O'SULLIVAN e SCHMITZ, 2004.)

Com a realização dos atendimentos verificamos que o Fisioterapeuta é um dos profissionais de suma importância para pacientes que sofrem de lesão neurológica, pois

desenvolvem determinadas atividades que possibilitam o paciente de ter uma melhor qualidade de vida, atendendo suas peculiaridades físicas e sociais. Além disso, a fisioterapia também auxilia no desenvolvimento social desses pacientes, que muitas vezes se isolam do meio social por suas condições físicas.

Além da abordagem técnica e terapêutica, o fisioterapeuta deve ter conhecimento sobre a patologia para estabelecer ações que possam atender as necessidades do paciente, consistindo em uma assistência humanizada. Uma maneira cuidadosa, acolhedora, avaliativa pode contribuir muito na melhora da qualidade de vida de pacientes que sofrem por algum tipo de lesão neurológica.

### Conclusão

A experiência obtida nos atendimentos realizados durante o Estágio Supervisionado Ambulatorial I A (Fisioterapia em Neurologia e Pediatria), envolvendo acadêmicos, professor e paciente, possibilitou uma grande reflexão sobre cuidados oferecidos a pacientes com problemas neurológicos. Mais que oferecer atendimento fisioterapêutico, o fisioterapeuta deve refletir sobre a essência de sua profissão, baseando-se em aplicações de técnicas que melhorem a qualidade de vida.

Com isso, podemos afirmar que para uma maior eficácia do atendimento e tratamento fisioterapêutico para esses pacientes, é necessário o desenvolvimento de ações para conhecer os nossos pacientes ao máximo, nos dedicar de forma humanizada, a fim de atender suas necessidades e assim poder oferecer assistência profissional de qualidade.

### Referências

CAPLAN, Louis R. **Caplan's stroke: a clinical approach**, 4. ed., Philadelphia, Elsevier Inc., 2009.

FECHIO, M. B. et al. A repercussão da lesão medular na identidade do sujeito. **Acta Fisiátrica**. 2009; 16 (1): 38-42.

OLIVEIRA, C. E. N. de; SALINA, M. E.; ANNUNCIATO, N. F. **Fatores Ambientais que Influenciam a Plasticidade do SNC**. 8 f. Artigo de Revisão Universidade do Grande ABC. Santo André-SP, 2000.

O SULLIVAN, S. B.; SCHMITZ, T. J. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 4. ed. Barueri: Manole, 2004.

PARTRIDGE, C. **Fisioterapia Neurológica**. São Paulo: Santos Editora, 2006.



ROBBINS & Coltran. **Patologia, Bases Patológicas das Doenças**. 7. ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2005.

SILVA, E. J. A. **Reabilitação pós AVC, Mestrado Integrado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto**, 2010.



## PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DA HIDROTERAPIA PARA LOMBALGIA CRÔNICA

Eduarda Dos Santos Nunes<sup>1</sup>; Ana Helena Braga Pires<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Área da Saúde Individual e Coletiva. Curso de Fisioterapia. nunesduda1213duda@gmail.com

<sup>2</sup> Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Área da Saúde Individual e Coletiva. Curso de Fisioterapia. anahelenafisioterapia@hotmail.com

**Resumo:** A lombalgia é dolorosa e pode ser incapacitante uma vez que pode causar rigidez e desconforto local. O tratamento visa o controle da dor, com diferentes estratégias de tratamento, incluem os diversos profissionais, podendo realizar procedimentos médicos como tratamento medicamentosos e cirurgias, outra área muito importante é a fisioterapia onde pode ser realizado tratamentos clínicos convencionais e terapias como a hidroterapia. Essa pesquisa se justifica na necessidade da busca de um tratamento eficaz para a dor lombar em vista que afeta grande parte da população e tem como objetivos descrever os efeitos da hidroterapia para o tratamento da lombalgia e identificar os principais benefícios da técnica na redução do quadro algico. Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados eletrônicas, sendo utilizados cinco artigos dentro dos critérios de inclusão para esta pesquisa. Os dados obtidos em todos os artigos apontam a hidroterapia como um tratamento muito eficaz e não discordam entre si, apresentando somente benefícios na melhora da qualidade de vida dos pacientes. Conclui-se que a hidroterapia possui diversos benefícios para o tratamento da lombalgia, principalmente analgesia devido à água aquecida e também a flutuação que permite reduzir a carga sobre a coluna lombar.

**Palavras-chave:** Dor; Coluna Lombar; Fisioterapia Aquática.

### INTRODUÇÃO

A dor está presente na sociedade em diversos níveis e locais, as dores na coluna vertebral são as mais comuns, estudos apontam que cerca de 80% de toda população sofrerá de dor nas costas em algum período de sua vida. A lombalgia, conhecida como dor da coluna lombar é a mais frequente e pode ser incapacitante uma vez que pode causar rigidez e desconforto local podendo acometer os membros inferiores e com uma duração mínima de um dia (MONTEIRO et al., 2017).

A lombalgia pode ser definida de acordo com seu tempo de duração, tendo um início rápido e com duração máxima de seis semanas é considerada lombalgia aguda, com uma duração de seis até doze semanas subaguda e persistindo o quadro doloroso com um tempo maior de doze semanas é considerada crônica (CIRILO et al., 2020). A lombalgia afeta 70% a 85% da população onde destes 10% se tornaram um caso crônico impactando na qualidade de vida (MORAES et al., 2021).

A lombalgia dependendo de sua etiologia requer um tratamento eficaz, quando a dor for aguda deve-se atentar a sua etiologia e buscar um tratamento adequado para que não retorne, em casos de dores crônicas o tratamento visa o controle da dor, com diferentes estratégias de

tratamento, incluem os diversos profissionais, podendo realizar procedimentos médicos como tratamento medicamentosos e cirurgias, outra área muito importante é a fisioterapia onde pode ser realizado tratamentos clínicos convencionais e terapias como a hidroterapia (DE SOUZA; VIANA, 2021).

Durante muitos anos a água é utilizada para tratar e recuperar pessoas com as mais diversas patologias, pois o meio aquático proporciona melhores movimentos e funcionalidade. O ato de imergir o corpo na água proporciona bem estar físico e psíquico trazendo sensação de bem estar para quem realiza (CABRAL, 2021).

A hidroterapia também chamada de fisioterapia aquática tem diversos benefícios em comparação aos exercícios realizados no solo, um dos principais benefícios é que devido ao aquecimento da água na piscina ela proporciona uma sensação de relaxamento, diminuindo a dor e rigidez. Outro ponto importante é a fluabilidade que a imersão na água possibilita, diferente do solo, esta permite a redução da carga sobre as articulações, facilitando a realização dos exercícios, proporcionando exercícios sem impacto articular e com melhor amplitude de movimentos (ARAÚJO et al., 2021).

Esse estudo se justifica pela crescente necessidade da busca de tratamentos eficazes para a dor lombar em vista que afeta grande parte da população, dessa forma os objetivos são descrever os efeitos da hidroterapia para o tratamento da lombalgia, identificar os principais benefícios da técnica principalmente para a redução do quadro algico.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo trata de uma revisão da literatura, uma revisão utiliza artigos científicos e pesquisas já realizadas como a principal fonte de informação, seja por meio de publicações eletrônicas ou bibliográficas onde se utiliza os resultados dos autores, desta forma fundamenta-se a teoria para a resposta do determinado objetivo (DE SOUZA et al.,2010).

A literatura buscada para o embasamento teórico está disponível nos bancos de dados de dados eletrônicos: SciELO, Lilacs e Google Acadêmico, selecionando artigos atuais dos últimos cinco anos (2019-2023) com os descritores: Hidroterapia, Lombalgia, Analgesia e Fisioterapia Aquática. Os artigos selecionados deveriam corresponder ao tema, sendo excluídos os repetidos, com o título ou resumo que não estivesse de acordo com o tema escolhido, apresentando outras patologias não somente lombalgia e os de outros idiomas.

O interesse pelo tema buscou-se devido a experiência na realização das atividades durante as aulas de Estágio Supervisionado Ambulatorial III A, Fisioterapia em



Hidrocinestoterapia, onde realizou-se atendimentos em pacientes com lombalgia crônica, os exercícios aconteceram em água aquecida, exercícios de fortalecimento abdominal, alongamentos, fortalecimento da musculatura dos membros inferiores e a técnica de Bad Ragaz que consiste na realização de movimentos tridimensionais do tronco com o paciente flutuando na superfície da água.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa destes descritores foram encontrados 117 artigos, seguindo os critérios de exclusão, foram utilizados nesta revisão cinco artigos (TABELA 1), demonstrando uma escassez nas pesquisas desta área nos últimos anos, mostrando a necessidade da realização deste estudo. Os dados obtidos em todos os artigos apontam a hidroterapia como um tratamento muito eficaz e não discordam entre si, apresentando somente benefícios na melhora da qualidade de vida dos pacientes.

Os estudos incluídos corroboram também com outros estudos de públicos diferentes, um estudo de Roma, Pozzi (2020) em pacientes gestantes que possuíam dor crônica lombar entre outros desconfortos gestacionais, a hidroterapia se mostrou benéfica devido alívio proporcionado pela água aquecida, servindo de controle de frequência cardíaca da mãe e bebê, melhorando o condicionamento físico e também trazendo a sensação de bem estar, com diminuição dos quadros algícos.

Tabela 1 - Características gerais dos estudos selecionados

Autor/Ano	Objetivos	Metodologia	Conclusão
DO PRADO, Maria Fernanda Kicheleski et al. 2022	Intervenção na lombalgia crônica com a hidroterapia, buscando verificar sua eficácia.	Estudo de Caso. Realizada sessões de hidroterapia em uma mulher de 64 anos com artrose lombar e lombalgia, uma vez na semana durante 40 minutos.	Com a realização da hidrocinestoterapia, Watsu e Al-Chi (técnicas da hidroterapia) foi possível diminuir os níveis de dor da paciente bem como melhorar a amplitude do movimento.
ARAÚJO, Brenda Karoline Teles et al.	Buscar evidências sobre atuação e eficácia da	Revisão Bibliográfica. Selecionado 4 artigos dos anos 2006, 2007,	Os artigos todos demonstram que a hidroterapia é eficaz no

2021	hidroterapia em pacientes com lombalgia	2017 e 2019. Encontrados no Pubmed sobre o tema e avaliados pela escala PEDRO, incluindo estudos clínicos.	tratamento da dor e melhora da qualidade de vida dos pacientes, a água aquecida e as propriedades físicas da água auxiliam não somente na melhora do quadro de lombalgia, mas também de outras doenças crônicas e reumáticas.
Cristianne Alves; VIANA, João Eduardo 2021	Buscar na literatura os benefícios da hidroterapia em pacientes com lombalgia.	Revisão de Literatura exploratória bibliográfica, de natureza qualitativa, que abordam o tema.	A realização da hidroterapia é eficiente não somente para minimizar as dores da lombalgia, mas melhorar totalmente a qualidade de vida seu bem estar físico, psíquico e emocional, melhorando a capacidade de executar as tarefas cotidianas.
DA SILVA, Patrícia Costa et al. 2021	Buscar os benefícios do tratamento aquático em pessoas com dor lombar crônica inespecífica.	Revisão de literatura com três artigos dos anos de 2008, 2010 e 2011. Os artigos foram selecionados na base de dados Pubmed e Scielo.	Os estudos da revisão apontam melhora da sintomatologia dolorosa, diminuição da incapacidade e melhora da força muscular com o tratamento aquático.
REAL, Bhetina Morena Martins Brito et al. 2020	Avaliar os efeitos da fisioterapia aquática no tratamento de dor lombar crônica.	Revisão de literatura de cinco artigos dos anos de 2009, 2013, 2015, 2016 e 2017. Os estudos eram ensaios	A fisioterapia aquática melhora o quadro doloroso e diminui a incapacidade de pessoas com dor crônica



		clínicos e controlados encontrados nas bases de dados eletrônicas.	comparado com os que realizaram exercícios no solo ou isolados.
--	--	--	---

Uma pesquisa realizada em uma Clínica de Fisioterapia de Tubarão – SC, por Ricardo e Medeiros (2021) com três pacientes com lombalgia crônica, submetidos à hidroterapia com aplicação específica do método Watsu mostrou a melhora destes, com significativa mudança na amplitude de movimentos de extensão e inclinação da coluna lombar, aumentando a flexibilidade da coluna após testes, houve a diminuição da percepção da dor com aplicação da Escala Visual Analógica em todos os pacientes do estudo, reforçando a influência positiva do hidroterapia como método de tratamento para dor lombar.

Vários estudos apontam também o uso de Hidroterapia principalmente pelo fato da temperatura da água e aspectos físicos como a flutuação que ela proporciona um tratamento não somente para as dores lombares ou de coluna, mas também para tratamento de reumatismos, fibromialgia, dores musculoesqueléticas, osteoartrite de joelho, auxilia também nas dores do trabalho de parto e auxilia na melhora da qualidade de vida (ANTUNES et al., 2019).

A experiência vivenciada no cotidiano das aulas de Estágio Supervisionado Ambulatorial III A, Fisioterapia em Hidrocinesioterapia, também está de acordo com os dados desses estudos, onde os pacientes relataram uma melhora do quadro algico, diminuindo as queixas dolorosas, melhorando o condicionamento físico, além da sensação de bem estar e relaxamento do corpo permanecendo até horas após o atendimento, notou-se também o aumento da força muscular entre um atendimento e outro, o que pode contribuir para uma melhora da realização das atividades de vida diária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os argumentos apresentados, dessa forma conclui-se que a fisioterapia aquática ou hidroterapia possui os mais diversos benefícios para pacientes com lombalgia crônica, uma vez que um dos principais benefícios é a analgesia devido a água aquecida em temperatura ideal da piscina que proporciona uma sensação de relaxamento e bem estar, o quadro doloroso por ser persistente costuma ser a maior queixa que a patologia causa. Também devido as forças físicas da água é possível reduzir a carga sobre a coluna lombar, com manobras



simples de flutuação e tração proporcionando o alívio da dor e melhora da flexibilidade da região lombar.

Espera-se que essa revisão possa auxiliar e fornecer informações relevantes para a população com lombalgia crônica que está em busca de um tratamento não medicamentoso para o alívio da sintomatologia dolorosa bem como para as demais pesquisas científicas em vista que não há muitas publicações sobre o assunto.

## REFÊRENCIAS

ANTUNES, Juliane de Macedo et al. Hidroterapia e crenoterapia no tratamento da dor: revisão integrativa. **BrJP**, v. 2, p. 187-198, 2019.

ARAÚJO, Brenda Karoline Teles et al. Atuação da fisioterapia terapêutica em pacientes com lombalgia: uma revisão sistemática. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 14, pág. e183101422215-e183101422215, 2021.

CABRAL, Fernando Duarte. Efeitos da hidroterapia na recuperação do equilíbrio e prevenção de quedas em idosos. **Revista Científica da Faculdade Quirinópolis**, v. 3, n. 11, p. 471-482, 2021.

CIRILO, Ana Carolina de Lima et al. **Hidroterapia na lombalgia crônica: uma revisão integrativa Hidroterapia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Repositório Institucional UNIPÊ. 2020.

DA SILVA, Patricia Costa et al. Benefício do tratamento aquático em pacientes com dor lombar crônica inespecífica. **Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 2, n. 2, 2021.

DE SOUZA, Cristianne Alves; VIANA, João Eduardo. Benefícios da hidroterapia na redução da dor e na melhora da função física em indivíduos com lombalgia: uma revisão de literatura. **Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2173-2185, 2021.

DE SOUZA, Marcela Tavares et al. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein** (São Paulo), 8(1), 102–106. 2010.

DO PRADO, Maria Fernanda Kicheleski et al. A Eficácia Da Aplicação De Diferentes Técnicas De Fisioterapia Aquática Na Lombalgia Crônica: Um Estudo De Caso. **Anais do Salão de Iniciação Científica Tecnológica** ISSN-2358-8446, 2022.

MONTEIRO, Nathália Bezerra et al. Benefícios da hidroterapia na lombalgia gestacional: revisão de literatura. **Revista de Trabalhos Acadêmicos Universo Goiânia**, 2017.

MORAES, Érica Brandão de et al. Autoeficácia e medo da dor ao movimento na lombalgia crônica: uma intervenção desenvolvida por enfermeiras. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, 2021.

REAL, Bhetina Morena Martins Brito et al. Fisioterapia aquática no tratamento de dor lombar crônica. **Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 1, n. 1, p. 76-89, 2020.



RICARDO, Dyovana do Santos; MEDEIROS, Lídia Goulart. **Método Watsu no tratamento da lombalgia crônica inespecífica.** 2021.

ROMA, Flávia Borges Domingues; POZZI, Denise Campos. Lombalgia Gestacional: uma revisão integrativa sobre hidroterapia, reeducação postural global e pilates. **Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 24, n. 3, p. 229-233, 2020.

## ANÁLISE COMPARATIVA DOS BENEFÍCIOS DAS ÓRTESES PARA OS MEMBROS INFERIORES

Camile Brum Olivera<sup>1</sup>; Maikel Stallbaum<sup>2</sup>; Eduarda Essenberg Espindola<sup>3</sup>; Jean Lucas Poppe<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga-RS. Área das ciências da saúde. Fisioterapia. camileboli@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga. Área das ciências da saúde. Fisioterapia. stallbaummaikel@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga. Área das ciências da saúde. Fisioterapia. eduardaessenberg@hotmail.com

<sup>4</sup>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga. Área das ciências da saúde. Fisioterapia. jlucaspope@gmail.com

**Resumo:** As órteses são dispositivos aplicados externamente ao corpo para tratar problemas resultantes de lesões, doenças, problemas congênitos ou processo de envelhecimento normal do corpo. A fisioterapia atua na adaptação, equilíbrio e reabilitação de pessoas que necessitam utilizar órteses. A presente pesquisa busca analisar os objetivos e as principais conclusões de artigos acadêmicos sobre órtese de membros inferiores disponibilizados na plataforma Google Acadêmico nos primeiros cinco meses de 2023. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica. Foram encontrados 374 artigos, sendo 14 destes incluídos na análise. Conclui-se que existem muitos esforços em prol de estudos sobre as órteses, buscando melhorar a saúde dos indivíduos que necessitam destes recursos.

**Palavras-chave:** Adaptação; Recuperação; Saúde.

### Introdução

A palavra “órtese” deriva-se do grego, onde os termos *orthos* e *titheme* tem, respectivamente, significado de correção e colocação. Sendo os primeiros registros de utilização na antiguidade pelos egípcios (CARVALHO, 2013). Segundo o Ministério de Saúde (2016), as órteses são definidas como qualquer material permanente ou transitório que auxilie as funções de um membro, órgão ou tecido. Portanto, órteses são dispositivos aplicados externamente ao corpo para tratar problemas resultantes de lesões, doenças, problemas congênitos ou processo de envelhecimento. Em função da especificidade de cada indivíduo, este dispositivo poderá ter objetivos diversos, como estabilizar ou imobilizar, impedir e/ou corrigir deformidades (RODRIGUES et al., 2007; ASSUMPÇÃO, 2005).

No cenário de reabilitação, a Fisioterapia atua avaliando o equilíbrio, a amplitude das articulações e a força muscular, realizando a inspeção da pele, prescrevendo a órtese e treinando o paciente para utilizá-la (RUSSMAN, ROMNESS, 2002; EDELSTEIN, BRUCKNER, 2006), bem como o tempo adequado de uso (EDELSTEIN, BRUCKNER, 2006).

Assim, a partir do reconhecimento da importância das órteses e do papel do Fisioterapeuta, a presente pesquisa bibliográfica busca analisar os objetivos e as principais conclusões sobre os benefícios das órteses de membros inferiores para a saúde de pacientes.

## **Metodologia**

### **Caracterização da pesquisa**

O estudo caracteriza-se por ser qualitativo, pois, de acordo com essa perspectiva, é possível que o pesquisador compreenda melhor o contexto e os aspectos envolvidos na investigação, levando em consideração todas as informações relevantes (GODOY, 1995). E bibliográfico, pois apresentará um conjunto de informações apresentadas em diversos textos acadêmicos disponibilizados em plataformas digitais (AZEVEDO, 2016).

### **Crítérios de busca dos artigos**

No Google Acadêmico foram utilizados os seguintes termos de busca “órteses e pernas”, “órteses” e “órteses e membros inferiores”, no idioma Português.

### **Crítérios de inclusão**

Os artigos foram incluídos na pesquisa a partir das informações contidas nos títulos e resumos. Além disso, foram considerados apenas artigos com abordagens sobre seres humanos. O período estabelecido para a busca foi de publicações disponíveis nos primeiros cinco meses do ano de 2023.

### **Análise de dados**

As informações de interesse da pesquisa foram organizadas em uma tabela de modo a viabilizar a comparação entre os objetivos e as principais conclusões dos artigos selecionados.

## **Resultados e Discussão**

Foram encontrados 372 artigos, destes, 11 foram incluídos para a análise dos objetivos e principais conclusões (Tabela 1). Os demais artigos (361 artigos) foram excluídos da amostra por realizarem abordagens com animais, membros superiores (braços), administração financeira das órteses, entre outras abordagens que não se enquadraram no escopo desta pesquisa ou, ainda, por se tratar de resumos divulgados em eventos.



Entre os objetivos das pesquisas analisadas destacam-se aqueles associados a obtenção de informações relacionadas aos pacientes e a efetividade das órteses no tratamento destes, bem como para o desenvolvimento de novas órteses e/ou remodelamento daquelas já existentes, visando melhoria de funcionalidade e/ou redução de custo na produção.

Com relação as conclusões, destaca-se o fato de que todos os estudos indicam bons resultados das órteses para a promoção da recuperação e da mobilidade funcional dos pacientes. Ou seja, é possível obter resultados positivos no desenvolvimento/remodelamento das órteses, atendendo às necessidades específicas dos pacientes.

Tabela 1. Objetivos e conclusões apresentadas nos artigos selecionados a partir de publicações no ano de 2023 sobre órteses dos membros inferiores.

Titulo	Autores	Objetivos	Conclusões
Desenvolvimento de produto conceitual: Órtese de membro inferior para criança com Zika congênita.	Thamyris de Sales Regis	Desenvolver órteses de membros inferiores para crianças que possuem Zika Congênita (ZC).	Teve como conclusões que os órteses suros podálicas de membros inferiores proporcionaram maior eficácia as crianças que possuem ZC, sendo desenvolvido para esse público específico.
Órtese passiva com atuador elástico para ciclismo assistido por estimulação elétrica.	Felipe Shimabuko Cascás Souza	Estudar órteses passivas com atuadores elásticos no FES <i>cycling</i> estimulando o quadríceps, utilizado ambiente virtual e usando experimentos utilizando voluntários com lesões medulares completas.	Não houve estudos anteriores sobre o uso da órtese passiva com atuadores elásticos em conjunto o FES <i>cycling</i> . Diante disso, estudos futuros devem comprovar melhor a utilização FES <i>cycling</i> na reabilitação através do uso de órtese passiva.
Confecção de uma órtese dinâmica para epicondilite lateral.	Rafaela Ponzi Marine Garcia Maciel Carolina Pacheco de Freitas Thomazi	Criar de uma órtese, que irá funcionar como uma cinta de compressão, para que o paciente com epicondilite lateral, auxiliando na melhora do alívio da dor, inflamação e estabilização.	Este tipo de órtese é economicamente acessível, devido ao baixo custo dos materiais e fabricação, em comparação com uma órtese vendida e comercializada em lojas de produtos ortopédicos.
Estudo dos determinantes dos custos no atendimento dos pacientes com lesão medular recorrente de trauma raquimedular.	Marcelo Riberto, Liceana Barbosa de Pádua Alves, Deborah Ligia, Palma Honorato, Fabio Therezo, Galliano, Tales Vieira	Avaliar os custos associados ao atendimento hospitalar e ambulatorial dos pacientes que possuem lesões medulares	A conclusão foi relacionada com os custos dos pacientes com trauma raquimedular (TRM) sendo comparada com os de trauma coluna sem lesão neurológica. O

	Cavalcanti Albuquerque, Carlos Fernando Pereira da Silva Herrero	traumáticas em um serviço universitário.	número varia de acordo com as complicações clínicas juntamente com o tempo de internação e os custos desses atendimentos.
Legg Calvé Perthes e a Corporeidade Infantil: Percepção Quanto ao Uso da Órtese Atlanta Brace	Elisandra Plate da Fontoura, Christian Caldeira Santos, Jacinta Sidegum Renner, Denise Regina Quaresma da Silva.	Descrever a percepção de uma criança com a Doença de Legg Calvé Perthes em relação ao uso da Órtese Atlanta Brace.	Foi concluído que o uso da órtese gerou insatisfação nas crianças, pois apresentavam dificuldade ao brincar e nas atividades da vida diária, também foi observado que surgiu o sofrimento de bullying na escola.
Análise Eletromiográfica e Estabilométrica em crianças com Paralisia Cerebral após um protocolo intensivo de exercícios terapêuticos	Beatriz França Naves Perissé, Gabrieli Boligon Vieira	Observar a diferença de ativação muscular, função motora grossa e oscilação do centro de gravidade de crianças com paralisia cerebral (PC) após um protocolo intensivo de exercícios terapêuticos. Foi diagnosticado PC e classificação Gross Motor Function Classification System.	Foi concluído a melhora da função motora grossa com a utilização dos protocolos intensivos de exercícios terapêuticos associados ao uso de vestimentas terapêuticas. Conclui-se também que quando feita de olhos fechados, a técnica parece ser mais promissora na diminuição da oscilação do tronco e na ativação equilibrada entre a musculatura do core avaliada.
Análise da pisada e da marcha com o uso da órtese TheraTogs em criança com paralisia cerebral atetóide: um relato de caso	Francine Zillmer Machado, Carla Skilhan de Almeida, Laís Rodrigues Gerzson	Analisar a pisada estática e a marcha de uma criança com paralisia cerebral (PC) do tipo atetóide após uso diário do TheraTogs.	Foi concluído que houve mudanças na pisada estática e na marcha de um paciente com PC do tipo atetóide com o uso diário de órtese por oito semanas.
Otimização topológica para obtenção de nova geometria de órtese suropodálica	Nathan Meni Furtado	Obter uma nova geometria de órtese AFO ( <i>Ankle-Foot Orthosis</i> ) através de otimização topológica que tenha um desempenho igual ao da geometria original em relação a esforços suportados.	Obteve-se um novo design de AFO, porém, não teve uma opinião de especialistas ou de usuários sobre para validação final do modelo.
Manufatura aditiva em palmilhas para prevenção e tratamento da úlcera do pé diabético: manual direcional	Ana Amâncio Santos da Silva, Cristiane Clemente De Mello Salgueiro, Marcelo Araújo, Luiz Clemente De Souza Pereira Rolim, Karol Fireman de Farias, Vagner	Descrever um manual no formato de <i>e-book</i> referente a Manufatura aditiva em palmilhas para prevenção e tratamento da úlcera do pé diabético.	A confecção de palmilhas para prevenção e tratamento da úlcera do pé diabético deve ser considerada como uma opção aos tratamentos existentes, assim podendo atuar de modo



	Rogério dos Santos, Guilherme Benjamin Brandão Pitta		complementar na prevenção e tratamento da úlceras do pé diabético.
A escolha do calçado por corredores amadores: caracterização e associação com o histórico de lesão auto reportada	Rodrigo Ébete Andrade, Thiago Ribeiro Teles Santos	Avaliar os processos de escolha dos calçados de corredores e averiguar variáveis relacionadas ao calçado e, ainda, se o processo de escolha dos calçados estava associado à presença e recorrência de lesões no último ano.	A maioria dos corredores amadores possuem tênis específico para a prática esportiva, também sugere- se conhecer o tipo de pisada e considerar a opinião do profissional na hora da escolha do calçado. Também se concluiu que a recorrência e presença de lesão não está ligado as características e o processo de escolha do calçado.
Botas ortopédicas: Acessório para crianças do sexo feminino	Hívinna Cláudia da Cruz Dineas	Demonstrar a importância do uso de botas ortopédicas e como estes calçados contribuem para a integração social dos usuários.	Além de abordar questões de função, conforto físico, estética e versatilidade, as botas ortopédicas visam estimular o usuário a usá- las por meio do conforto mental associado ao prazer.

### Considerações Finais

Conclui-se que existem muitos esforços em prol de estudos sobre órteses, os quais buscam melhorar a saúde dos indivíduos que necessitam destes recursos. Além disso, o fisioterapeuta é o profissional responsável por auxiliar no processo de adaptação do paciente ao uso adequado da órtese, promovendo a efetiva reabilitação.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.É., SANTOS, T.R.T. A escolha do calçado por corredores amadores: caracterização e associação com o histórico de lesão auto reportada. **Revista USP Fisioterapia & Pesquisa**, v. 29, n.4, p.386-396, 2023.

ASSUMPCÃO, T.N. Órteses – Princípios Básicos. In: FREITAS, P.P. **Reabilitação da Mão**. Atheneu: São Paulo, 2005.

AZEVEDO, Debora. Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa – Diferenças e Propósitos. **Working Paper**, n.1, p.2, 2016.



CARVALHO, José Andrade. **Órteses: um recurso terapêutico complementar**. São Paulo: Editora Manole, 2013.

DINEAS, H.C.C. **Botas ortopédicas: acessório para crianças do sexo feminino**. 2017. 78p. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso em Desenho Industrial, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2023.

EDELSTEIN, J. E.; BRUCKNER, J. Introdução à ortótica. In: **Órteses: abordagem clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, cap. 1, p. 2-20, 2006.

FONTOURA, Elisandra Plate et al. Legg Calvé Perthes e a Corporeidade Infantil: Percepção Quanto ao Uso da Órtese Atlanta Brace. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, Campo Grande, MS, V.21, n.2, p.59-63, janeiro, 2023.

FURTADO, Nathan Meni. **Otimização topológica para obtenção de nova geometria de órtese suro podálica**. 2022. 51p. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2023.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revistas de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, B.A., Francisco, N.P.F. Órteses: Orientações e cuidados. In: **XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**, 2021, São José dos Campos, São Paulo, UNIVAP, 2021

MACHADO, F.Z, ALMEIDA, C.S, GERZSON, L.R. Análise da pisada e da marcha com o uso da órtese TheraTogs® em criança com paralisia cerebral atetóide: um relato de caso. **Revista Acta Fisiátrica**, Porto Alegre, RS, V.30, n.1, p.41-46, 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS. **Manual de Boas Práticas da Gestão de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

PERISSÉ, B.F.N, VIEIRA, G.B. **Análise Eletromiográfica e Estabilométrica em crianças com paralisia cerebral após um protocolo intensivo de exercícios terapêuticos**. 2022. 89p. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Graduação em Fisioterapia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2023.

PONZI, R., MACIEL, M.G., THOMAZI, C.P.F. Confecção de uma órtese dinâmica para epicondilite lateral. **Revista Perspectiva: Saúde e Ciência**, Osório, RS, V.7, n.2, p. 61-66, dezembro, 2023.

REGIS, Thamyris de Sales. **Desenvolvimento de produto conceitual: órtese de membro inferior para crianças com Zika congênita**. 2021. 71p. Dissertação, Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia em Saúde, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2023.

RIBERTO, Marcelo; et al. Estudo dos determinantes dos custos no atendimento dos pacientes com lesão medular decorrente de trauma raquimedular. **Revista Acta Fisiátrica**, Ribeirão Preto, SP, V.30, n.1, p. 7-12, fevereiro, 2023.



RODRIGUES, A.V.N., CAVALCANTI, A., GALVÃO, C. Órtese e Prótese. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: fundamentação & prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

RUSSMAN, B. S., ROMNESS, M. Neuroreabilitação da criança com paralisia cerebral. In: MILLER, G., CLARK, G. D. **Paralisias cerebrais- causas, consequências e conduta**. Barueri: Manole, cap. 13, p. 364, 2002.

SILVA, Ana Amâncio Santos; et al. Fabricação aditiva em palmilhas para prevenção e tratamento da úlcera do pé diabético: manual direcional. **Research, Society and Development**, São Paulo, SP, V.12, n.3, p.1-8, 2023.

SOUSA, F. S. C. **Órtese Passiva com Atuador Elástico para Ciclismo Assistido por Estimulação Elétrica**. 2021, 65p. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia Elétrica, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2023.



## ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA DOR E DESCONFORTO MUSCULAR EM ATLETA DE FUTEBOL DE SALÃO

Henrique Prauchner Lima<sup>1</sup>; Marzane Bolzan Moraes de Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmico no 7º semestre do curso de fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. hiquep.lima@gmail.com

<sup>2</sup> Fisioterapeuta, Especialista em Ortopedia e Traumatologia, Mestre no Programa de Atenção Integral a saúde, Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. Marzane.oliveira@yahoo.com.br

**Resumo:** Atualmente o futebol de salão se enquadra em um esporte com uma dinâmica de jogo que apresenta a necessidade de movimentos rápidos, complexos, de aceleração e desaceleração, o calendário de jogos de um time de futebol de salão se estende durante todo o ano junto ao cronograma dos treinos que ocorrem de forma diária. A necessidade de estar sempre em alto nível e associado ao cronograma de jogos em treinos pode acarretar em desgaste muscular e posteriormente em lesões. Trata-se de um estudo descritivo, baseado em um relato de caso, a partir de intervenções fisioterapêuticas realizadas através do projeto de extensão. A coleta de informações foi realizada por uma ficha de avaliação voltada para a prática desportiva. Para a identificação do local e intensidade das disfunções dolorosas, foi utilizado o diagrama de Corlett e Bishop. Após o término do tratamento, obtivemos resultados positivos no quesito alívio de dores musculares, colocando em evidência a fisioterapia como primeira escolha no tratamento das lesões desportivas, porém ressaltamos a importância de mais pesquisas na área com abordagens e materiais mais aprofundados.

**Palavras-chave:** Futsal; Analgesia; Fadiga muscular.

### Introdução

Atualmente o futebol de salão se enquadra em um esporte com uma dinâmica de jogo que apresenta a necessidade de movimentos rápidos, complexos, de aceleração e desaceleração e de contato físico isso estando juntamente associado com treinos diários (ELSNER, PAVAN e WISNIEWSKI, 2006). Tal demanda física pode acabar acarretar em diferentes níveis e tipos de lesões (KURATA, ET AL, 2008).

O calendário de jogos de um time de futebol de salão em sua maior parte se estende durante todo o ano juntamente ao cronograma dos treinos que ocorrem de forma diária, a necessidade de estar sempre em alto nível e associado ao cronograma de jogos em treinos pode acarretar em desgaste muscular e posteriormente em lesões (DOS SANTOS AFONSO, 2020).

Devido à grande demanda física ocasionado pelos jogos e treinos nem sempre há o espaço de tempo adequado para realizar uma recuperação da musculatura ideal assim podendo acarretar em lesões e desconfortos, tornando-se necessário algum meio de intervenção fisioterapêutica para reabilitação e prevenir possíveis lesões sendo assim

necessário o bom conhecimento da patologia a ser tratada (BITTENCOURT et al., 2018).

Devido a tais fatores propícios a lesões se tem como objetivo fisioterapêutico de realizar o melhor tratamento possível em um curto espaço de tempo para a volta do atleta as quadras. O conhecimento adequado da patologia associado com a avaliação, diagnóstico e plano de tratamento é de extrema valia para uma melhora adequada e rápida do atleta. (ALVES, ET AL, 2022).

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo descritivo, baseado em um relato de caso, a partir de intervenções fisioterapêuticas realizadas através do projeto de extensão: Atuação da fisioterapia na reabilitação de atletas de futsal da AGSL – São Luiz Gonzaga, realizados na clínica escola da Universidade Regional Integrada do Auto Uruguai e das Missões – campus São Luiz Gonzaga (URI -SLG).

O relato de caso refere-se a melhora das disfunções musculares dolorosas observadas no pré e pós intervenção fisioterapêutica, bem como no decorrer do tratamento.

A coleta de informações foi realizada por uma ficha de avaliação voltada para a prática desportiva. Para a identificação do local e intensidade das disfunções dolorosas, foi utilizado o diagrama de Corlett e Bishop. Segundo Martins, 2008, o teste de desconforto de Corlett e Bishop possibilita ao pesquisador conhecer o perfil de cada paciente, pois o preenchimento ocorre pela marcação visual da percepção individual, necessitando apenas realizar uma marcação no ponto da escala que melhor represente sua sensação de dor ou desconforto, bem como a intensidade dolorosa, definida em graus, de zero a cinco, de acordo com a percepção individual.

## **Resultados e Discussão**

A grande demanda física ocasionado pelo calendário dos atletas acarreta em fadiga muscular ocasionando em desconfortos dolorosos e perda de desempenho em quadra. (AVELAR et al, 2008).



Na avaliação inicial foi mensurado a escala de desconforto com o diagrama de Corlett e Bishop que relata a região do desconforto e qual sua insanidade numa escala de um a cinco. Foi relatado dor nos membros inferiores na região da coxa e panturrilha direita com intensidade de dor de três, membros inferiores direito foi referido dor na coxa com intensidade de três e panturrilha com escala de dor de dois, foi referido dor na lombar com intensidade de três.

A intervenção fisioterapêutica ocorreu através da utilização de eletrotermoterapia e exercícios ativos livre. Acessões tinha duração de 40 a 50 minutos, o atendimento Inicial com liberação sendo realizado entre 15 a 20 minutos, após o término da liberação ( COSTA, 2012), foi utilizado o ultrassom de um hertz de forma contínua por um minuto por era sobre a região dolorosas assim totalizando em torno de 10 minutos por sessão, foram também aplicados exercícios de mobilidade e flexibilidade de membros inferiores que eram realizados de forma ativa ou passiva, também foram utilizados de equipamentos com bola Suíça e o bastão.

Os objetivos do ultrassom podem ser descritos como aumento do metabolismo no local esse aumento do metabolismo pode ser dado por efeitos térmicos utilizando ultrassom de forma contínua no qual essa frequência não apresenta pulsação e sim ondas contínuas, por ocorrer de forma contínua acaba gerando calor (CIENA, 2009). Os objetivos alcançados com esse método é o aumento da taxa metabólica, aumento das propriedades elásticas do tecido conjuntivo, aumento da taxa de ativação enzimática e redução do limiar da dor (CIENA, 2009).

De acordo com Costa (2012) A técnicas de liberação miofascial pode ser utilizado com os seguintes objetivos da redução do quadro algico, aumento da amplitude de movimento, proporcionar aumento da circulação local e relaxamento muscular, ocasionando na melhor na execução das atividades de vida diária e atividades físicas, o que é benéfico para os atletas de alto desempenho.

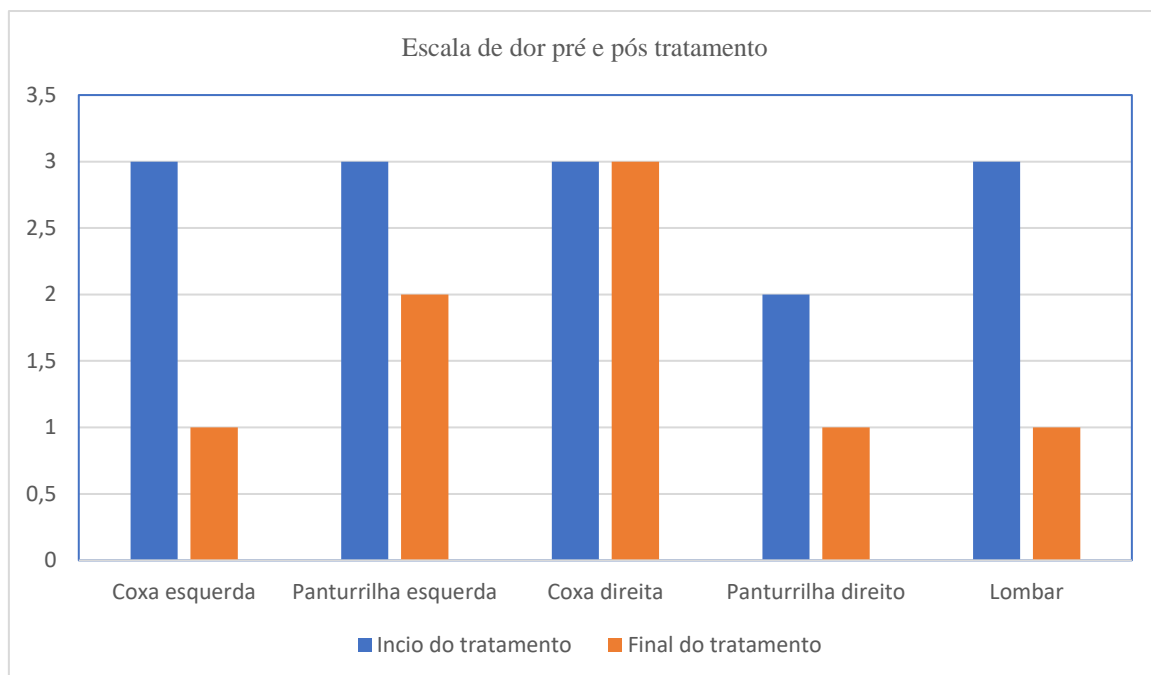
Após três semanas de intervenção foi realizado uma reavaliação, com o objetivo de identificar se houve ou não redução da intensidade dolorosa.

Na reavaliação foi mensurado o desconforto dos mesmos membros avaliados nas primeiras avaliações. Foi descrito desconforto na coxa direita de intensidade um, na panturrilha esquerda foi relatado desconforto de magnitude de dois, na perna direita na região da coxa teve intensidade de três e na panturrilha com sensação dolorosa de um. Na região lombar foi colhido a informação de dor referente a um.

Durante as sessões foi relatado pelo paciente que a utilização da técnica de liberação miofascial associado ao ultrassom por cerca de um minuto por região dolorosa ocasionava num alívio considerável.

Em relação ao tratamento proposto, mostrou-se eficaz no alívio da dor de quatro das cinco regiões analisadas, bem como na intensidade das mesmas, onde apenas uma mostrou-se recidiva.

**Figura 1.** Apresentação do local e intensidade da dor, pré e pós intervenção fisioterapêutica.



### Considerações Finais

As lesões e desconfortos são frequentes em jogadores de futsal e por se ter a necessidade da volta as quadras da forma mais rápida possível. É de extrema valia o tratamento adequado do quadro do paciente para que se torne possível a volta às quadras o mais rápido possível.

Após o termino do tratamento, obtivemos resultados positivos no quesito alívio de dores musculares, colocando em evidência a fisioterapia como primeira escolha no tratamento das lesões desportivas, porém ressaltamos a importância de mais pesquisas na área com abordagens e materiais mais aprofundados.



## Referências

ALVES, Isabella Soares; LOPES, Millena Bezerra. A importância do raciocínio clínico para o aprimoramento profissional do fisioterapeuta na área da saúde. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e119111637844-e119111637844, 2022.

AVELAR, Ademar et al. Perfil antropométrico e de desempenho motor de atletas paranaenses de futsal de elite. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 10, n. 1, p. 76-80, 2008.

BITTENCOURT, N. F. N. **Impacto de um programa preventivo multidisciplinar na frequência de lesões em atletas jovens**. 2018.

CIENA AP, Cunha N. B. et al. Efeitos do ultrassom terapêutico em modelo experimental de cialgia. **Ver. Bras Med Esporte**. 2009.

COSTA, Natalia Ancioto da; POGGETTO, Simone Franco Dal; PEDRONI, Cristiane Rodrigues. O Efeito da manipulação miofascial sobre o limiar doloroso em atletas durante período competitivo. **Revista Terapia Manual**, p. 486-490, 2012.

DOS SANTOS AFONSO, Max et al. Fisioterapia desportiva no programa de prevenção de lesão no futebol profissional. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, p. e72932434-e72932434, 2020.

ELSNER, Viviane R.; PAVAN, Fábio J.; Wisniewski, Miriam S. W. Lesões desportivas no futsal: principais agravos e sua importância para os profissionais da área da saúde. **Revista Brasileira de Medicina Esporte**, vol. 13, no. 4, resumo, Jul/Ago 2007.

KURATA, Daniele Mayumi; JUNIOR, Joaquim Martins; NOWOTNY, Jean Paulus. Incidência de lesões em atletas praticantes de futsal. **Iniciação científica CESUMAR**, v. 9, n. 1, p. 45-51, 2007.

MARTINS, Alexander Pereira. **A Aplicação do design ergonômico aliado à semiautomatização de funções, como forma de redução de inconvenientes posturais em operadores de uma estação de corte de chapas de madeira**. Dissertação de Mestrado, S.P, Brasil, 2008.



## ÓRTESES PARA MEMBROS SUPERIORES: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**Fernanda Carpes Trindade Volpato<sup>1</sup>; Geysa Pereira Portela<sup>2</sup>; Igor Garcia de Matos<sup>3</sup>; Jean Lucas Poppe<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga-RS. Área das ciências da saúde. Fisioterapia. brancadosul@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga. Área das ciências da saúde. Fisioterapia. geysaportela14@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga. Área das ciências da saúde. Fisioterapia. igorgarciamatos@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI, Campus São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga. Área das ciências da saúde. Fisioterapia. jlucaspope@gmail.com

**Resumo:** As órteses são dispositivos que irão beneficiar o usuário, tanto corrigindo quanto melhorando suas funções corporais. O objetivo do presente artigo é apresentar os benefícios das órteses para membros superiores e os principais resultados de pesquisas nos últimos três anos. O estudo caracteriza-se por bibliográfico, pois apresenta um conjunto de informações contidas em diversos textos acadêmicos disponibilizados na plataforma digital Google Acadêmico. A análise comparativa dos textos permite concluir que as órteses para membros superiores contribuem para inúmeros benefícios nos processos de correção e recuperação destes membros, sendo muito requisitadas e, cada vez mais, melhoradas com a ajuda das novas tecnologias em prol da saúde humana.

**Palavras-chave:** Fisioterapeuta; Saúde; Cinesiologia.

### Introdução

A Órtese (oriunda da palavra grega *orthósis* – corrigir, endireitar) é um dispositivo de uso tanto interno quanto externo, de forma definitiva ou não. Podem ser disponibilizados com diferentes materiais e utilizados para tratar diversos problemas de membros superiores e inferiores. (COLDITZ, 1996). Tais “ferramentas” podem ser estáticas ou dinâmicas, dependendo da necessidade e limitações do paciente.

Sua utilização tem registros ainda na época de 2750 a 2625 a.C., onde foram retratados homens utilizando tais equipamentos rudimentares em pinturas. Seu uso, porém, foi impulsionado nas guerras, cuja utilização era para a melhor recuperação em menor tempo dos soldados, para que eles pudessem voltar para os campos de batalha (NORTON, 2007; SELLEGREN, 1982).

Logo, órteses são dispositivos que irão beneficiar o usuário, corrigindo e melhorando suas funções corporais. Sua utilização traz inúmeros benefícios para os pacientes, como o

controle de motricidade, diminuição de fadiga, melhora das funções respiratórias e circulatórias, facilidade nos cuidados diários (alimentação, higiene, entre outros) (FERRIGNO, 2009). As órteses da coluna cervical, por exemplo, auxiliam na imobilização dela, na forma de colares de diferentes materiais e modelos (LUZO et al., 2004). São indicados nos casos de hipermobilidade, torcicolos, pós-cirurgias e para tratamento de outras patologias.

Porém, antes da confecção de uma órtese é necessária a avaliação do desempenho funcional e do contexto de vida do paciente (FERRIGNO, 2009). É preciso respeitar princípios biomecânicos e funcionais, no caso específico de membro superior, como: posição funcional da mão, anatomia (preservação aos arcos e pregas palmares), distribuição de pressão, equilíbrio de forças, rigidez e resistência do material, resposta dos tecidos ao estresse (FESS et al., 2004; ASSUMPCÃO, 2005; FERRIGNO, 2007). Nesse sentido, a prescrição deve mencionar clara e detalhadamente os limites anatômicos e objetivos terapêuticos, princípios mecânicos, modo de aplicação da força (estática ou dinâmica), refinamento da órtese para atender as especificidades do paciente (TROMBLY, 1995; LEDE, 2002; LUZO et al., 2004).

## **Metodologia**

### **Caracterização da pesquisa**

O estudo caracteriza-se por ser qualitativo, pois, de acordo com essa perspectiva, é possível que o pesquisador compreenda melhor o contexto e os aspectos envolvidos na investigação, levando em consideração todas as informações relevantes (GODOY, 1995). E bibliográfico, pois apresentará um conjunto de informações contidas em diversos textos acadêmicos disponibilizados em plataformas digitais (AZEVEDO, 2016).

### **Crítérios de busca dos artigos**

No Google Acadêmico foram utilizados os seguintes termos de busca “Órteses de membros superiores”, “Órteses e braços” e “Fisioterapia e órteses”, no idioma Português.

### **Crítérios de inclusão**

Os artigos foram incluídos na pesquisa a partir das informações contidas nos títulos e resumos. Além disso, foram considerados apenas artigos com abordagens sobre seres humanos. O período estabelecido para a busca foi de publicações disponíveis no período de 2020 até 2023.

### **Análise dos dados**

As informações de interesse da pesquisa foram organizadas em uma tabela de modo a viabilizar a comparação entre os objetivos e as principais conclusões dos artigos selecionados.

## Resultados e Discussão

Foram encontrados 2.560 artigos, destes, 15 foram incluídos para a análise dos objetivos e principais conclusões (Tabela 1). A exclusão de 2.545 artigos se deu em razão das abordagens voltadas à animais não humanos, por fugir do tema principal e/ou por estarem em idiomas diferentes do Português.

De acordo com pesquisas e artigos, feitos entre os anos de 2020 e 2023, podemos notar a maneira como as Órteses de Partes Superiores tem grande importância e benefícios trazidos, tanto para uma população de adultos, como para uma população infantil. (DE LIMA et al., 2022).

Em sua maioria, os objetivos e as conclusões dos artigos buscam destacar e apresentam, respectivamente, os benefícios à saúde humana associados às Órteses para as partes superiores do corpo. Entre eles, De Lima et al. (2022), destaca os bons resultados gerados pelas órteses, a ponto de processos cirúrgicos serem evitados. De acordo com Joseph et al. (2018), os benefícios do tratamento com órteses são diretamente proporcionais à adesão do paciente ao uso. Além disso, os potenciais positivos das órteses são destacados quando debatidos os avanços tecnológicos no setor da saúde (RODRIGUES, REIS, 2022).

Tabela 1. Objetivos e conclusões apresentadas nos artigos selecionados a partir de publicações no período de 2020 até 2023 sobre órteses dos membros superiores.

AUTORES	TÍTULO		OBJETIVOS	RESULTADOS/ CONCLUSÕES
Rúbio, G.P.	PROJETO DE ATUADORES ROBÓTICOS APLICADOS A UMA ÓRTESE DE MEMBRO SUPERIOR		Projetar e construir atuadores eletromecânicos aplicados a uma órtese robótica de reabilitação do membro superior.	O presente trabalho desenvolveu novos atuadores robóticos aplicados a uma órtese para membro superior. Dois Atuadores, aplicados a dois módulos (mão e cotovelo), foram desenvolvidos, com a função de abrir e fechar os dedos em até 3 segundos e

				flexionar ou estender o cotovelo em 5 segundos, para serem utilizados na reabilitação de indivíduos.
Lima, M.L.M.	ÓRTESES, PRÓTESES E MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO (OPM) NAS OFICINAS ORTOPÉDICAS DA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA		Analisar a oferta de dispensação de dispositivos assistivos de OPM por Oficina Ortopédica no Brasil.	A análise do impacto orçamentário envolvido na oferta de OPM à nível Federal demonstrou irregularidade no processo, apresentando imprevisibilidade desse processo de dispensação.
Pereira, B.A.S.	A EFICÁCIA DO TRATAMENTO COM ÓRTESE EM PACIENTES COM ARTRITE REUMATÓIDE		Realizar uma revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados com o objetivo de analisar e avaliar a eficácia do uso de órteses em pacientes com artrite reumatoide.	Há uma necessidade de maiores evidências sobre os benefícios do uso da órtese e quais seriam as órteses indicadas para as consequências da Artrite Reumatoide, levando em consideração questões como: o tipo de material indicado, conforto, e facilidade de uso.
Lopes, J.F.	Projeto de Uma Órtese Para Pessoas Com Distonia Focal nas Mãos		Avaliar os possíveis materiais para a confecção de uma órtese para pessoas que apresentam distonia focal nas mãos.	Ensaio computacionais permitem comparar as características dos materiais existentes no mercado para a confecção de órteses e verificar quais são os mais viáveis e eficazes para cada situação.
Ramos, M.F.; Curi, H.T.; Vida, C.P.C.; Favero, F.M.; Ferretti, E.C.	Órteses de Membros Superiores Para Pessoas com Lesão Medular a		Identificar as características das órteses de membros superiores (MMSS) indicadas para	Os tipos de órteses de MMSS demonstraram-se eficazes quanto à sustentação da

	Nível Cervical: Revisão Integrativa		pessoas com lesão medular (LM) a nível cervical.	preensão manual de objetos em indivíduos com LM cervical e promoveram melhora da funcionalidade nas atividades diárias.
Rodrigues, P.H.; Reis, G.	PLANEJAMENTO E PROJETO DO PRODUTO PARA DEMANDA DE TECNOLOGIA ASSISTIVA: METODOLOGIA DE SOLUCAO INVENTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÓRTESE		Desenvolver novo modelo de órtese dinâmica para crianças e avaliar os efeitos funcionais mecânicos e de incremento da funcionalidade da mão.	O presente trabalho apresentou a criação de uma órtese estática, de posicionamento, e outra órtese dinâmica, de auxílio à funcionalidade da mão. Ambas as órteses tiveram desenvolvimento fundamentado nos parâmetros anatômicos de funcionalidade, voltadas para crianças.
de Lima, A.C.T.; Alves, C.F.; Rodrigues, J.A.; do Carmo, M.C.	BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DE ÓRTESES NO TRATAMENTO DA ESCOLIOSE IDIOPÁTICA EM ADOLESCENTES		Analisar a eficácia do tratamento com o uso de órtese em adolescentes com escoliose idiopática.	A utilização da órtese na escoliose idiopática é considerada positiva em pacientes com curvatura entre 20° e 45°, no qual permanecem com uso de 20 a 23 horas diárias, sendo considerados fatores essenciais para um bom resultado, evitando assim um procedimento cirúrgico.
Santos, M.B.M.	PERSPECTIVA DA FAMÍLIA NA UTILIZAÇÃO DE ÓRTESE NAS CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL		Verificar o modo de colocação das órteses suropodálicas pelos pais e/ou cuidadores e a visão deles sobre esses aditamentos.	Apesar da boa conscientização em relação aos benefícios e importância do aditamento, nem todos os pais são bem orientados

				quanto à colocação adequada.
Lino, D.C.N.	ÓRTESES DE MEMBRO SUPERIOR POR IMPRESSÃO TRIDIMENSIONAL UTILIZADAS EM PACIENTES COM PATOLOGIA ORTOPÉDICA, NEUROLÓGICA, REUMATOLÓGICA, DERMATOLOGICA: UMA REVISÃO DE ESCOPO		Identificar, mapear e sintetizar a evidência disponível para prover uma visão geral sobre a descrição dos diferentes tipos de órteses passivas para o membro superior que utilizaram técnica de impressão tridimensional.	Nesta revisão de escopo, os estudos encontrados ajudaram a mapear os tipos de órteses passivas para o membro superior que utilizaram técnica de impressão tridimensional.
Siqueira, S.S.; Bandini, H.H.M.	Fatores Associados à Adesão ao Uso de Órteses de Membro Superior Sob Diferentes Perspectivas		Identificar fatores associados na adesão dos usuários ao uso de órtese de membro superior no serviço de um Centro Especializado em Reabilitação (CER) na visão do profissional, do paciente e dos discentes dos cursos de fisioterapia e terapia ocupacional.	Verificou-se que os fatores preeminentes associados à adesão ao uso de órtese de membro superior foram diversificados na percepção dos sujeitos da pesquisa. Entretanto, os desafios foram similares entre os sujeitos.
Takada, J.M.; Alvez, L.E.P.	DESENVOLVIMENTO DE ÓRTESE PARA APOIO AO MOVIMENTO DE PINÇA DAS MÃOS APLICADO A PESSOAS COM PERDA DE FORÇA		Desenvolver uma órtese de mão para multiplicar a força e o movimento de pinça do dedo indicador amplificada pelos dedos médio, anelar e mínimo, por meio de eixos, engrenagens e mecanismos de elos.	Percebe-se a dificuldade de se projetar mecanismos para as mãos porque existem muitas variações para cada tipo de indivíduo em função da geometria de cada mão, condições de movimento e aplicação da força relativa a cada indivíduo.
Duarte, L.M.; dos Santos, M.A.R.;	FABRICAÇÃO DE ÓRTESES PERSONALIZAD		Empregar a Engenharia Reversa (ER) para digitalizar	É provável empregar as técnicas de MA e ER na fabricação de



Tokimatsu, R.C.	AS PARA PESSOAS COM PARALISIA CEREBRAL ATRAVÉS DAS TECNOLOGIAS ENGENHARIA REVERSA E MANUFATURA ADITIVA		os membros que necessitam de auxílio e confeccionar as órteses com a tecnologia de Manufatura Aditiva (MA), para que possa proporcionar as pessoas com Paralisia Cerebral uma melhor qualidade de vida oferecendo órteses personalizadas e adaptadas ao paciente e, com custo relativamente acessível.	órteses personalizadas, empregando exames do próprio paciente como a ressonância magnética e tomografia computadorizada. Para modelos mais simples, pode-se coletar rapidamente a superfície de um membro afetado, gerando um arquivo tridimensional para a otimização de uma órtese.
Bezerra, H.X.	MÉTODOS UTILIZADOS NO DIMENSIONAMENTO CORPORAL PARA FABRICAÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES NÃO IMPLANTÁVEIS: UMA REVISÃO DE ESCOPO		Mapear os conceitos e evidências existentes na literatura sobre os métodos de dimensionamento corporal existentes para fabricação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção não relacionadas ao ato cirúrgico.	Os resultados desta revisão de escopo demonstram que existem vários métodos de dimensionamento corporal existentes para fabricação de órteses não relacionadas ao ato cirúrgico.
Spies, E.K.	GRUPO DE ESTUDO REMOTO EM ÓRTESE: DESCRIÇÃO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO COMO APOIO À FORMAÇÃO DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS		Descrever as potencialidades de uma ação remota de extensão em órteses na formação discente em Terapia Ocupacional.	Independentemente do retorno presencial nas instituições de ensino, o grupo de estudos, remoto ou não, é importante para a formação, especialmente para complementar o conhecimento teórico sobre órteses.
Tossini, N.B.	INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS EM INDIVÍDUOS COM OSTEOARTRITE		Realizar uma revisão sistemática com meta-análise afim de identificar e sintetizar a eficácia dos tratamentos	Intervenções com órteses para indivíduos com OA na base do polegar é melhor do que intervenções

	NA BASE DO POLEGAR		conservadores fisioterapêuticos em indivíduos com Osteoartrite (AO) na base do polegar.	passivas para melhora da dor, função física da mão e força de preensão e pinça. Independentemente do tipo de material para confecção da órtese e o seu design, há melhora para os desfechos clínicos.
--	-----------------------	--	---	--

### Considerações Finais

As órteses para membros superiores contribuem para inúmeros benefícios nos processos de correção e recuperação destes membros, sendo muito requisitadas e, cada vez mais, melhoradas com a ajuda das novas tecnologias em prol da saúde humana.

### Referências

ASSUMPCÃO, T. S. Órteses – Princípios Básicos. In: FREITAS, P.P. **Reabilitação da Mão**. São Paulo: Editora Atheneu. p. 539-554, 2005.

AZEVEDO, D. Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa – Diferenças e Propósitos. **Working Paper**, n.1, p.2, 2016.

BEZERRA, Helder Xavier. **Métodos Utilizados no Dimensionamento Corporal para Fabricação de Órteses e Próteses não Implantáveis: Uma Revisão de Escopo**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia em Saúde. Campina Grande, p. 1-78, 2022. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4573/5/DS%20-%20Helder%20Xavier%20Bezerra>.

COLDITZ, J.C. Principles of Splinting and Splint Prescription. In: PEIMER, A. C. **Surgery of the Hand and Upper Extremity**. New York: McGraw-Hill, 1996.

DE LIMA, Ana Carolina Toledo et al. **Benefícios da Utilização de Órteses no Tratamento da Escoliose Idiopática em Adolescentes**. Trabalho de Conclusão de Curso. Barbacena, p. 1-27, 2022. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/tainacan-items/282/164572/Beneficios-da-Utilizacao-de-Orteses-no-Tratamento-da-Escoliose-Idiopatica-em-Adolescente.pdf>

DUARTE, Landimar Mendes; DOS SANTOS, Marcelo Augusto Rozan; TOKIMATSU, Ruís Camargo. **Fabricação de Órteses Personalizadas para Pessoas com Paralisia Cerebral Através das Tecnologias Engenharia Reversa e Manufatura Aditiva**. XV Congresso



Iberoamericano de Ingeniería Mecánica. Madrid, España, p.1-8, 2022. Disponível em: [http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:congresoCIBIM-2022UPMEspana-Lmendes/Abs\\_427\\_186102.pdf](http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:congresoCIBIM-2022UPMEspana-Lmendes/Abs_427_186102.pdf)

FERRIGNO, I. S. V. **Eletromiografia do membro superior no uso do computador:** estudo comparativo entre duas órteses de punho. 2009. 98 f. Tese (Doutorado Programa de Pós Graduação em Cirurgia) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2009.

FERRIGNO, I. S. **Terapia da Mão:** fundamentos para a prática clínica. São Paulo: Editora Santos, 2007.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revistas de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

JOSEPH, M; et al. Uma Pesquisa de Experiência de Clientes com Órteses Usando o QUEST 2.0. **Journal of Hand Therapy**, v. 31, p. 538-543, 2018.

LEDE, P. VAN. Minimalistic Splint Design. **Journal of Hand Therapy**, Estados Unidos, v. 15, v. 2, p. 192–201, 2002.

LIMA, M. L. de Melo. **Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPM) nas Oficinas Ortopédicas da Rede de Cuidados À Pessoa com Deficiência.** Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, p. 1-70, 2021.

LINO, Débora Camila Nobre. **Órteses de Membro Superior por Impressão Tridimensional Utilizadas em Pacientes com Patologia Ortopédica, Neurológica, Reumatológica, Dermatológica:** Uma Revisão de Escopo. Trabalho de Conclusão de Curso. Natal/RN, p. 1-44, 2022. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/49404/1/D%c3%a9bora\\_Nobre\\_TCC%20%282%29.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/49404/1/D%c3%a9bora_Nobre_TCC%20%282%29.pdf)

LOPES, Jackson Fernandes. **Projeto de uma órtese para pessoas com distonia focal nas mãos.** Dourados, p. 1-24, 2021.

LUZO, M. C. M.; MELLO, M. A. F.; CAPANEMA, V. M. Recursos Tecnológicos em Terapia Ocupacional – Órteses e Tecnologia Assistiva. In: DE CARLO, M. M. R. P.; LUZO, M. C. M. (Org.) **Terapia Ocupacional – Reabilitação Física e Contextos Hospitalares.** 1ª ed, São Paulo: Ed. Roca. Cap. 5, p. 99-126, 2004.

NORTON, K. M. A Brief History of Prosthetics. **In Motion**, v. 17, n. 7, 2007.

PEREIRA, Benedita Aparecida da Silva. **A Eficácia do Tratamento com Órtese em Pacientes com Artrite Reumatóide.** Maceió, p. 1-37, 2021.

RAMOS, M.F., Curi, H.T., Vida, C.P.C., Favero, F.M., Ferretti, E.C. Órteses de membros superiores para pessoas com lesão medular a nível cervical: revisão integrativa. **Revista Neurociências**, v. 29, p. 1-19, 2021.



RODRIGUES, G., REIS, P. H. **Planejamento e Projeto do Produto para Demanda de Tecnologia Assistiva: Metodologia de Solução Inventiva para o Desenvolvimento de Órtese**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, 130 p, 2022.

RÚBIO, G. de Paula. **Projeto de Atuadores Robóticos Aplicados a uma Órtese de Membro Superior**. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia UFMG, p. 1-101, 2020.

SANTOS, Mariana Braga de Moraes; BOTELHO, Ana Carla Gomes. **Perspectiva da Família na Utilização de Órtese nas Crianças com Paralisia Cerebral**. Trabalho de Conclusão de Curso. Recife, p. 1-24, 2022. Disponível em:  
<https://tcc.fps.edu.br/bitstream/fpsrepo/1322/1/Perspectiva%20da%20fam%20na%20utiliza%20a%20de%20a%20órtese%20nas%20crian%20as%20com%20paralisia%20cerebral%20-%20Mariana%20Braga.pdf>

SELLEGREN, K. R. An early history of lower limb amputations and prostheses. **Iowa Orthop Journal**. v.2, 1982, p. 13–27.

SIQUEIRA, Simone Stein; BANDINI, Heloísa Helena Motta. Fatores Associados à Adesão ao Uso de Órteses de Membro Superior Sob Diferentes Perspectivas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, p. 1-8, 2022.

SPIES, E.K. Grupo de estudo remoto em órtese: descrição de um projeto de extensão como apoio à formação de terapeutas ocupacionais. **Revisbrato: Interinstitutional Brazilian Journal of Occupational Therapy**, v. 6, p. 1101-1113, 2022.

TAKADA, Jonathas Minoru; ALVES, Luiz Eduardo Pepe. **Desenvolvimento de órtese para apoio ao movimento de pinça das mãos aplicado a pessoas com perda de força**. Trabalho de Conclusão de Curso. Ponta Grossa, p. 1-48, 2022. Disponível em:  
<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/30242/1/orteseaopincaforca.pdf>

TOSSINI, Natália Barbosa. **Intervenções fisioterapêuticas em indivíduos com osteoartrite na base do polegar**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Fisioterapia da Universidade Federal de São Carlos, p.1-151, 2023, Disponível em:  
<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/17547/Tese%20de%20Doutorado%20-%20Nat%20a%20Tossini.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

TROMBLY, C. A. **Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas**. 5 ed., São Paulo, Santos Livraria Editora, 1995, 1157p



## ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE LESÕES DO FUTSAL

**Maria Eduarda Neves Ibaírró<sup>1</sup>; Andressa Camargo Silva<sup>2</sup>; Isadora Bonatto<sup>3</sup>; Marzane Bolzan Moraes Oliveira<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga/RS. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Acadêmica do 9º semestre. Menevezibairro@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga/RS. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Acadêmica do 9º semestre. Dessac.margo@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga/RS. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Acadêmica do 9º semestre. Isadorabonatto17@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga/RS. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Mestre Docente. Marzane.oliveira@yahoo.com.br

**Resumo:** No Brasil, o futsal é um esporte popular e de ampla representatividade nas últimas décadas, sendo a modalidade com a maior população praticante do esporte no país por homens e mulheres. A fisioterapia é um recurso terapêutico que auxilia na qualidade de vida, recuperação e prevenção às lesões ocasionadas, agindo na reeducação de disfunções, atuando na amenização das causas de dores e desconforto, garantindo a preparação do corpo, minimizando o aumento da lesão. Com o objetivo de investigar a eficácia da intervenção da fisioterapia em atletas de futsal. Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. Para o levantamento dos dados, foi realizada pesquisa nas bases de dados SCIELO, PUBMED e GOOGLE ACADÊMICO. A fisioterapia desportiva vai atuar em atletas que sofrem com lesões durante a prática do seu esporte, com os objetivos sendo a recuperação, tratamento e prevenção. Concluímos que a fisioterapia desempenha um papel fundamental e importante dentro de um clube de futsal. Mas enfatizando que, a fisioterapia detém técnicas preventivas eficazes na diminuição de lesões em atletas de futsal.

**Palavras-chave:** Fisioterapeuta esportivo; Reabilitação; Tratamento

### Introdução

O Futsal, também conhecido como Futebol de Salão, é uma modalidade esportiva que foi adaptada do futebol de campo em 1940, mesmo que sejam semelhantes, o futsal contém suas regras específicas, número de jogadores e dimensões de espaço de jogo diferenciados em relação ao futebol (ALMEIDA et al, 2009). Criado no Uruguai, pela associação Cristã de Moços de Montevidéu, onde o jogo de futsal era improvisado em pequenos salões de festas, assim, em 1949 ocorre a oficialização das primeiras regras do esporte (NASCIMENTO, 2018).

No Brasil, o futsal é um esporte popular e de ampla representatividade nas últimas décadas, sendo a modalidade com a maior população praticante do esporte no país por homens e mulheres (ROSA, 2020).

As inúmeras movimentações em jogos requerem aceleração e desaceleração bruscas, mudanças de velocidades e direções, assim, expondo os atletas a lesões (MUNIZ et al, 2005). Quando ocorre alguma lesão em atletas o padrão neuromuscular se altera, por conta do



traumatismo e sobrecarga em determinado local, acarretando em limitações no desempenho, prejudicando seu rendimento, impedindo que possa treinar e jogar (SANTOS. 2011).

De acordo com Junior (2011), lesões de entorse, distensão, contusão, tendinite, lombalgias, fraturas, lesões ligamentares são os principais tipos de lesões do futsal, assim, com o agravamento dessas lesões, é necessário a atuação de especialistas, como fisioterapeutas esportivos, executando práticas preventivas, amenizando e evitando o atleta de possíveis lesões (RESENDE, 2014).

A fisioterapia é um recurso terapêutico que auxilia na qualidade de vida, recuperação e prevenção às lesões ocasionadas, agindo na reeducação de disfunções, atuando na amenização das causas de dores e desconforto (ROCHA, 2018), garantindo a preparação do corpo, minimizando o aumento da lesão (DELIBERATO, 2002).

## **Metodologia**

Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho (GIL,2010), realizada do mês de agosto de 2022. Para o levantamento dos dados, foi realizada pesquisa nas bases de dados SCIELO, PUBMED e GOOGLE ACADÊMICO, sendo utilizados os descritores: Futsal, Reabilitação, Prevenção de lesões e Fisioterapia. A seleção dos artigos foi de acordo com a importância do tema e conteúdo para a contribuição científica proposta para o presente estudo, apresentado no idioma português, no período entre 2000 e 2021.

## **Resultados e Discussão**

Diferentemente dos demais esportes praticados com bola, no futsal cada jogador atua tanto na posição de ataque quanto de defesa, sempre com grande intensidade e ritmo acelerado (NASER et al., 2017). Desta forma são necessários diferentes movimentos vigoroso durante uma partida, como corridas e desarmes, causando fadiga e exaustão do jogador, assim prejudicando sua performance (KRUSTRUP et al., 2003).

As lesões acontecem em decorrência das características do esporte, com mudanças súbitas de direção e velocidade em aceleração e desaceleração do jogador (LEFCHAK e LONGEN, 2014), sendo considerado como um esporte de invasão, com objetivo de entrar na defesa do time adversário, com esforços de grande potência e curta duração, alternando com momentos de breve descanso (THIENGO et al., 2013).

Além de levar em conta o calendário apertado de jogos, onde geralmente são realizados mais de um jogo por semana, gerando sobrecarga das estruturas osteoarticulares dos jogadores (MILOSKI et al, 2012), também como as características intrínsecas e extrínsecas de cada um, sendo as intrínsecas a idade, estatura, capacidades físicas dos músculos e aspectos nutricionais, e extrínsecos as condições da quadra e equipamentos utilizados como tênis e vestuário (SIMÕES, 2005).

As lesões mais comuns que acometem jogadores de futsal são a entorse, principalmente de ligamentos, e lesões musculares como distensão e contusão, principalmente na coxa, estando relacionado a musculatura com pouco equilíbrio e flexibilidade (GAYARDO et al., 2012). Concordando com o estudo de Mioso et al (2015) onde as principais lesões vivenciadas foram às lesões musculares (contratura de adutores), lesões articulares (entorse de tornozelo, lesão condral de joelho, entorse de joelho com ruptura de LCA, pubalgia) e tendinites (tendinite do tendão de Aquiles e tendinite de tendão patelar).

A fisioterapia é uma área da saúde que pode trabalhar em um vasto campo de atuação, não somente em fisioterapia clínica, saúde coletiva, educação e atendimento domiciliar, mas também em na área do esporte (O'SULLIVAN e SCHMITZ, 1993), com o profissional necessitando de um olhar multidisciplinar, promovendo melhor desempenho (ROCHA, 2018), assegurando que o atendimento seja realizado sempre com qualidade, respeito, compreensão e compromisso, com o olhar humanizado e individual para cada paciente (O'SULLIVAN e SCHMITZ, 1993).

A fisioterapia desportiva vai atuar em atletas que sofrem com lesões durante a prática do seu esporte, com os objetivos sendo a recuperação, tratamento e prevenção (MARCON et al., 2015). Com o profissional precisando ter o conhecimento sobre as individualidades de cada atleta, observando condições físicas e interesse pela prática de exercícios de condicionamento devido a ser um fator de risco para lesões (PRENTICE, 2012).

A fisioterapia no contexto do esporte se faz de extrema importância e decisiva, tendo em consideração que o jogador profissional tem necessidade potencializar ao máximo todas as duas funções para realizar seu gesto esportivo (NASCIMENTO, 2018). O fisioterapeuta desportivo está suscetível a pressões e cobranças por resultados rápidos para assim liberar o atleta para seu retorno ao esporte (NETO e PREIS, 2005).

Promovendo o condicionamento físico essencial para uma melhor resposta as demandas do esporte (PAULA et al., 2020). Utilizando instrumentos avaliativos o fisioterapeuta vai poder reconhecer modificações e disfunções da musculatura que requerem intervenção (RESENDE; CÂMARA; CALLEGARI, 2014).



O crescimento no risco de lesões se dá devido à maior número de jogos competitivos, comprometendo rendimento e provocando necessidade de adaptações sistemáticas no atleta (ELSNER et al., 2007). Em vista disso o profissional fisioterapeuta está presente na preparação, no decorrer de uma competição, antes dela, contribuindo com condutas para máximo desempenho e redução de lesões (SANTOS et al., 2019).

Visando a redução de prováveis lesões, precisa ser levado em consideração princípios do condicionamento físico, entendendo sobre segurança, aquecimento/resfriamento, individualidade, motivação, sobrecargas, intensidade e estresse mínimo (PRENTICE, 2012). Para desenvolver o tratamento com segurança e o máximo de eficácia é necessário a escolha da técnica certa para cada exercício, assim diminuindo a probabilidade de incidência ou recidiva de lesões (ROCHA, 2018).

O aquecimento é necessário para preparar o corpo para o exercício, sendo feito antes do treino, prevenindo lesões e dor muscular, aprimorando a performance. O resfriamento é realizado depois da execução da atividade física, com o objetivo de esfriar o corpo e retorno a condição de repouso para evitar dor muscular (PRENTICE, 2012). O fisioterapeuta desportivo precisa estar objetivando sempre a promoção da saúde e bem-estar do atleta, prestando assistência preventiva e intervenção apropriada (DELIBERATO, 2002).

Algumas intervenções são essenciais para prevenção de lesões, entre elas estão: Bandagem/órtese que são feitas com esparadrapo, elastano e algodão (MARCON et al, 2015), A bandagem tem sido muito utilizada para prevenir lesões do esporte, em especial a entorse do tornozelo, devido a sua característica de estabilizar e proteção, diminuindo sobrecarga das articulações, possibilitando carga funcional (NASCIMENTO, 2018), sendo um interessante recurso de prevenção, pois evita a ocorrência da primeira lesão, indicando que em uma corrida de alta velocidade ele proporciona menor risco de instabilidade (FERRER et al, 2010).

Exercícios para estabilizar, quando estabilizado o troco proporciona melhor performance dos membros, garantindo transferência de força e estabilização das articulações do movimento (MARCON et al, 2015).

Alongamento e aquecimento com o objetivo de melhorar flexibilidade das estruturas e contração do musculo durante o exercício (MARCON et al, 2015).

E treino sensório motor para proporcionar ao atleta estímulos diferentes, para mandar informações mais rápidas para o cérebro, para o corpo ficar em equilíbrio (MARCON et al, 2015), A estimulação sensório-motora objetiva melhor percepção de sensação de movimento e posição que a articulação encontra-se, age de forma preventiva e de reabilitação (NASCIMENTO, 2018), a aplicação de um protocolo de exercícios proprioceptivos de



equilíbrio em jogadoras de futsal realizado por Baldaço et al (2010) com exercícios sendo aplicados de forma progressiva de acordo com a evolução da atleta, foi observado a melhora do equilíbrio, estabilização da postura e prevenção de lesões.

A crioimersão é uma das técnicas mais utilizadas no tratamento de lesões osteoarticulares e musculares, em especial em membros inferiores, em vista de ocorrer eventos iniciando pela analgesia, diminuição de impulso nervoso, diminuindo neurotransmissores e atividade metabólica enzimática, visando a proteção do músculo durante a prática do esporte (PRENTICE, 2002). Em concordância com o estudo de Amarante e Chiuchetta (2008) onde após a aplicação de um protocolo de hidroterapia, com fortalecimento do músculo, foi observado depois de dez sessões a melhora da capacidade aeróbica e flexibilidade global, diminuição de lesões ortopédicas e melhora do bem estar do atleta.

Os atletas de futsal treinam fortalecimento da musculatura, objetivando melhora do seu desempenho, esses exercícios podem promover perda progressiva da amplitude de movimento da articulação, flexibilidade e elasticidade, podendo ocorrer encurtamentos, acarretando em menor rendimento e desempenho (BERTOLLA et al, 2007). Sendo então necessário a aplicação de diferentes técnicas para melhora a flexibilidade, destacando-se entre elas o alongamento (estático e dinâmico), Facilitação Neuromuscular Proprioceptivo, além da realização de testes para aplicação de Pilates e Isostretcing (NASCIMENTO, 2018).

A fisioterapia preventiva vai visar combater o aparecimento de lesões, amenizando as causas de dor e desconforto do atleta (SILVA, 2011). A prevenção de lesões sucede de orientações e execução de exercícios para aprimorar equilíbrio, força e alongamento muscular, com o fisioterapeuta atuando juntamente com o preparador físico e técnico (RIBAS et al., 2017).

A prática do jogo de forma segura e eficaz pode ser proporcionada pela prática de exercícios de propriocepção, melhorando a execução dos movimentos e capacidade motora, garantindo melhor desempenho e rendimento durante o treino ou em uma competição (ROSA, 2020). Promovendo também acréscimo de massa muscular, força e resistência, melhorando adaptações em tendão e ligamento (DA MOTA et al., 2010).

Além de ser importante da parte do atleta não desprezar lesões menores, que possam ser sem importância, em vista do atendimento precoce da fisioterapia evitar a piora da lesão e afastamento do time, assim sendo essencial o conhecimento sobre o risco de acontecer uma lesão, com o fisioterapeuta agindo em conjunto com os jogadores, treinadores e departamento médico (ROSA, 2020).



## Considerações Finais

A fisioterapia desempenha um papel fundamental e importante dentro de um clube de futsal, além de estar à frente da reabilitação das lesões ocorridas pelos jogadores, realiza junto a comissão técnica a prevenção de lesões e na melhora da performance dos atletas. Mas enfatizando que, a fisioterapia detém técnicas preventivas eficazes na diminuição de lesões em atletas de futsal.

## Referências

ALMEIDA, A. G.; MARIA, T. S.; ARRUDA, M. **Futsal**: Treinamento de alto rendimento. São Paulo: Phorte, 2009.

AMARANTE, Marlusa Karlen; CHIUCHETTA, Rafaela. Análise da eficácia de treinamento aquático em atletas de futsal no que diz respeito à incidência, prevenção e tempo de reabilitação de lesões ortopédicas: Estudo de caso. **Biosaúde**, v. 10, n. 1, p. 27-48.

BALDAÇO, Fábio Oliveira et al. Análise do treinamento proprioceptivo no equilíbrio de atletas de futsal feminino. **Fisioterapia em movimento**, v. 23, p. 183-192, 2010.

BERTOLLA, Flávia et al. Efeito de um programa de treinamento utilizando o método Pilates® na flexibilidade de atletas juvenis de futsal. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 13, p. 222-226, 2007.

CALLEGARI, Bianca. Fisioterapia e prevenção de lesões esportivas. **Fisioterapia Brasil**, v. 15, n. 3, p. 222-226, 2014.

DELIBERATO, Paulo César Porto; TECKLIN, J. S. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. In: **Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações**. 2002. p. 570-570.

ELSNER, Viviane R.; PAVAN, Fábio J.; WISNIEWSKI, Miriam SW. Lesões desportivas no futsal: principais agravos e sua importância para os profissionais da área da saúde. **Rev Bras Med Esporte**, v. 13, p. 148-53, 2007.

FERRER, Rafael Marques et al. Efeitos das Bandagens Funcionais na estabilidade dinâmica em atletas de futsal-Estudo de dois casos. **Ciência em Movimento**, v. 12, n. 24, p. 87-93, 2010.

GAYARDO, Araceli; MATANA, Sinara Busatto; SILVA, Márcia Regina da. Prevalência de lesões em atletas do futsal feminino brasileiro: um estudo retrospectivo. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 18, p. 186-189, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.



JUNIOR, V.S.S. **Incidência de membros inferiores e prevenções no futsal:** uma revisão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Escola de Educação Física, 2011.

KRUSTRUP, Peter et al. The yo-yo intermittent recovery test: physiological response, reliability, and validity. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, v. 35, n. 4, p. 697-705, 2003.

LEFCHAK, Fernando Juraski; LONGEN, Willians Cassiano. Existe relação entre o tipo de piso da quadra de futsal e respostas adaptativas da musculatura em praticantes de futsal masculino? **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 20, p. 8-12, 2014.

MARCON, C. A.; SOUZA, A. A. F.; RABELLO, L. M. Atuação fisioterapêutica nas principais lesões musculares que acometem jogadores de futebol de campo. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente** 6(1), jan/jun de 2015.

MILOSKI, Bernardo; FREITAS, Victor Hugo de; BARA FILHO, Maurício Gattás. Monitoramento da carga interna de treinamento em jogadores de futsal ao longo de uma temporada. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 14, p. 671-679, 2012.

MIOSO, Mauricio Salles; BATISTA, Vinicius Dal Forno; COSTA, Lia da Porciuncula Dias; KOHL, Leandro de Moraes. Qual o Papel do Fisioterapeuta nas Equipes do Futsal Gaúcho. **XX Seminário interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão**, 2015.

MOTA, Gustavo Ribeiro et al. Treinamento proprioceptivo e de força resistente previnem lesões no futebol. **J Health Sci Inst**, v. 28, n. 2, p. 191-3, 2010.

MUNIZ, A. C P.; JÚNIOR, E. F. C.; SOUZA, S. C. **Futsal: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

NASCIMENTO, M, A. Lesões esportivas em atletas profissionais de futsal no Brasil: incidência, prevenção e tratamento. **Caderno saúde e desenvolvimento**, n.7, v.13, 2018.

NASCIMENTO, Matheus Almeida. Lesões Esportivas em Atletas Profissionais de Futsal no Brasil: Incidência, Prevenção e Tratamento. **Saúde e Desenvolvimento**, v. 13, n. 7, 2018.

NASER, Naser; ALI, Ajmol; MACADAM, Paul. Demandas físicas e fisiológicas do futsal. **Journal of Exercise Science & Fitness**, v. 15, n. 2, p. 76-80, 2017.

NETO, Anselmo Grego; PREIS, Cássio. A valorização do treinamento muscular excêntrico na fisioterapia desportiva. **Fisioterapia em Movimento (Physical Therapy in Movement)**, v. 18, n. 1, 2005.

O'SULLIVAN, Susan B.; SCHMITZ, Thomas J. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 2.ed. São Paulo, SP: Manole, 1993.

PAULA, A.B; SANTOS, D. V; GODOI, E. G. O; DELMONDES, S. S; BENATI, M. A. F. N.O; LIRA, J. J; Fisioterapia preventiva em um time de futsal do Município de Rolim de Moura– RO. **Revista Saberes da Faculdade de São Paulo**, v. 13, n. 1, junho, 2020.



PRENTICE, W. Fisioterapia na prática esportiva: Uma abordagem baseada em competências. Ed. 14, Porto Alegre: AMGH, 2012.

ROSA, João Paulo Michels da. Treino proprioceptivo na prevenção de lesões em atletas de futsal. **Fisioterapia-Tubarão**, 2020.

RESENDE, M. M.; CÂMARA, C. N. S.; CALLEGARI, B. Fisioterapia e prevenção de lesões esportivas. **Fisioterapia Brasil**. V.15, n.3., 2014.

RIBAS, Letícia Oscar et al. Propriocepção e reforço muscular na estabilidade do tornozelo em atletas de futsal feminino. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 23, p. 412-417, 2017.

ROCHA, Patrícia Boaventura Campos. Fisioterapia: A Importância Preventiva Para Os Atletas De Futsal. **Saúde e Desenvolvimento**, v. 13, n. 7, 2018.

SANTOS, P.P.A. Análise de lesões em atletas de futsal. Monografia apresentada ao Curso de Educação Física – UEPB, como requisito para conclusão de curso. 2011. 42p.

SANTOS, Wendy Jenniffer Rodrigues; GOSSER, Emmanuel Henrique Simões; DE SOUZA VESPASIANO, Bruno. O fortalecimento da musculatura do core na prevenção de lesões em atletas de alto nível. **Revista Saúde UniToledo**, v. 3, n. 2, 2019.

SIMÕES, N. V. Lesões desportivas em praticantes de atividade física: uma revisão bibliográfica. **Braz. j. phys. ther.(Impr.)**, p. 123-128, 2005.

SILVA JÚNIOR, Victor Schnorr. **Incidência de lesões de membros inferiores e prevenções no futsal**: uma revisão. 2011.

THIENGO, Carlos Rogério et al. Efeito do modelo de periodização com cargas seletivas sobre capacidades motoras durante um mesociclo preparatório em jogadores de futsal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, p. 1035-1050, 2013.



## A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE OSTEOARTROSE – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriela Amaral da Silveira<sup>1</sup>; Marzane Bolzan Morais Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – São Luiz Gonzaga RS.  
Acadêmica 9º semestre de Fisioterapia. E-mail: gabe\_amaral@hotmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – São Luiz Gonzaga RS.  
Coordenadora do curso de Fisioterapia. E-mail: marzane.oliveira@yahoo.com.br

### Resumo:

**Introdução:** A osteoartrose é uma doença articular crônico-degenerativa que se evidencia pelo desgaste da cartilagem articular, a osteoartrose caracteriza-se por dor, rigidez matinal, crepitação óssea, atrofia muscular e quanto aos aspectos radiológicos é observado estreitamento do espaço intra-articular, formações de osteófitos, esclerose do osso subcondral e formações císticas. **Objetivos:** Relatar a experiência através dos atendimentos supervisionados, verificando a assistência fisioterapêutica dos pacientes, destacando a importância do tratamento fisioterapêutico. **Metodologia:** Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), no período de março a maio de 2023. **Resultados e Discussão:** Em primeiro momento, realizamos a avaliação fisioterapêutica de um paciente, a partir disto, realizamos o plano de tratamento conforme o paciente necessitava, melhorando suas limitações e promovendo uma melhor qualidade de vida. Nesta experiência houve diminuição da dor, rigidez e aumento da funcionalidade conduta fisioterapêutica proposta foi executada conforme a evolução da paciente. **Conclusão:** O presente estudo comprovou a importância da fisioterapia em um programa de tratamento para paciente com osteoartrose, sintomas dolorosos e limitação de movimento. As condutas fisioterapêuticas apresentaram resultados positivos no alívio do quadro algíco, restauração e preservação da função, proporcionando autonomia para a realização das atividades de vida diária.

**Palavras-chave:** Fisioterapia; Osteoartrose; Tratamento.

### Introdução

A osteoartrose (OA) é uma doença articular crônico-degenerativa que se evidencia pelo desgaste da cartilagem articular (COIMBRA, 2002). Clinicamente, a osteoartrose caracteriza-se por dor, rigidez matinal, crepitação óssea, atrofia muscular e quanto aos aspectos radiológicos é observado estreitamento do espaço intra-articular, formações de osteófitos, esclerose do osso subcondral e formações císticas (COIMBRA, 2002 REJAILI, 2005).

É uma afecção bastante comum e se apresenta entre 44% e 70% dos indivíduos acima de 50 anos de idade, na faixa etária acima de 75 anos, esse número eleva-se a 85%. Além disso, representa uma das principais queixas da consulta médica e é responsável por um número exorbitante de absenteísmo e aposentadorias por invalidez (REJAILI, 2005).

A diminuição da força muscular e a ocorrência da dor são as principais características dos doentes com OA, perpetuando um círculo vicioso no qual a limitação funcional conduz à

incapacidade, limitações nas atividades de vida diária e, com isso, à piora da qualidade de vida (FRANCO, 2009).

As condutas da fisioterapia são de suma importância, principalmente no que diz respeito à diminuição do quadro algico, através de recursos eletrotermofototerapêuticos e cinesioterapêuticos, (programas de exercícios) que possibilitam a diminuição do processo inflamatório e contribuem para a recuperação da amplitude de movimento (ADM), além de fortalecer a musculatura da região acometida, melhorando o equilíbrio muscular, sendo dessa forma, a primeira opção de tratamento na osteoartrose (BRITO, 2016).

Sendo assim, a finalidade deste relato de caso foi apresentar a importância da Fisioterapia no tratamento da osteoartrose.

## Metodologia

A metodologia adotada é um relato de experiência, a partir da intervenção fisioterapêutica desenvolvida no período de março a maio de 2023. A conduta foi desenvolvida sobre o diagnóstico de osteoartrose. O tratamento fisioterapêutico foi realizado duas vezes por semana na Clínica Escola de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, totalizando 10 sessões.

No início do tratamento, paciente apresentava sintomatologia dolorosa local no joelho esquerdo, durante o movimento. No exame físico, na palpação foi evidenciada dor e edema. Paciente teve grau 5 de força muscular de joelho esquerdo, faz uso de joelheira ortopedica para uma melhor estabilidade na marcha. De acordo com o quadro clínico apresentado, o tratamento foi baseado na diminuição dos sintomas algicos decorrentes da artrose, recuperação da amplitude de movimento, fortalecer e preservar a musculatura da região afetada, visando evitar a exacerbação do problema.

Para isso o tratamento proposto teve como base o alongamento global ativo, exercícios de fortalecimento (com auxílio de faixa elástica theraband, bola suíça, bozu e halteres), mobilização articular de joelho, circuitos para treino de marcha com obstáculos (com auxílio de cones, chapeuzinhos e escada de agilidade). Entre as técnicas usadas pela fisioterapia estão a terapia manual, exercícios isométricos, isotônicos, e exercícios de fortalecimento. Os exercícios isométricos são bem tolerados pelos pacientes com osteoartrose, pois é mínima a possibilidade de causar inflamação devido a pequena elevação da pressão intra-articular, o que reduz a possibilidade de desgaste do osso subcondral, quando comparados a outros exercícios (FRANCO, 2009).

## Resultados e Discussão

Em primeiro momento, realizamos a avaliação fisioterapêutica do paciente, onde é verificado os sinais vitais, nome, idade, história da doença, queixa principal, exames, uso de medicamentos. Durante a avaliação fisioterapêutica é realizado alguns testes para observar a funcionalidade do paciente, buscando analisar suas limitações. A partir disto, realizamos o plano de tratamento conforme o paciente necessita, melhorando suas limitações e promovendo uma melhor qualidade de vida.

Nesta experiência houve diminuição da dor, rigidez e aumento da funcionalidade conduta fisioterapêutica proposta foi executada conforme a evolução da paciente. Após 5 sessões, paciente relatou melhora. Paciente possui osteoartrose nas articulações do joelho, com sintomas dolorosos e limitações funcionais.

Em todas as condutas paciente, muito colaborativo e realizava muito bem os exercícios. Inicialmente realizávamos alongamentos, treino de equilíbrio, propriocepção mobilizações e treino de marcha com obstáculos. Com o decorrer dos atendimentos fomos seguindo o plano de tratamento proposto e iniciando fortalecimento MMII e MMSS, devido a fraqueza muscular. Como observado por pesquisadores os exercícios terapêuticos em si só, além de melhorar a função muscular, melhoram também a capacidade aeróbica em pacientes com osteoartrose (MARQUES, 1998).

Na conduta terapêutica para os pacientes com quadros de osteoartrose é importante ainda, que sejam dadas orientações acerca de ações que possam exacerbar os sintomas, como as atividades de cuidados com a casa, movimentos bruscos ou más posturas que podem estabelecer contraturas e deformidades. A educação em saúde é hoje uma das principais metas dos profissionais que atuam no cuidado com pacientes com doenças crônicas, a exemplo da osteoartrose.

## Considerações Finais

O presente estudo comprovou a importância da fisioterapia em um programa de tratamento para paciente com osteoartrose, sintomas dolorosos e limitação de movimento. As condutas fisioterapêuticas apresentaram resultados positivos no alívio do quadro algico, restauração e preservação da função, proporcionando autonomia para a realização das atividades de vida diária. Para que possa evitar maiores danos e ter uma melhor recuperação e

maior qualidade de vida, é de grande importância o esclarecimento sobre a doença e motivação junto à conduta terapêutica.

Um programa de exercícios bem estabelecido pode evitar perda da força muscular e, com isso, evitar limites nas atividades de vida diária, o uso de recursos terapêuticos adequados possibilita controle do processo doloroso e previne a perda da amplitude articular.

## Referências

BRITO, Freitas; DE ARAÚJO, Vitória Regina Quirino. **Importância da fisioterapia no tratamento da osteoartrose**: relato de experiência. 2016.

COIMBRA, Ibsen Bellini et al. Consenso brasileiro para o tratamento da osteoartrite (artrose). **Rev Bras Reumatol**, v. 42, n. 6, p. 371-4, 2002.

FRANCO, Lígia Rodrigues et al. Influência da idade e da obesidade no diagnóstico sugestivo de artrose de joelho. **ConScientiae Saúde**, v. 8, n. 1, p. 41-46, 2009.

MARQUES, Amélia Pasqual; KONDO, Akemi. A fisioterapia na osteoartrose: uma revisão da literatura. **Rev Bras Reumatol**, v. 38, n. 2, p. 83-90, 1998.

REJAILI, Wilson Abou et al. Avaliação do uso do Hylano GF-20 no pós-operatório de artroscopia de joelho por artrose. **Acta Ortopédica Brasileira**, v. 13, p. 20-23, 2005.



## FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NO TRATAMENTO DA PNEUMONIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thaís de Lima Andres<sup>1</sup>; Dante Saul Braum<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Graduanda. 094556@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Professor.

### Resumo

A pneumonia define-se como um processo de inflamação aguda de um lobo pulmonar ou de todo o sistema, sendo causada por um processo bacteriano, virótico ou fúngico, sendo considerado um problema de saúde que mais afeta pessoas que vivem em países de clima temperado. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada dos acadêmicos de fisioterapia durante os atendimentos práticos supervisionados, verificando a assistência fisioterapêutica a pacientes internados em um ambiente hospitalar. Trata-se de estudo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, realizado com base nos atendimentos de acadêmicos do nono semestre do curso de Fisioterapia. Foi constatado que na maioria dos casos atendidos a pneumonia é a patologia com mais incidência, especialmente em idosos. Com isso, a fisioterapia respiratória tem importante atuação na melhora da função respiratória por meio de outras funções como ventilação/perfusão (V/P), distribuição e difusão e promover e manter níveis adequados de oxigenação e de gás carbônico na circulação, preservando a ventilação pulmonar. Com este relato de caso, conclui que o atendimento fisioterapêutico em ambiente hospitalar é um meio muito eficaz para a melhora da qualidade de vida, funcionalidade e da capacidade funcional do paciente hospitalizado.

**Palavras-chave:** Atuação; Hospitalar; Patologia;

### Introdução

Os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) relatam que a pneumonia é a maior causa infecciosa de morte de adultos e crianças no mundo, sendo que, cerca de um terço da mortalidade mundial em crianças na última década, foi causada por infecções respiratórias agudas (TOMAZ, 2022). De acordo com a World Health Organization (2015), a pneumonia é considerada um importante problema de saúde pública, sendo responsável por um grande número de internações hospitalares entre os idosos. O custo desses pacientes é elevado e com o envelhecimento da sociedade pode comprometer uma importante parcela dos recursos orçamentários destinados à saúde (COSTA; TEIXEIRA; VICTOY, 2016).

Segundo Mota (2020), a pneumonia define-se como um processo de inflamação aguda de um lobo pulmonar ou de todo o sistema, sendo causada por um processo bacteriano, virótico ou fúngico, sendo considerado um problema de saúde que mais afeta pessoas que vivem em países de clima temperado. De acordo com a Biblioteca Virtual de Saúde, a fisiopatologia da pneumonia, ocorre pela instalação da infecção nos pulmões, podendo acometer a região dos

alvéolos pulmonares onde terminam as ramificações dos brônquios e também nos interstícios que são os espaços entre os alvéolos, são provocadas pela introdução de um agente infeccioso ou irritante no espaço alveolar, onde ocorre a troca gasosa.

Existem alguns influenciadores para as principais vias de acesso da pneumonia, como o fumo, o álcool, ar-condicionado, resfriados mal cuidados e mudanças bruscas de temperatura são alguns fatores de risco para a patologia (TOMAZ, 2022). A fisioterapia respiratória (FR) é uma área bastante ampla da prática profissional que lida com a avaliação e tratamento de pacientes de todas as idades com distúrbios pulmonares agudos ou crônicos. O uso da fisioterapia respiratória nos diversos problemas respiratórios que cursam com hipersecreção brônquica e/ou retenção de secreção visa, principalmente, a melhorar o clearance mucociliar, aumentar a quantidade de secreção expectorada, prevenir infecção no trato respiratório e melhorar a função pulmonar (ÁVILA, 2008).

A FR objetiva primordialmente, melhorar a função respiratória por meio de outras funções como ventilação/perfusão (V/P), distribuição e difusão, visando promover e manter níveis adequados de oxigenação e de gás carbônico na circulação, preservando a ventilação pulmonar. Outro objetivo é expandir novamente as áreas pulmonares com atelectasia (YOKOTA, 2006).

Tendo em vista, os fatores tanto fisiológicos quanto ambiental, para a pré-disposição da pneumonia em pacientes hospitalizados e levando em consideração que a fisioterapia tem atuação importante no seu prognóstico, justifica-se o interesse neste estudo. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo: relatar a experiência vivenciada dos acadêmicos de fisioterapia durante os atendimentos práticos supervisionados, verificando a assistência fisioterapêutica a pacientes internados em um ambiente hospitalar.

## **Metodologia**

Trata-se de estudo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. Foi realizado com base nos atendimentos de acadêmicos do nono semestre do curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, durante o estágio supervisionado em Fisioterapia Hospitalar Geral, realizado no Hospital São Luiz Gonzaga, localizado no município de São Luiz Gonzaga /RS.

Seu principal objetivo é avaliar, desenvolver e colocar em prática os procedimentos para diferentes condições, como pós-operatório, para prevenir as possíveis complicações respiratórias, neurológicas e motoras originadas durante o processo de internação do paciente no ambiente hospitalar. A experiência é vivenciada durante o período do semestre nos meses



de março à julho de dois mil e vinte e três, ocorrendo todas as segundas-feiras e quintas-feiras, no período da noite a partir das 19hs com duração de 2 horas, realizados no Hospital São Luiz Gonzaga.

Os atendimentos foram acompanhados pelo Fisioterapeuta e professor responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado em Fisioterapia Hospitalar Geral, o qual ministra teorias, práticas e técnicas fisioterapêuticas no atendimento hospitalar.

## **Resultados e Discussão**

Em primeiro momento os acadêmicos foram recepcionados pelo professor no qual ministra a disciplina de Estágio Supervisionado em Fisioterapia Hospitalar Geral, o mesmo apresentou o local e a equipe responsável pela Instituição.

Após a apresentação e reconhecimento do local, fomos organizados em duplas para a realização dos atendimentos e a realização da ficha de atendimento. Os mesmos foram submetidos à realização da anamnese fisioterapêutica hospitalar, com o objetivo de coletar dados que permitiam identificar disfunções, determinar diagnósticos, planejar e programar uma maior assistência ao paciente.

Através desta avaliação são identificadas as seguintes informações: identificação do paciente como nome e data de nascimento, queixa principal, ou seja, o que levou ao paciente a internação, história da doença atual caracterizada pelo levantamento de informações quanto ao seu problema atual, história da doença progressiva onde registra as condições em que o paciente se encontra mesmo que não esteja relacionado com a doença atual, histórico familiar onde registra-se alguma possível patologia hereditária, hábitos de vida no qual se adquire informações quanto as suas condições de trabalho e vida, doenças associadas que o paciente possa apresentar e as medicações que estão sendo utilizadas.

Durante a anamnese é realizado algumas avaliações de sinais vitais, como pressão cardíaca, frequência cardíaca, frequência respiratória e saturação de oxigênio, como também se observa possíveis sondas, drenos e acessos, se o paciente apresenta edema, dor, a coloração da pele, como está a alimentação do mesmo e como ele está posicionado no leito.

Com a realização dos atendimentos, foi constatado que na maioria dos casos atendidos a pneumonia é a patologia com mais incidência, especialmente em idosos. A diminuição da mobilidade torácica devido à calcificação das cartilagens esternocostais, a hipotonia dos músculos respiratórios, a redução do poder da tosse, a perda da elasticidade pulmonar pela redução do número de fibras elásticas, diminuição da ação mucociliar, bem como modificações do sistema de defesa imunológico são alterações fisiológicas do aparelho respiratório, próprias

do idoso, as quais predis põem às infecções. Além disso, os idosos são os indivíduos que adquirem as infecções mais graves, porque comumente já são portadores de outras condições patológicas que comprometem a defesa do organismo e, em consequência, é alta a sua mortalidade.

Tendo em vista que o idoso, por fatores tanto de ordem fisiológica quanto ambiental, está predisposto a PNM, a fisioterapia respiratória tem importante atuação na melhora da função respiratória por meio de outras funções como ventilação/perfusão (V/P), distribuição e difusão e promover e manter níveis adequados de oxigenação e de gás carbônico na circulação, preservando a ventilação pulmonar. Outros objetivos são expandir novamente as áreas pulmonares e eliminar possíveis secreções.

A FR tem caracterizado dois aspectos importantes e necessários para a manutenção da função respiratória dos pacientes: a higiene brônquica (desobstrução brônquica), ou seja, a remoção das secreções retidas, com técnicas manuais, posturais e cinéticas, que podem ser aplicadas no paciente. As manobras convencionais de desobstrução brônquica podem ser: a drenagem postural, a percussão torácica ou vibrocompressão, os exercícios respiratórios, a aspiração de secreção nasotraqueal, endotraqueal ou orotraqueal e a tosse. A realização das manobras exige posicionamento adequado do paciente no leito, a fim de melhorar a função da V/P pulmonar, aumentar os volumes pulmonares, reduzir o trabalho da respiração, minimizar o trabalho cardíaco e aumentar a liberação das secreções das vias aéreas, com a ajuda da gravidade.

### **Considerações Finais**

Com este relato de caso, concluo que o atendimento fisioterapêutico em ambiente hospitalar é um meio muito eficaz para a melhora da qualidade de vida, funcionalidade e da capacidade funcional do paciente hospitalizado. Promovendo uma melhor oxigenação do sangue, reexpansão pulmonar, diminui o trabalho respiratório, reeduca a função respiratória e previne complicações. A experiência obtida nos atendimentos realizados no Hospital São Luiz Gonzaga possibilitou uma maior reflexão sobre os cuidados oferecidos aos pacientes internados. Bem mais que oferecer o atendimento terapêutico, o profissional fisioterapeuta deve refletir sobre a essência de sua profissão baseada na aplicação de ações de promoção e prevenção de saúde, observando todos os aspectos para uma boa qualidade de vida.



## Referências

CARVALHO, E. T. F.; PAPALÉO, M. N. **Geriatrics: fundamentos, clínica e terapêutica**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

FARENCENA Gerusa Sartori; DA SILVEIRA Sandra Nádia; PASIN, Juliana Saibt Martins. Atuação fisioterapêutica e morbidade por pneumonia: um estudo no hospital casa de saúde, santa maria/rs. **Ciências da Saúde, Santa Maria**. v. 7, n. 1, p. 29-39, 2006.

PESSOA, F. P. **Pneumologia clínica e cirúrgica**. São Paulo: Atheneu, 2000.

TOMAZ, Julia Emilly Tres; ALBORGHETTI, Juliana Aguiar; DUARTE, Luciana Rodrigues Borges. A importância da fisioterapia no tratamento das disfunções relacionados a pneumonia. **Revista Científica dos Cursos de Graduação do Centro Universitário Vale do Cricaré**. v.4, n. 1, 2022.

YOKOTA, Carla de Oliveira; GODOY, Armando Carlos Franco de; CERIBELLI, Maria Isabel Pedreira de Freitas. Fisioterapia respiratória em pacientes sob ventilação mecânica. **Revista Ciência Médica**. Campinas, 15(4):339-345, jul./ago., 2006.



## GINÁSTICA INFANTIL EM SÃO LUIZ GONZAGA

**Denise de Oliveira da Silva<sup>1</sup>; Manoela Maciel Oliz<sup>2</sup>; Vitor dos Santos Ribas<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências da Saúde. Educação Física. deniseoliveira83571@gmail.com.

<sup>2</sup> UNIJUÍ. Santo Ângelo. Ciências da Saúde. Medicina. manoela.oliz@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências da Saúde. Educação Física. vitordsribas@gmail.com.

**Resumo:** Diante do cenário atual de obesidade e sedentarismo em crianças e jovens prevalentes no mundo, este trabalho teve como objetivo analisar o número de academias que atualmente empregam ou não a ginástica infantil em crianças do município de São Luiz Gonzaga. Após aprovação do comitê de ética e pesquisa da URI-SLG foi visitada as academias credencias no Conselho Regional de Educação Física (projeto nº 52043621.9.0000.9347) e feitas um questionário padronizados com perguntas fechadas sobre a oferta do serviço de ginástica para crianças. Foram 8 academias entrevistadas com 75% de respostas. Das respondentes, apenas 16,66% ofertam o serviço a crianças, destas que ofertam, as aulas possuem características semelhantes como duração de 30 a 45 minutos, para crianças com menos de 5 anos, todas dizem possuir material adequado e não possuem nenhuma dificuldade para a realização da oferta. Das que não responderam, 60% já ofertaram em algum momento este serviço. Essa área ainda pode ser melhor explorada, visto que 100% das academias relataram que conhecem a importância do serviço. Diante disso, há uma lacuna a ser explorada ainda no campo da Educação Física e Saúde para crianças.

**Palavras-chave:** Exercício Físico; Crianças; Academia de Ginástica;

### Introdução

A infância é uma importante fase da vida, pois sob a ótica da criança, tudo é novo, atividades e aprendizados são novidade, e isto, fica marcado para o resto da vida. Nesta etapa do crescimento, muitas coisas estão se desenvolvendo, como por exemplo, a fala, a conversação, a criatividade, a sociabilidade, e principalmente, as habilidades motoras, com as crianças dispendo de muita energia durante o dia. Neste contexto Gallahue e Ozmun (2003, p.38),

Todos nós – bebês, crianças, adolescentes e adultos estamos envolvidos no processo permanente de aprender a mover-se com controle e competência, em relação aos desafios que enfrentamos diariamente em um mundo em constante mutação.

As novas gerações infantis têm um movimento muito maior em motricidade fina do que do corpo em um contexto geral e além disso, é baixa a oferta de oportunidades para que essas crianças possam se movimentar e gerar desenvolvimento através da atividade física (FRÉ, 2012).

Tanto no Brasil e no mundo, é possível notar um problema com a Ginástica em geral, pois mesmo com a tendência e crescimento das academias de musculação, o público alvo destas

academias é o adulto (SERRANO et al. 2005) o que deixa as crianças carentes de atividades que venham a acrescentar no seu crescimento, desenvolvimento e maturação. Foi a partir desta realidade que a empresa My Gym, fundada em 1983 em Southern California, California EUA, surgiu, atendendo as crianças de 3 meses até 13 anos de idade, as mesmas são divididas em nove grupos: Fraldinha (de 6 semanas a 6 meses), Pequeninos (7 a 13 meses), Mini Pingüins (14 a 22 meses), Ginastinhas (23 meses a 2 anos e meio), Pequenos Fantásticos (2 anos e meio a 3 anos e 3 meses), Super Formiguinhas (3 anos e três meses a 4 anos e meio), Garotos Prodígios (4 anos e meio a 6 anos), Campeões (6 a 8 anos) e o Cardio Kids (7 a 13 anos), com atividades lúdicas e não competitivas para maior interação dos alunos (MYGYM BRASIL, 2022).

Após uma revisão literária sobre a importância da ginástica para o desenvolvimento, o grupo resolveu realizar uma pesquisa no município de São Luiz Gonzaga afim de saber quantas academias dispões das atividades de ginástica para crianças.

## **Metodologia**

### *Objetivos da pesquisa*

O presente trabalho tinha como objetivo principal determinar os fatores que implicam sobre a disseminação da ginástica infantil nas academias e quais os fatores de relevância que levam o profissional a propor a atividade de ginástica nas suas academias. Especificamente, objetivava também analisar o número de academias que atualmente empregam ou não a ginástica infantil em crianças do município de São Luiz Gonzaga e os motivos de oferecerem ou não este serviço.

### *Delineamento Experimental, desenho do estudo, amostra, critérios de inclusão e exclusão e parâmetros éticos.*

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, a fim de buscar autorização para realização de uma pesquisa de campo, de caráter quantitativo, com perguntas objetivas em formato de questionário, buscando a finalidade de descobrir quantas academias do município de São Luiz Gonzaga aplicam a ginástica para crianças em suas academias.

Com a aprovação do projeto pelo CEP, o grupo fez um levantamento das academias do município devidamente registradas pelo CREF regional, elaborando uma lista a fim de delimitar as academias pesquisadas. Para a realização do contato e do convite para a participação na pesquisa, o grupo dispões de duas formas de contato para informar sobre realização mesma, sendo a primeira, por telefone ou aplicativo de mensagens e a segunda com a visita *in loco* de



pelo menos um representante do grupo ao estabelecimento para que pudessem ser feitas as devidas apresentações.

Em caso de falha na tentativa de contato telefônico, seria feita uma segunda tentativa de contato, e caso esse lograsse sem êxito, um ou mais representantes do grupo se deslocariam até o local, onde o grupo se apresentaria para o responsável pela academia o projeto e realizaria o convite, solicitando permissão do mesmo para a realização da pesquisa.

Foram ofertadas 3 (três) possibilidades de preenchimento do questionário, sendo: (1) cópia do questionário físico para ser respondido em um momento oportuno; (2) Coleta de dados com o questionário sendo respondido no local e em seguida recolhido pelo grupo, e; (3) Resposta on-line através de cópia disponível na plataforma “Google Forms”.

Por fim, os dados coletados foram apresentados em forma de gráficos e tabelamento por *Microsoft Excel*, totalizando o real número de academias as quais aplicam aulas de ginástica para as crianças do município, e também, realizada listagem das respostas abertas.

### Questionário

#### Questionário sobre Ginástica Infantil nas academias de SLG.

Você dá aulas de ginástica infantil em sua academia?

Sim  Não

**Se marcou ( SIM ), responda as seguintes questões:**

**1.** Quantas crianças você tem em sua academia atualmente?

Menos de 5.  Entre 10 a 20.  De 30 para mais.

Outros valores, \_\_\_\_\_.

**2.** Qual o tempo de duração dessas atividades?

Não mais que 15 min.

Entre 30 e 45 min.

Até 1h.

Outros \_\_\_\_\_.

**3.** No seu ponto de vista, sua academia possui o material que você considera necessário?

Sim  Não

Se **NÃO**, Por que? \_\_\_\_\_.

**4.** Você acredita que as aulas de ginástica são um fator muito importante para o desenvolvimento das crianças?

Sim  Não

**5.** Você possui alguma dificuldade ao dispor destas atividades para as crianças?

Sim  Não

Se **SIM**, dentre as alternativas, assinale a correspondente com a situação?

Falta de profissional qualificado, ou com experiência com crianças.

As crianças não se sentem com vontade de praticar as atividades.

Outros \_\_\_\_\_.

**6.** Por que você tem aulas de ginástica infantil em sua academia?

Muito mais pela demanda de mercado atual.

Por ser algo ao qual eu tenho facilidade de aplicar para as crianças.

Pelo baixo custo dos equipamentos.

Ambos.

Outros \_\_\_\_\_.



**Se marcou ( NÃO ), responda as seguintes questões:**

1. No passado, sua academia já teve aulas de ginástica infantil?  
 Sim  Não  
 Se ( SIM ), por que não tem mais?  
 Não teve a atenção esperada/desejada da população.  
 Tive maior demanda em outras áreas (ex...: musculação, crossfit, funcional)  
 Outros
2. Reconhece que atividades como a ginástica contribuem muito para o desenvolvimento físico e social das crianças em fase de crescimento?  
 Sim  Não
3. Se um grande número de crianças começasse a aparecer em sua academia, iria abrir uma turma com espaço para aulas de ginástica?  
 Sim  Não
4. A ginástica infantil é uma área que você deseja se aprofundar a fim de aplicar na sua academia?  
 Sim  Não

**Resultados e Discussão**

Após a realização da pesquisa, 8 (oito) academias foram abordadas via telefone ou pessoalmente, e 6 (seis) delas responderam ao questionário. Quando perguntadas “*Você dá aulas de Ginástica Infantil em sua academia?*”, 5 (cinco) responderam NÃO, e apenas 1 (um) com SIM.

No questionário, se o entrevistado que respondesse com **SIM** (16,66%) na pergunta referida anteriormente, este era direcionado para perguntas a fim de entender com quantas crianças as aulas eram realizadas, o tempo de duração, se haviam os equipamentos necessários para as aulas e se possuía alguma dificuldade na hora da execução.

Já quanto ao restante dos entrevistados, que responderam **NÃO** (83,33%) à primeira pergunta, foram direcionados a outras 4 (quatro) questões, quais sejam:

“*No passado sua academia já teve aulas de ginástica infantil?*” SIM (60%) NÃO (40%), aos que marcaram SIM nesta questão específica, foi perguntado de forma aberta o porquê não tinha mais estas aulas, com 2 (dois) deles respondendo que “*Teve maior demanda em outras áreas (ex...: musculação, crossfit, funcional etc)*” e 1 (um) dizendo que “*O profissional que atendia essa demanda, não trabalhava mais na academia*”.

Outras perguntas e suas respostas foram:

“*Reconhece que atividades como a ginástica contribuem muito para o desenvolvimento físico e social das crianças em fase de crescimento?*” SIM (100%);

“*Se um grande número de crianças começasse a aparecer em sua academia, iria abrir uma turma com espaço para as aulas de ginástica?*” SIM (100%);

“*Ginástica Infantil é uma área que você deseja se aprofundar a fim de aplicar na sua academia?*” SIM (60%) NÃO (40%).

Analisando estes dados, é possível verificar que, por mais a maioria das academias entrevistadas não possuem ginástica infantil em seus estabelecimentos, todos estão dispostos a abrir um espaço para a realização das mesmas assim que tiverem uma demanda suficientemente numerosa de crianças em seus estabelecimentos, pois reconhecem o quão benéfico isso é para as crianças em fase de crescimento.

Tem-se o entendimento de que crianças envolvidas no contexto esportivo tem um desenvolvimento motor melhor e os mais diferentes tipos de atividades praticadas pelas crianças, desenvolvem diferentes tipos de habilidades motoras. Por isso, crianças inseridas em centros esportivos tem uma performance motora melhor do que as que somente praticam educação física escolar (NAZARIO & VIEIRA, 2014).

Ademais, uma problemática dos tempos atuais é a obesidade infantil e outras enfermidades associadas. A utilização do exercício físico na prevenção e no combate da obesidade infantil é um importante fator, uma vez que este é responsável por uma melhora significativa no crescimento, maturação e desenvolvimento. É possível se valer da musculação como atividade física para esse desenvolvimento físico e cognitivo infantil, desde que praticado da forma correta e com o acompanhamento de um educador físico (LIMA, 2022).

Assim, a participação de forma regular de crianças em programas de atividade física sistematizados, a fim de os seus potenciais motores, tem efeitos bastante positivos. Portanto essas atividades que ajudam a desenvolver habilidades motoras deveriam fazer parte de um planejamento para a infância, uma vez que se objetiva o desenvolvimento mais amplo das competências das crianças (PALMA, CAMARGO & PONTES, 2012).

Quanto mais se percebe a importância da atividade física na infância, principalmente para combater o sedentarismo infantil e no fator de colaboração ao desenvolvimento motor, psíquico e social das crianças, mais evidente fica que a educação física escolar não é suficiente, o que demonstra a importância de atividades físicas extracurriculares (FRÉ, 2012). Em estudo realizado por Fré (2012) junto à Gymnastyc Stars – Escola de Ginástica Infantil em Porto Alegre – RS, analisou que da divulgação feita em escolas oferecendo o serviço, o percentual de matrículas daqueles que fizeram uma aula experimental foi de quase 76% sendo que estes alunos efetivamente matriculados somam 11,5% do público que recebeu a divulgação.

Crianças fazem parte da menor porcentagem entre as faixas-etárias que estão normalmente inseridas nas atividades ofertadas pelas academias. Em estudo realizado em duas academias, crianças até 12 anos compunham somente 6,5% dos alunos e dentre os serviços oferecidos pela academia, os mais consumidos por essas crianças eram o de ginástica infantil e judô (SERRANO et al. 2005).



## Considerações Finais

Tudo o que foi demonstrado evidencia a importância do tema e a possibilidade de mercado que é pouco explorada em São Luiz Gonzaga. Embora os proprietários de academias afirmem ter maiores demandas de outras atividades por outros públicos, ainda existe demanda e um potencial de crescimento para o público infantil nas academias. É necessário adequar as aulas, divulgar e explorar corretamente o oferecimento deste serviço. No estudo também ficou claro o interesse, uma vez que 60% das academias que não tem serviços voltados para crianças afirmaram que Ginástica Infantil seria uma área que desejariam se aprofundar e aplicar nas suas academias e que abririam turma caso um número suficiente de alunos aparecessem.

## Referências

FRÉ, E.P. **Gestão:** Fluxo de alunos em uma escola de ginástica infantil. Monografia. Escola de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012. Porto Alegre – RS.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo, SP: Phorte, 2003/2005/2010. 641 p.

LIMA, B.N et al. Musculação para crianças com sobrepeso e obesidade: uma revisão narrativa da literatura. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida - CPAQV Journal** v. 14, n. 1 (2022).

MY GYM BRASIL. **My Gym Brasil.** Página inicial. Disponível em: <https://www.mygymbrasil.com/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NAZARIO, Patrick Felipe; VIEIRA, José Luiz Lopes. **Contexto esportivo e o desenvolvimento motor de crianças.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/LTJQgQYCjfNsf3szP4HbCjh/?lang=en> Acesso em: 18 set. 2021.

PALMA, Míriam Stock. CAMARGO, Vinícius Arnaboldi de e.; PONTES, Maicon Felipe Pereira. Efeitos da atividade física sistemática sobre o desempenho motor de crianças pré-escolares. **Revista da Educação Física / UEM** [online]. 2012, v. 23, n. 3, pp. 421-429. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v23i3.14306>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SERRANO, João et al. (2005) - A prática de actividade física nos ginásios e academias: motivações e influências. **Revista do Departamento de Educação Física e Artística.** ISSN 1645-9997. N.º 6, p. 27-36.



## ANTENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM IDOSOS COM PNEUMONIA HOSPITALIZADOS NO HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA - RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Eduardo Lamberte Machado<sup>1</sup>; Matheus Duarte Holzschuh<sup>2</sup>.**

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Graduando. 095493@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Professor.

**Resumo:** O envelhecimento é um dos grandes desafios da saúde pública. Por conseguinte, as doenças respiratórias constituem a segunda causa mais frequente de necessidade de assistência hospitalar. A pneumonia é uma condição inflamatória do tecido pulmonar que afeta todas as faixas etárias. A fisioterapia respiratória exerce papel relevante no tratamento das pneumonias, tendo como objetivos principais promover a melhora da ventilação pulmonar, aumentar a oxigenação, remover secreções, bem como maximizar a tolerância ao exercício e atividades de vida diária. Com objetivo de relatar experiência no estágio de fisioterapia cardiopulmonar hospitalar durante os atendimentos, analisando a assistência fisioterapêutica oferecida a idoso hospitalizado com pneumonia. Um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado no Hospital São Luiz Gonzaga/RS. Neste relato analiso minha experiência hospitalar na assistência oferecida aos idosos hospitalizados com pneumonia, entendendo os processos de avaliação e atendimento fisioterapêutico e sua importância. A experiência obtida através do estágio cardiopulmonar auxiliou na compreensão da atuação fisioterapêutica, podendo contribuir de forma sublime no tratamento da pneumonia, oferecendo atendimentos de qualidade e segurança ao paciente.

**Palavras-chave:** Doenças respiratórias; Envelhecimento; Mortalidade.

### Introdução

A prevalência de pessoas idosas é um fato vivenciado mundialmente, sendo evidente em países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. Este país possui em torno de 206 milhões de habitantes, onde 14,7% fazem parte da população idosa (CHAVES, 2017).

A longevidade tem sido apontada como uma das transformações demográficas mais significativas do século XXI (BODSTEIN; LIMA; BARROS, 2014). Por conseguinte, as doenças respiratórias constituem a segunda causa mais frequente de assistência hospitalar (MARTÍN-SALVADOR et al., 2015).

Os idosos brasileiros possuem um envelhecimento senil, com a presença de disfunções orgânicas e doenças crônicas não transmissíveis, que se agravam com a prevalência elevada de condições agudas levando ao aumento do índice de internações hospitalares. De acordo com estudos atuais a pneumonia é a maior responsável pelas internações hospitalares, principalmente em idosos com mais de 80 anos (OLIVEIRA, 2020).

A pneumonia (PNM) é uma condição inflamatória do tecido pulmonar que afeta todas as faixas etárias, acarretando elevada morbi/mortalidade. Pode ser classificada anatomicamente como lobular, lobar e segmentar. Na PNM lobular ou broncopneumonia a inflamação é disseminada de maneira irregular nos pulmões, enquanto que na lobar a inflamação também se dissemina, mas fica contida dentro de um lobo (THOMSON et al., 2002).

A fisiopatologia da PNM, de acordo com a Biblioteca Virtual em Saúde, ocorre por meio de uma infecção que se instala nos pulmões, e pode acometer região dos alvéolos pulmonares onde terminam as ramificações dos brônquios e, às vezes, os interstícios (espaço entre os alvéolos),

É provocada pela introdução de um agente infeccioso ou irritante como bactérias, vírus, fungos e por reações alérgicas no espaço alveolar, onde ocorre a troca gasosa (TOMAZ, 2022).

A diminuição da mobilidade torácica devido à calcificação das cartilagens esternocostais, a hipotonia dos músculos respiratórios, a redução do poder da tosse, a perda da elasticidade pulmonar pela redução do número de fibras elásticas, diminuição da ação mucociliar, bem como modificações do sistema de defesa imunológico são alterações fisiológicas do aparelho respiratório, próprias do idoso, as quais predispõem às infecções (CARVALHO; PAPALÉO, 2001).

Pacientes hospitalizados por pneumonia experimentam um declínio na capacidade funcional, que está associado às taxas mais altas de re-hospitalização e morte, bem como reduções na força muscular periférica e qualidade de vida. Os custos de tratamento da pneumonia, seu impacto e escassez de evidências para apoiar a reabilitação para esses pacientes, tornam decisivos em investigar se programas de treinamento físico podem levar a menor tempo de internamento ou alta hospitalar precoce (JOSÉ; CORSO, 2016).

No contexto do Rio Grande do Sul, a Fisioterapia respiratória exerce papel relevante no tratamento da PNM, tendo como objetivos principais promover a melhora da ventilação pulmonar, aumentar a oxigenação, a remoção das secreções, bem como maximizar a tolerância ao exercício e atividades de vida diária (AVD's) e reduzir a dor (IRWIN; TECKLIN, 2003). Além disso, a Fisioterapia dificulta a progressão da doença prevenindo, assim, complicações respiratórias, ajudando na redução da mortalidade, abreviando o tempo de hospitalização, acelerando a convalescença e facilitando a readaptação do usuário à sua vida ativa (CARVALHO, 2001).

Este estudo é grande relevância, pois demonstra a necessidade da atuação da Fisioterapia em idosos com pneumonia, tendo em vista os altos índices de prevalência da doença em idosos e suas possíveis complicações.



## Metodologia

Este estudo tem caráter descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. Foi realizado com base nos atendimentos de acadêmico do nono semestre do curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, no Hospital São Luiz Gonzaga, localizado no município de São Luiz Gonzaga /RS.

Os atendimentos foram acompanhados pelo Fisioterapeuta e professor Matheus Duarte Holzschuh, responsável pelo estágio supervisionado em fisioterapia em cardiologia e pneumologia, a qual ministrou práticas teóricas e técnicas, bem como supervisionou os alunos durante atendimento. O contato com o hospital, deu-se a partir de uma parceria com a Universidade, permitindo os trabalhos em conjunto entre professores, universitários e a equipe profissionais que trabalha na Instituição.

Em primeiro momento os acadêmicos foram recepcionados pelo professor no qual ministra a disciplina de estágio supervisionado em fisioterapia em cardiologia e pneumologia, o mesmo apresentou o local e a equipe responsável pela Instituição.

Após a apresentação e reconhecimento do local, fomos organizados em duplas para a realização dos atendimentos. Posteriormente, tendo acesso ao prontuário do paciente, coletamos as informações mais relevantes preenchendo nossa ficha de avaliação.

Ao chegar no leito, realizávamos a anamnese fisioterapêutica, com o objetivo de coletar dados que permitiam identificar disfunções, determinar diagnósticos, planejar e implementar uma maior assistência ao paciente.

Através desta avaliação foram identificadas as seguintes informações: identificação do paciente como nome e data de nascimento, queixa principal, ou seja, história da doença atual caracterizada pelo levantamento de informações quanto ao seu problema atual, história da doença pregressa onde registra as condições em que o paciente se encontra mesmo que não esteja relacionado com a doença atual, histórico familiar, no qual se adquire informações quanto as suas condições de trabalho e vida. Durante a anamnese foram realizados alguns testes para observar a funcionalidade e habilidades dos pacientes, buscando analisar suas limitações.

Além disso, verificamos o estado clínico geral do paciente, relatando suas patologias, o porquê do uso dos fármacos que eram utilizados e realizamos o exame físico através da verificação de sinais vitais, a ausculta pulmonar, nível de consciência, e nos comunicávamos com familiar e/ou acompanhante para possibilitar maior conhecimento em relação ao paciente e definir melhor tratamento.



Após traçar os objetivos do tratamento, realizamos técnicas de fisioterapia cardiorrespiratória como deambulação, vibrocompressão, uso de incentivadores inspiratórios, treino com padrões reexpansivos, aceleração do fluxo expiratório, huffing, em sessões que duravam em torno de 30 minutos.

Posteriormente ao atendimento, monitorávamos novamente os sinais vitais do paciente e discutíamos na sala dos estagiários cada caso clínico entre todos da turma e o professor.

## **Resultados e Discussão**

Técnicas fisioterápicas para reexpansão pulmonar, como o padrão inspiratório em tempos, padrão inspiratório em soluços, e a expiração abreviada sendo associada com movimento de MMSS, promovem melhor oxigenação alveolar. Respirações através do uso de incentivadores respiratórios como Shaker e Respirom trazem ludicidade ao atendimento facilitando a comunicação dos acadêmicos com o paciente, bem como estímulo ao deslocamento de secreção.

Na minha experiência na realização de dois atendimentos, o paciente em questão teve alta hospitalar. Percebi que com a realização de cada ocorria melhora na saturação, proporcionando também aos pacientes melhora no padrão respiratório.

Com isso vê-se que o Fisioterapeuta é um dos profissionais inseridos no contexto da multidisciplinariedade nos hospitais, fornecendo ao paciente melhora significativa em seu quadro clínico com as diversas técnicas utilizadas na fisioterapia em cardiologia e pneumologia podendo até mesmo diminuir seu tempo de internação.

O fisioterapeuta deve ter conhecimento que pacientes idosos internados com pneumonia podem ser beneficiados com a terapia de expansão pulmonar, posicionamento funcional, terapia de higiene brônquica, bombeamento de extremidade, alongamentos, sedestação beira leito e orientações ao paciente e familiares. Com um atendimento de forma holística, cuidadosa, acolhedora, avaliativa, pode contribuir significativamente para a alta hospitalar.

## **Considerações Finais**

A experiência obtida nos atendimentos realizados durante as aulas práticas da disciplina de estágio supervisionado em fisioterapia em cardiologia e pneumologia, envolvendo os acadêmicos, professor, funcionários e profissionais do hospital, possibilitou uma maior reflexão



sobre os cuidados oferecidos aos pacientes idosos com pneumonia. Utilizando técnicas de higiene brônquica, reexpansão pulmonar e orientações aos pacientes.

Concluindo, podemos afirmar que a fisioterapia pode contribuir de forma sublime no tratamento da pneumonia em pacientes idosos na fase hospitalar, sempre visando melhorar o fluxo aéreo, fornecendo uma melhor ventilação, levando a redução de cansaço e fadiga.

## Referências

CHAVES, R.N. Perda cognitiva e dependência funcional em idosos longevos residentes em instituições de longa permanência. **Revista Cogitare Enfermagem**. BA, v. 22, n. 1, 2017

FARENCENA, Gerusa Sartori; DA SILVEIRA, Sandra Nádia; PASIN, Juliana Saibt Martins. Atuação fisioterapêutica e morbidade por pneumonia: um estudo no Hospital Casa de Saúde, Santa Maria/RS. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 7, n. 1, p. 29-39, 2006.

OLIVEIRA, Amanda Ferreira de et al. **Principais modalidades fisioterapêuticas em idosos com pneumonia em um hospital privado de Goiânia: fisioterapia em idosos internados com pneumonia**. 2020.

TOMAZ, Julia Emilly Tres et al. A importância da fisioterapia no tratamento das disfunções relacionados a pneumonia. **Revista Científica Rumos da inFormação**, v. 3, n. 1, p. 100-117, 2022.

VILAR, Nathalie Barreto Saraiva et al. Conduas de fisioterapia em pacientes idosos com pneumonia. **Tópicos em Ciências da Saúde Volume 17**, p. 14.



## A CONTRIBUIÇÃO DA FISIOTERAPIA NA REABILITAÇÃO DO PACIENTE PORTADOR DA SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andressa Camargo Silva<sup>1</sup>; Marzane Bolzan Morais de Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga/RS. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Acadêmica do 9º semestre. Dessac.margo3@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga/RS. Ciências da Saúde. Fisioterapia. Mestre Docente. Marzane.oliveira@yahoo.com.br.

**Resumo:** A Síndrome de Guillain-Barré (SBG) é definida como uma polineuropatia inflamatória desmielinizante aguda, que acomete as raízes nervosas e os nervos periféricos, provocando fraqueza motora de forma ascendente, progressiva, podendo atingir os membros inferiores, superiores, músculos respiratórios, tronco e a face. A fisioterapia auxilia a diminuir ou eliminar a limitação funcional ou incapacidade do indivíduo, melhorar a força muscular, aumentar a amplitude de movimento entre outros. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência acadêmica de fisioterapia durante os atendimentos supervisionados e descrever os principais benefícios fisioterapêuticos utilizados para o tratamento de pacientes com Síndrome de Guillain-Barré. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado na clínica escola da Uri, São Luiz Gonzaga/RS, no período de março a abril de 2023. Nesta experiência os acadêmicos refletiram sobre a assistência fisioterapêutica oferecida aos pacientes, analisando através da avaliação fisioterapêutica todas as informações necessárias para a realização dos atendimentos, a evolução e melhoria do quadro clínico. A experiência obtida através dos atendimentos auxiliou na compreensão da atuação da fisioterapia em pacientes com patologias neurológicas e analisamos que a atuação fisioterapêutica tem sido muito satisfatória, proporcionando excelentes resultados para os pacientes.

**Palavras-chave:** Síndrome de Guillain-Barré; Reabilitação; Fisioterapia.

### Introdução

A Síndrome de Guillain-Barré (SGB) é definida como uma polineuropatia desmielinizante inflamatória aguda, que trata-se de uma patologia que acomete vários nervos ou raízes nervosas, onde ocorre o comprometimento da bainha de mielina e a causa é sempre uma reação inflamatória aguda de origem autoimune, o que gera sinais e sintomas que evoluem de forma rápida e súbita, provocando fraqueza muscular generalizada, que em casos mais graves pode paralisar a musculatura respiratória e impedir o paciente de respirar (NÓBREGA et al; 2018).

A doença normalmente surge a partir de um ataque de anticorpos, criando um processo inflamatório que leva a destruição da bainha de mielina, que é uma substância que permite a condução dos impulsos elétricos ao longo da fibra nervosa e a desmielinização do nervo ou raiz nervosa gera o bloqueio da passagem de estímulos nervosos (SOUZA, 2007). Apesar de não ter causa específica, possui relação com doenças agudas causadas por vírus ou bactérias, que

pode estar associado ao surgimento da síndrome, como infecção pelo vírus do HIV, vacinação recente, tipos de traumas, cirurgia, linfoma e lúpus (SCHETALSKY, 2009).

Os principais sintomas são fraqueza muscular geralmente iniciada nas pernas e progressão ascendentes, que em questão de algumas horas e as vezes poucos dias a doença começa a se espalhar e acometer outros grupos musculares, indo em direção aos membros superiores, tronco e até a face (BOLAN et al; 2007). Podendo apresentar diferentes graus de agressividade, provocando apenas leve fraqueza muscular em alguns pacientes ou casos de paralisia total dos membros, o principal risco está em casos de acometimento dos músculos respiratórios principalmente do diafragma e da face, o que pode provocar dificuldades para respirar, deglutir e manter as vias aéreas abertas (JUNIOR, 2011).

A SGB pode ter como consequências uma série de sequelas que dificultam o equilíbrio, marcha e propriocepção ou em casos mais avançados que impossibilitam o paciente de deambular, sendo comuns dores lombares, formigamento nos pés, fraqueza muscular e perda de reflexos tendinosos (CARVALHO, 2013). Após a observação dos sinais e sintomas, exames complementares e evidências que excluam outras patologias, são indispensáveis para dar início a um tratamento com o objetivo de estabilizar o processo autoimune, o mais rápido possível (TUACEK et al; 2013).

O desenvolvimento de programa de reabilitação multidisciplinar promove melhora funcional motora e do desempenho das atividades de vida diária, visando a diminuição das sequelas, a autonomia e independência do paciente (ANTUNES, 2015). A fisioterapia pode contribuir, minimizando ou eliminando a limitação funcional apresentada pelo paciente, além de auxiliar na redução dos sintomas algícos, aprimoramento das coordenações motoras, melhora das condições físico-funcionais (ARSENAULT et al; 2016). Com o objetivo de progredir o paciente em relação a marcha, treino proprioceptivo, terapias manuais para tratar consequências como fraqueza muscular e perda de amplitude de movimento (ARRUDA, 2012).

Com base nessas premissas, este estudo tem como objetivo relatar a experiência acadêmica da fisioterapia durante os atendimentos supervisionados e descrever os principais benefícios fisioterapêuticos utilizados para o tratamento de pacientes com SGB.

## **Metodologia**

O presente estudo tem caráter descritivo, do tipo relato de experiência. Foi realizado com base nos atendimentos no estágio do curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, na Clínica Escola, localizada no município de São Luiz Gonzaga.

Seu potencial objetivo é descrever a atuação da fisioterapia na reabilitação de pacientes com Síndrome de Guillain-Barré através dos atendimentos e aplicação de técnicas e atividades fisioterapêuticas. A experiência foi vivenciada durante o período do mês de março e abril de 2023.

Os atendimentos foram acompanhados pela Fisioterapeuta e Professora responsável pela disciplina de Fisioterapia em Neurologia, a qual ministrou práticas teóricas e técnicas fisioterapêuticas no atendimento aos pacientes. O contato com os pacientes deu-se a partir de uma parceria da Universidade, permitindo os trabalhos em conjunto entre professores e universitários.

### **Resultados e Discussão**

Inicialmente os pacientes, são submetidos à realização da anamnese fisioterapêutica, com o objetivo de coletar dados que permitam identificar disfunções, determinar diagnósticos, planejamentos e implementar uma maior assistência ao paciente.

Através desta avaliação foram identificadas as seguintes informações: dados de identificação do paciente com nome, data de nascimento e diagnóstico clínico, queixa principal, ou seja, o que levou ao paciente procurar atendimento, história da doença atual caracterizada pelo levantamento de informações quanto ao seu problema atual, história da doença pregressa onde registra as condições em que o paciente se encontra mesmo que não esteja relacionado com a doença atual, histórico familiar, no qual se adquire informações quanto as suas condições de trabalho e vida. Durante a anamnese foram realizados alguns testes para observar a sensibilidade, funcionalidade, equilíbrio, marcha, habilidade do paciente entre outros testes, buscando analisar suas limitações.

Além disso, verificamos o estado clínico geral do paciente, relatando suas patologias, o porquê do uso dos fármacos que eram utilizados e aferimos seus sinais vitais, assim, possibilitando um maior conhecimento em relação ao paciente.

Realizamos o início dos atendimentos através desta avaliação fisioterapêutica, de forma humanizada e holística, sendo possível perceber que o paciente se sentia satisfeito com a assistência que estava sendo realizada, e a partir disto refletimos sobre os dados obtidos, planejando através das informações adquiridas um tratamento fisioterapêutico para auxiliar na reabilitação dos pacientes, melhorando suas limitações funcionais existentes, promovendo melhora na funcionalidade motora e das atividades da vida diária, assim, possibilitando o paciente de ter uma melhor qualidade de vida.

A partir do segundo atendimento, foi executado todo planejamento fisioterapêutico adequado e apropriado para o paciente, priorizando as atividades de equilíbrio, marcha e fortalecimento muscular. Os atendimentos foram realizados com auxílio de alguns materiais, como: tatame, bicicleta ergonômica, barra paralela, bola suíça, caneleiras, bolas feijão, espaldar, bozu, stepe, prancha de equilíbrio, disco propioceptivo, arco flexível, rolos pequenos e médios, foam roller, bastões, halteres, cadeiras, kit funcional, faixas elásticas, sendo necessário a utilização desses materiais para os atendimentos.

Mercado et al. (2021, p.3), destacou em seu relato de experiência que a fisioterapia foi eficaz com tratamento para de ganho de força, com foco em membros mais acometidos, no qual limitavam as atividades de autocuidado e de vida diária; Onde foi realizado exercícios de prevenção de encurtamentos e deformidades, evolução da força muscular e retorno às capacidades funcionais do paciente, desta forma, evidenciando a contribuição das práticas terapêuticas embasadas em evidências, permitindo que o paciente retorne a exercer sua independência e autonomia.

Além da abordagem técnica e terapêutica, o fisioterapeuta deve ter conhecimento sobre o acontecimento e processo da patologia, para estabelecer ações que possam atender a todas as necessidades dos pacientes, consistindo em uma assistência humanizada e integral. Uma maneira holística e cuidadosa, pode contribuir significativamente na melhoria da qualidade de vida dos pacientes que se encontram.

### **Considerações Finais**

Através do que foi relatado, pode-se observar que a experiência obtida nos atendimentos realizados durante as aulas práticas da disciplina de Fisioterapia em Neurologia, envolvendo os acadêmicos e professor, possibilitou uma maior reflexão sobre os cuidados e tratamentos oferecidos aos pacientes.

Com os atendimentos, analisamos que a atuação fisioterapêutica tem sido muito satisfatória, proporcionando excelentes resultados para os pacientes, gerando o reconhecimento pelos professores e pelos discentes envolvidos nas atividades. Pode-se perceber que com as atividades desenvolvidas na clínica escola, houve uma melhora da funcionalidade, do perfil clínico, incremento do equilíbrio e mobilidade, auxiliou na diminuição das sequelas da patologia, resultando em modificações positivas na qualidade de vida dessas pessoas.



## Referências

ANTUNES, M. D., Palácio, S. G., & Bertolini, S. M. M. G. (2015). Efeito da fisioterapia na síndrome de guillain-barré. **IX EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar**, 9, 4-8.

ARRUDA, T. S. de; MEJIA, D. P. M. Atuação fisioterapêutica na reabilitação da funcionalidade em paciente pós – síndrome de guillain-barré. Trabalho de Conclusão de Curso – Pós – **Graduação em Fisioterapia Neurofuncional** – Faculdade Ávila, 2012.

ARSENAULT, N. S., Vincent, P. O., Yu, B. H. S., Bastien, R., & Sweeney, A. (2016). Influência do exercício em pacientes com síndrome de Guillain-Barré: uma revisão sistemática. **Physiother Can**, 68, 367-376.

BOLAN, R.S; BÓ, K.D; VARGAR, F.R; MORETTI, G.R.F; ALMEIDA, L.P; ALMEIDA, G.K.P et al. Síndrome de Guillain-Barré Relato de Caso. **Revista da AMRIGS**, 2007;51(1):58-61.

CARVALHO, T.G.M.L; LOPES, R.C. A Integralidade da Fisioterapia no paciente portador da Síndrome de Guillain-Barré. **Revista Biomotriz**, 2013;7(2).

JUNIOR, R.A.S; NETO, V.B.A. Recuperação funcional da marcha em paciente com Síndrome de Guillain-Barré. **Revista Nacional de Reabilitação**, 2011;80(69).

MERCADO, S.G.R., et al. Síndrome de Guillain-Barré: relato de experiência. **Perspectivas Experimentais e Clínicas, Inovações Biomédicas e Educação em Saúde**, V.7 02, 42-63, 2021.

NÓBREGA, M.E., et al. Surto de síndrome de Guillain-Barré possivelmente relacionado à infecção prévia pelo vírus Zica, região metropolitana do Recife, Pernambuco, Brasil, 2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, 27(2): e2017039, 2018.

SCHETALSKY, P. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas** – Síndrome de Guillain-Barré. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde, 2009 Portaria SAS/MS no N° 497.

SOUZA, A.V; SOUZA, M.A.F. Síndrome de Guillain Barré – Revisão de Literatura. **Revista Meio Ambiente e Saúde**, 2007;1(2).

TUACEK, T.A; TSUKIMOTO, G.R; FIGLIOLIA, C.S; CARDOSO, M.C.C; TSUKIMOTO, D.R; ROSA, C.D.P, et al. Neuropatias - Síndrome de Guillain-Barré: reabilitação. **Acta Fisiátr** 2013;20(2):89-95.

# RESUMOS

## **GT I – Administração e Ciências Contábeis: Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação**



## REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Daniele Silveira Martins<sup>1</sup>; Ênio Junior Ludvig da Rosa<sup>2</sup>; Luciane de Oliveira<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. Dsilveira147@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. eniojrda Rosa@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. E mail: lucoliveira06@gmail.com

A Educação Financeira é essencial para apoiar o desenvolvimento financeiro dos indivíduos, pois possibilita o aprimoramento do processo de tomada de decisão sobre o dinheiro, principalmente em tempos de crise financeira, onde os consumidores, se desinformados, ficam mais propensos ao endividamento, impactando na qualidade de vida dos indivíduos e de suas famílias. É importante que o conhecimento sobre o dinheiro seja difundido desde a infância e neste sentido a escola pode ser um ambiente de aprendizado e apoio ao núcleo familiar. Frente ao exposto, este estudo procurou estimular o debate sobre o uso correto do dinheiro, enfatizando que uma vida financeira equilibrada refletirá na capacidade de se conquistar algo no futuro. Para tanto, foram discutidas as várias possibilidades de compras, o uso adequado do cartão de crédito, o consumismo e sua relação com o endividamento, as diversas nuances do marketing e das mídias sociais, além de elencar opções de investimentos. Para alcançar tais objetivos foram realizadas discussões, com viés de projeto de extensão, em duas escolas públicas do município de São Luiz Gonzaga, onde por meio do debate, buscou-se estimular e despertar para o uso consciente do dinheiro, enfatizando os benefícios de uma vida equilibrada financeiramente. Pode-se verificar que os temas abordados ainda são vagos para os estudantes. Os alunos apresentam consciência sobre a importância da educação financeira, porém poucos são os que possuem algum conhecimento a respeito. Além disso, também se percebe um perfil bastante consumista, gastando em coisas supérfluas. Observou-se também, por meio do debate, que os pais não estimulam o uso responsável do dinheiro, por meio de mesada ou outro tipo de controle. Por fim, acredita-se que os alunos poderão replicar tais saberes, tanto no âmbito familiar como na comunidade, e que, por meio do aprendizado financeiro, se tornarão cidadãos mais conscientes e críticos, refletindo nas suas escolhas de vida futura.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Escola; Dinheiro.

## **GT II – Direito: O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade**

## A (DES)CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL E O DIREITO À VIDA

Angela Bieger Faria<sup>1</sup>; Larissa Nunes Cavalheiro<sup>2</sup>; Amanda Paveglio<sup>3</sup>; Anne Dauinheimer Godois<sup>4</sup>; Livia Barcelos da Silva<sup>5</sup>

1. Acadêmica do 5º semestre do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: 099354@saoluiz.uri.edu.br
2. Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga/RS. Ciências Sociais Aplicadas - Direito. E-mail: proflarissa@saoluiz.uri.br
3. Acadêmica do 5º semestre do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: 098937@saoluiz.uri.edu.br
4. Acadêmica do 5º semestre do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: 098999@saoluiz.uri.edu.br
5. Acadêmica do 5º semestre do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: 098982@saoluiz.uri.edu.br

O aborto consiste na eliminação da vida intrauterina, conduta prevista enquanto crime nos artigos 124 ao 126 do Código Penal brasileiro (CP), logo, a vida é o bem jurídico tutelado pelos referidos tipos penais incriminadores. Porém, não se trata de direito absoluto, uma vez que diversos países, dentre eles a Argentina no ano de 2020, descriminalizaram a referida conduta fundamentados no direito à autonomia da mulher. Tal tendência alinha-se a questões de direitos humanos, em especial, os direitos das mulheres em termos de decisões que se relacionam ao seu corpo, assim afastando a perspectiva social negativa ao exercerem suas escolhas. No Brasil, a prática é permitida apenas para salvar a vida gestante ou em caso de estupro, conforme descrito no artigo 128. Frente a este contexto e analisando a legislação brasileira, surge a seguinte inquietação: Em que medida há contradição entre o direito à vida que torna o aborto crime e a teoria natalista adotada no direito civil, que compreende a existência da pessoa apenas a partir do nascimento com vida, quando então adquire personalidade? Objetivando refletir acerca deste tema polêmico, adotou-se os procedimentos dedutivo como abordagem e o monográfico como procedimento. O primeiro parte de compreensões gerais acerca do aborto para a análise da realidade sociojurídica brasileira. Com o segundo método, pretendeu-se aprofundar as reflexões, sem a pretensão de esgotá-las. O próprio CP entra em contradição com o direito à vida, a partir do momento em que permite o aborto em determinadas situações. Ou seja, à prática do aborto é considerada crime para proteger a vida do feto, mas em caso de estupro a legislação abdica dessa função a fim de proteger a dignidade da mulher. Ao fazer isso, o Estado relativiza a importância da proteção ao direito à vida do nascituro, contradizendo suas intenções iniciais. Contudo, o grande entrave para a legalização do aborto no Brasil é, na verdade, a religiosidade e o conservadorismo, que reforça o aborto ainda como um tabu na sociedade, devido à grande influência do cristianismo desde o período da colonização. Essa questão fica evidente ao analisar casos recentes, como o ocorrido em 2020, quando uma criança de 10 anos teve uma gravidez proveniente de estupro e realizou o aborto legal. Diversas pessoas foram à unidade de saúde tentar impedir o procedimento, depois que a então Ministra Damarens Alves, da secretaria da mulher, manifestou-se sobre o caso falando ressaltando sua compreensão religiosa, ou seja, mesmo nos casos onde a legislação permite o aborto existe este tencionamento, manifestada inclusive por membros da administração do Estado. É importante ressaltar que no Brasil é um Estado laico, como previsto no artigo 19 da Constituição Federal, logo, argumentos religiosos não deveriam ser levantados quanto a (des)criminalização no país. Em suma, o Estado brasileiro ainda possui um grande caminho para a efetivação dos direitos

humanos, como percebe-se a partir da questão do aborto. A legalização do aborto relaciona-se à cidadania, aos direitos de autonomia, dignidade, igualdade e deve ser efetivada com o intuito de tornar a sociedade mais justa.

**Palavras-chave:** Aborto; Criminalização; Vida.

## ATIVISMO JUDICIAL BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Maria Vitória Fontela Do Amaral<sup>1</sup>; Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>2</sup>

1. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. vitoria16fontella@gmail.com.
2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

O ativismo judicial é uma expressão que surgiu na doutrina norte-americana, que basicamente está associada ao poder judiciário, onde se tem a interferência deste poder em funções que competem, segundo a Constituição, a um dos outros poderes – executivo ou legislativo. Trata-se de tema polêmico, que encontra dissensão entre os estudiosos do Direito, havendo, portanto, apoiadores e críticos. Para melhor compreender este ativismo judicial, busca-se responder, com a presente pesquisa, quais os pontos comuns e divergentes de sua aplicação no sistema judiciário brasileiro e norte-americano. Desse modo, o objetivo é realizar uma análise comparativa do ativismo judicial no Brasil e nos Estados Unidos, em especial no Supremo Tribunal Federal e na Suprema Corte. O método de abordagem será o dedutivo, partindo-se do conceito de ativismo judicial, em um sentido genérico, para uma apreciação da sua aplicação nos sistemas judiciários antes especificados. O método de procedimento, por sua vez, será o comparativo. Como resultados, tem-se que, enquanto ponto comum, possível destacar o fato de que o ativismo judicial somente é possível de ser vislumbrado em sociedades democráticas, o que é o caso brasileiro e norte-americano. Isso porque essa interferência de um poder em outro seria inexecutável em um regime ditatorial. No tocante aos pontos divergentes, possível ressaltar que, nos Estados Unidos, o ativismo judicial é bem mais antigo do que no Brasil. Nesse sentido, vale lembrar que o Brasil passou por um processo de redemocratização recente, que culminou com a eleição do primeiro presidente civil depois de vinte e um anos de ditadura militar e, posteriormente, com a promulgação da atual Constituição. Ademais, uma outra diferença está no fato de que, nos Estados Unidos, o ativismo judicial ocorre, com maior frequência, almejando conter o poder legislativo, enquanto que, no Brasil, o ativismo judicial acontece, com mais assiduidade, buscando suprir a inércia do poder legislativo.

**Palavras-chave:** Ativismo judicial; Judiciário; Estudo comparado; Brasil; Estados Unidos.



## CRIMES CIBERNÉTICOS

Matheus Portela Peruzzi<sup>1</sup>; Luciano de Almeida Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: 097385@saoluiz.uri.edu.br

<sup>2</sup> Professor Doutor do Curso de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga, RS. E-mail: profluciano@saoluiz.uri.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o conceito e repercussões jurídicas e desafios quando da ocorrência de um crime cibernético. Para tanto, se utiliza da metodologia dedutiva e bibliográfica, que consiste em partir de uma premissa geral para chegar a uma conclusão específica, baseada em uma análise crítica de estudos e trabalhos publicados anteriormente sobre o tema. O crime cibernético é uma lesão que ocorre eletronicamente, principalmente na internet, e pode ser praticado de diversas maneiras para atrair vítimas e executar o golpe. Muitas vezes, o objetivo do criminoso é alcançado por um "erro humano", como clicar em links indevidos, executar programas duvidosos, abrir sites suspeitos e fazer downloads maliciosos, que podem resultar na perda da privacidade do indivíduo. Mesmo que a vítima cometa um erro, a conduta continua sendo um crime. Nesse sentido, é importante saber o que fazer após se tornar vítima de um crime cibernético e onde procurar ajuda. Embora muitas cidades ainda não tenham delegacias especializadas em crimes cibernéticos, é possível fazer uma denúncia *online* ou diretamente em uma delegacia próxima, registrar um boletim de ocorrência e explicar o caso de forma completa e clara. Quando se trata de golpes, geralmente é requisitado valores de forma rápida, como o PIX, que é especialmente usado por não ter como ser desfeito. O estelionato é a forma mais comum de golpes, mas há uma em especial que foi responsável pela criação da Lei nº 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann. Esse caso envolveu um vazamento de fotos íntimas da atriz, ocorrido em 2012, quando quatro pessoas invadiram seu e-mail pessoal, publicaram as fotos e a chantagearam no valor de 10 mil reais. Após o fato, Carolina procurou a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática - DRICI, e, após uma breve investigação, os quatro infratores foram presos, sendo um deles menor de idade. A importância desse caso para a evolução do Código Penal em relação aos crimes cibernéticos é de grande valor, pois mudanças foram implementadas para que a justiça possa tipificar delitos virtuais. No entanto, ainda é difícil lidar com a grande quantidade de delitos virtuais diários, uma vez que a localização do infrator no espaço cibernético é três vezes mais difícil do que no espaço físico. Além disso, a pandemia e o lockdown imposto aumentaram significativamente o número de crimes virtuais, como os ataques DDoS, forma de ataque cibernético que têm como objetivo sobrecarregar um servidor, site ou rede com uma grande quantidade de tráfego, tornando o serviço indisponível para usuários legítimos, que cresceram 151% no primeiro semestre de 2020. Conclui-se que a modernização constante dos golpes e a facilidade para aplicá-los geram um esgotamento da polícia e do judiciário, sendo necessária um grande investimento em segurança digital. Para lidar com essa situação, é importante investir em medidas para aumentar a segurança digital e evitar a limitação do uso da internet.

**Palavras-chave:** Crimes cibernéticos; Direito digital; Direito penal.

## O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E A EXECUÇÃO DA PENA: A ADPF 347 E O RECONHECIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO EM CRISE

Ana Bárbara Fernandes do Nascimento<sup>1</sup>; Larissa Nunes Cavalheiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: anabfernandesn@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Direito. Professora orientadora. E-mail: proflarissa@saoluiz.uri.edu.br.

**Resumo:** O presente trabalho busca analisar a situação das casas prisionais brasileiras, abordando seus problemas, relacionando-os sob a ótica dos direitos e garantias aos apenados. Essa realidade foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal ao reconhecer o Estado de Coisas Inconstitucional à situação posta nos presídios, julgando a inconstitucionalidade das condições prisionais. Conseqüentemente, ao contrário do que prevê a lei, os apenados estão expostos a superlotação, falta de acesso à justiça, falta de assistência, torturas e sanções ilegais e, para isto, se propôs o reconhecimento da violação de direitos fundamentais (NUCCI, 2022). O instituto chamado de Estado de Coisas Inconstitucional ocorre quando violados de forma generalizada e regular os preceitos fundamentais da Lei Maior brasileira, ocasionada pela omissão ou até mesmo a inércia do Poder Público em que apenas modificações estruturais podem causar efetivas transformações, fazendo com que a Corte adote uma postura de ativismo judicial para resolver a contenda (MARCÃO, 2022). Mesmo após alguns anos da decisão, o atual cenário do sistema carcerário brasileiro não apresenta vultuosas alterações. Uma das críticas feitas a matéria, é a falta de resolução definitiva do mérito, o que entende como uma “parcial vitória dos litigantes”. Tendo em vista o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional, as falhas estruturais tanto na elaboração quanto na execução de políticas públicas, percebe-se de forma clarividente a omissão do Estado, à luz das demais esferas administrativas. Assim, os diálogos entre os poderes demonstram-se importantes, mas reservando e reconhecendo cada área de atuação e não devendo instituir a um órgão a prerrogativa de dar a última palavra. A temática abordada enfrenta a violação dos direitos fundamentais e, evidencia a inercia estatal, em observar a Constituição Federal em seu amplo feixe de princípios, direitos e garantias humanas fundamentais, e se entende que muitas medidas são necessárias para a transformação do “estado de coisas inconstitucional” no atual sistema penitenciário brasileiro em crise. Mudanças não apenas no cenário administrativo, mas também no estrutural, para que a pena possa ser cumprida em estabelecimento adequado, para efetivar o chamado caráter ressocializador da pena.

**Palavras-chave:** Estados de Coisas Inconstitucional; Violação de direitos fundamentais; Crise carcerária.



## FREUD E BAUMAN: AS CONEXÕES ENTRE A MENTE HUMANA E A LIQUIDEZ DAS SOCIEDADES

Graciele da Silva Damian<sup>1</sup>; Jayane Corrêa de Matos<sup>2</sup>; Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>3</sup>; Lizandra Andrade Nascimento<sup>4</sup>

1. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. damiangrasieli@gmail.com
2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. jayanecorrea2017@gmail.com
3. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br
4. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Humanas. lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br

A pesquisa tem como foco analisar uma possível conexão entre os estudos de Freud com os de Bauman, de modo especial entre a mente humana e a liquidez das sociedades. Sigmund Freud (1856-1939) foi um médico austríaco conhecido como o “pai da psicanálise”. Zygmunt Bauman (1925-2017), por sua vez, foi um filósofo, sociólogo e professor polonês, tendo obtido reconhecimento por suas críticas à sociedade contemporânea. Nesse sentido, pretende-se responder ao seguinte questionamento: É possível identificar pontos de atrelamento entre as teorias de Freud e Bauman? Freud, em sua obra “O mal-estar na civilização”, abordou os males da civilização, referindo que os indivíduos, considerados isoladamente, precisam minimizar seus instintos para que a civilização se possa fazer exequível. Isso, na sua ótica, seria a causa principal dos distúrbios psicológicos que afligem a humanidade nos dias atuais. Bauman, em sua obra “Modernidade líquida”, apresenta o caráter passageiro das relações humanas, entendendo-as como frágeis e efêmeras. Refere que nada mais é feito para durar, para ser sólido, o que conduz à liquidez dos tempos modernos. O método de abordagem será o indutivo, partindo do estudo específico das ideias de Freud e Bauman para questões gerais. O método de procedimento será o comparativo, a contar do momento em que realizada uma análise comparada de dois autores. Enquanto resposta à questão problema tem-se que sim, é possível identificar pontos de conexão entre as teorias de Freud e Bauman. Um deles está relacionado à comprovação, nos dias atuais, da vulnerabilidade dos seres humanos e das suas relações.

**Palavras-chave:** Freud; Bauman; Conexões; Teorias.

## FREUD E JAKOBS: A MENTE HUMANA E O DIREITO PENAL DO INIMIGO

Jayane Corrêa de Matos<sup>1</sup>; Graciele da Silva Damian<sup>2</sup>; Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>3</sup>;  
Lizandra Andrade Nascimento<sup>4</sup>

1. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. jayanecorrea2017@gmail.com
2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. damiangrasieli@gmail.com
3. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br
4. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Humanas. lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br

A pesquisa tem como objetivo analisar uma possível relação entre os estudos de Freud com os de Jakobs, de modo particular entre a mente humana e o direito penal do inimigo. Sigmund Freud (1856-1939) foi um médico austríaco, conhecido como o “pai da psicanálise”. Günther Jakobs (1937) é um filósofo e professor alemão, tendo obtido notoriedade por sua controversa definição de direito penal do inimigo. Nesse sentido, busca-se responder à seguinte questão: É possível identificar pontos de conexão entre as teorias de Freud e Jakobs? Freud, em seus estudos, buscou explicar que os problemas sociais estavam relacionados com as fases iniciais de desenvolvimento da mente. Defendeu que a agressividade integra a natureza humana e que, para tornar viável o convívio do homem na sociedade, esta agressividade precisa ser reprimida, punida. Jakobs afirma que devem haver dois tipos de direito: um dirigido ao cidadão e outro ao inimigo. Assim, estabelece a distinção da “pessoa” e do “inimigo”, sendo “pessoa” aquele cidadão envolvido com a sociedade, o sujeito de direito e obrigações e “inimigo” aquele que desobedece as regras do Estado. Dessa forma, argumenta que o Estado deveria diferenciar o direito penal do cidadão e do inimigo, com objetivo de conter o avanço da criminalidade, fazendo uso, para tanto, de punições mais rígidas ao inimigo. O método de abordagem será o indutivo, a partir do momento em que a apreciação do tema partirá do específico, qual seja, as obras dos autores para o geral, no sentido de identificação de possíveis vinculações. Do que foi estudado até então, foi possível chegar à conclusão de relação entre as teorias, a contar do momento em que ambas abordam um modelo de punição que coloca em lados opostos indivíduos e sociedade, trazendo, por consequência, uma perspectiva individualista, onde, para preservar a sociedade, exclui-se dela o indivíduo que, de alguma maneira, possa transgredi-la.

**Palavras-chave:** Freud; Jakobs; Inimigo; Punição.

## GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO E ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ivana Matozo de Miranda<sup>1</sup>; Lizandra Andrade Nascimento<sup>2</sup>; Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>3</sup>; Leonardo Silveira Farias da Silva<sup>4</sup>.

1. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. matozodemirandaivana@gmail.com
2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Humanas. lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br
3. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br
4. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. leonardo.farias@saoluiz.uri.edu.br

O projeto “Grupos Reflexivos de Gênero e Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica” resulta da celebração de um Termo de Cooperação entre o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do RS, Defensoria Pública do RS e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de São Luiz Gonzaga, tendo como propósito desenvolver ações interdisciplinares de prevenção e combate à violência doméstico-familiar. A proposição do projeto parte da preocupação das instituições supracitadas com a ampliação da violência no contexto de São Luiz Gonzaga, posto que a violência doméstica não é um problema superado. Ao contrário, trata-se de uma questão a ser enfrentada pelas distintas instituições, buscando-se ações eficazes na prevenção e no combate à violência. Com base nessas premissas, propõe-se o presente projeto, objetivando o atendimento às vítimas em grupos reflexivos, de modo a auxiliá-las na superação das circunstâncias desencadeadoras das agressões e violências sofridas. Na fase inicial de execução do projeto, foram desenvolvidos encontros com mulheres que vivenciaram ou vivenciam situações de violência, propondo atividades diversificadas, com dinâmicas de grupo e de acesso a informações pertinentes, a fim de que possam pensar sobre a realidade, trocar experiências, fortalecer a autoestima e a inteligência emocional, enquanto passos primordiais para a resiliência e para o enfrentamento das condições adversas. O esclarecimento quanto aos tipos de violência torna-se imprescindível para que as participantes percebam-se como vítimas e compreendam as formas possíveis de conseguir apoio para superar tais situações. De modo geral, pode-se afirmar que o projeto tem configurado um espaço de reflexão e de diálogo, articulando as áreas do Direito, da Psicologia e do Serviço Social para oferecer suporte às vítimas de violência doméstica no contexto de São Luiz Gonzaga e região.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; Gênero; Grupos Reflexivos.

## OLYMPE DE GOUGES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS

Huriel Garcia Zilli<sup>1</sup>; Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>2</sup>

1. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. hurielzilli@gmail.com
2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

Em maio de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê a igualdade salarial entre homens e mulheres. O texto segue, agora, para o Senado Federal. Na proposta consta, dentre outras questões, determinação para que empresas com mais de cem empregados publiquem, semestralmente, relatórios de transparência salarial. Ocorre que esta luta pela igualdade entre homens e mulheres não é nova. Olympe de Gouges (1748-1793) foi uma escritora e ativista política francesa, grandemente reconhecida por sua obra “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”. Na ocasião, ela pretendeu igualar jurídica e legalmente as mulheres aos homens. Pretende-se, portanto, com a presente pesquisa, responder ao seguinte questionamento: Qual a contribuição de Gouges e sua obra para o que se tem atualmente, no que se tange à igualdade entre os gêneros? O método de abordagem será o indutivo, partindo-se do texto de Gouges para a igualdade de gêneros na contemporaneidade. O método de procedimento será o monográfico, haja vista que busca aprofundar o conhecimento acerca de uma determinada temática. A resposta obtém-se no próprio texto em tela. A “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” foi escrita durante a Revolução Francesa, enquanto resposta à promulgação da “Declaração dos direitos do homem e do cidadão da França”, que excluía, de seu texto, os direitos às mulheres. Na oportunidade, Gouges apresentou pautas inimagináveis para a época, como o direito ao voto, à educação, ao emprego, à propriedade e ao divórcio. Ademais, possibilitou, por meio de sua obra, um primeiro passo para a discussão dos direitos e deveres das mulheres. Assim, tem-se que Gouges representou uma figura pioneira na luta por igualdade de gênero, logo, sua importância, juntamente com sua obra, é primordial e fonte de inspiração para aos movimentos de luta subsequentes. Ela morreu em 1793, após ser condenada à guilhotina, por expressar sua tese de defesa por todas as mulheres e pela garantia de seus direitos.

**Palavras-chave:** Gouges; Igualdade; Gênero; Direitos.

## PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NOS PROCESSOS DISCIPLINARES DO EXÉRCITO

Eduardo Ajala<sup>1</sup>; Luciano De Almeida Lima<sup>2</sup>

1. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas.
2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: profluciano@saoluiz.uri.edu.br

**Resumo:** Desde a redemocratização, com a nova Constituição Federal de 1988, o respeito ao devido processo legal é algo a ser observado em todos os processos que estejam sob a legislação brasileira, seja ele de natureza civil, penal, trabalhista, eleitoral, militar, como exemplo. Certo de que os processos disciplinares se aplicam em todas as esferas públicas, com o intuito de se verificar as condutas dos agentes públicos, na esfera militar não é diferente, ainda que as regras dispostas no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) sejam diferentes das demais áreas públicas. Ainda que haja essa diferença, devido à estabilidade dos pilares que regem ao Exército brasileiro, quais sejam hierarquia e disciplina, a observação do devido processo legal deve ser observada na plenitude de suas etapas, para que sejam validos ante a Constituição Federal de 1988, todos os atos e decisões procedimentais desse processo, até porque, dependendo da gravidade dos atos analisados no processo, o indivíduo poderá ter sua liberdade cerceada, conforme previsão regulamentar. Frente a isso questiona-se: existe obrigatoriedade na aplicação do duplo grau de jurisdição no processo disciplinar do exército? De forma a ampliar o estudo sobre o tema, tem-se como objetivo verificar a aplicabilidade ao duplo grau de jurisdição no processo disciplinar do exército. O presente estudo será conduzido a partir do método de abordagem dedutivo, por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, e bibliográfica com subsídios legais e doutrinários, análise da legislação vigente, de decisões dos tribunais militares e superiores, além de doutrinas, visando formar uma crítica construtiva. Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), no ano de 1948, há previsão legal de um procedimento para que qualquer indivíduo possa ser declarado culpado, o que mais tarde, na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 5º, LIV, foi recebido como devido processo legal. Ao se olhar a Carta Magna, no referido artigo legal, poderão ser observados 02 (dois) critérios básicos em todos os processos sobre égide da legislação brasileira: “LV – Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.” Este inciso da Constituição Federal deixa claro que todos os processos, inclusive os de caráter administrativos (aqui enquadram-se os processos administrativos disciplinares do Exército) estão sujeitos os dispositivos constitucionais, levando a nulidade caso tais dispositivos não sejam observados. O próprio termo de transgressão disciplinar utilizado para enquadrar atos praticados por militares encontra amparo na legislação, dispondo o art. 14 do RDE. Esta definição básica demonstra os princípios que se erguem o direito militar brasileiro, do qual se extrai o processo para apuração de possíveis transgressões a essas normas, de forma a preservar a hierarquia e disciplina dentro das instituições militares.

**Palavras-chave:** Direito. Militar. Constituição de 1988. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.



## O PROTAGONISMO FEMININO NO JUDICIÁRIO E A TRAJETÓRIA DA JUÍZA SÃO-LUIZENSE THEREZA GRISÓLIA TANG

Rafaela Gonçalves Godois<sup>1</sup>; Miriane Maria Willers (Orientadora)<sup>2</sup>; Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>3</sup>

1. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. rafaelagodois44@gmail.com
2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. profmiriane@saoluiz.uri.edu.br
3. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Ciências Sociais Aplicadas. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

Historicamente, o Poder Judiciário brasileiro é integrado, em sua maioria, por magistrados do sexo masculino. Atualmente, são apenas 38,8% das magistradas em atividade, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que pese a população brasileira seja formada por maioria de mulheres. Salienta-se que, até a década de 70, as mulheres praticamente estavam ausentes do mercado de trabalho, participação dificultada pelo machismo e pelo patriarcado. E isso, por óbvio, impactou também no acesso à magistratura. Assim, a presente pesquisa objetiva analisar o protagonismo feminino no Poder Judiciário e a luta histórica para ocupar esses espaços de poder. Além disso, conhecer a trajetória da são-luizense, Thereza Grisólia Tang (1922 – 2009), uma das primeiras magistradas do Brasil. Sua jornada pela igualdade e desejo de cursar Direito iniciou na própria família, superando as objeções dos pais, por conta da escolha e ultrapassando os estereótipos que a queriam atuando apenas nas profissões consideradas “adequadas” para a mulher. O questionamento norteador do presente estudo é o seguinte: quais as dificuldades enfrentadas por Thereza Grisólia Tang para conquistar uma vaga na magistratura e no exercício do cargo, numa época marcada pelo preconceito e a discriminação? E ainda outras questões pertinentes: nos dias atuais, quais desafios ainda persistem e são enfrentados pelas mulheres para acessar cargos no Judiciário? Qual o panorama atual dos cargos ocupados por elas na magistratura? Para responder tais questões, optou-se pelos seguintes métodos: dedutivo, histórico e comparativo. O primeiro como abordagem, utiliza-se para tratar sobre reflexões gerais acerca da luta das mulheres para acessar cargos na Magistratura, numa sociedade regrada por condutas e valores patriarcais e análise também do cenário atual. Quanto ao segundo e terceiro método, como procedimentos, foram utilizados para conhecer a trajetória da magistrada são-luizense, Thereza. Quanto às técnicas de pesquisa, utiliza-se a bibliográfica, com leitura e fichamento de livros e artigos relacionados ao tema. A igualdade entre homens e mulheres, embora tenha sido reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e, por conseguinte, na Constituição brasileira de 1988, tem sido uma luta constante. No Judiciário, essa busca não é diferente. A magistrada Thereza, pioneira nesta contenda, relatou diversos episódios enfrentados até conseguir atingir seus objetivos, como, por exemplo, cursar a graduação, acompanhada do marido devido ao preconceito da época. As sucessoras da Dra. Tang ainda enfrentam obstáculos atualmente, minimizados, no entanto, pelo fato do ingresso na magistratura se dar por concurso público, o que, em tese, prevê uma igualdade de oportunidade.

**Palavras-chave:** Judiciário; Magistratura; Protagonismo feminino; Thereza Grisólia Tang.



## CONHECER PARA VALORIZAR: O QUE TEMOS A APRENDER COM OS QUATRO TRONCOS MISSIONEIROS?

Tassiany Sebastiani de Oliveira<sup>1</sup>; Lizandra Andrade Nascimento<sup>2</sup>

1. Acadêmica do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: tassiany.sebastiani@hotmail.com.

2. Doutora em Educação. Pós-Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS – Cerro Largo. Professora na URI – São Gonzaga. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br.

**Resumo:** O projeto “O Legado dos Quatro Troncos Missioneiros como Potencializador do Turismo e da Cultura nas Missões” parte da premissa de que, para valorizar é necessário conhecer, ao desenvolver as ações e visa divulgar a obra de Cenair Maicá, Noel Guarany, Jayme Caetano Braun e Pedro Ortaça junto às novas gerações, a fim de que ampliem o conhecimento a respeito das produções desses artistas, tornando-se agentes na preservação do legado missioneiro. Diante da grandiosidade dessas obras, considera-se de fundamental importância que a mesma seja amplamente estudada e divulgada entre as novas gerações, a fim de que possam apreciá-la e nela buscar inspiração para desenvolverem a sensibilidade e as próprias potencialidades artístico-culturais. Enfim, trata-se de um legado merecedor de destaque, reconhecimento e valorização. Como bem sugere analogia ao tronco de uma árvore, de onde partiram as ramificações que preservam, reconstróem e atualizam a identidade musical missioneira (BARBOSA, 2012). Cabe, assim, impedir que a riqueza dessa obra seja esquecida ou negligenciada, lembrando dos ensinamentos de Jayme Caetano Braun: “[...] gostar é o melhor remédio, no repecho e na descida, porque na conta da vida, não adianta saldo médio!”. Que se gaste mais tempo apreciando as grandes obras de arte do que consumindo, que se aprenda a valorizar as raízes culturais. Que se valorize a liberdade e se defenda a liberdade, lembrando o que Dom Ortaça ensina: “A negra fúria guerreira, não se dobra ao opressor, enfrentam de alma aberta, o chicote e o feitor. Quem nasceu para ser livre, de pouco interessa a cor”. É preciso vivenciar o que Noel Guarany ensina payando: “[...] erguemos a pátria como quem ergue um altar e a guardamos sagrada no viver e no cantar as lendas missioneiras que jamais hão de manchar. É um dever dos payadores zelar o bem na verdade, com a guitarra nos tentos num rasgo de eternidade e seguir cruzando o mundo, escravos da liberdade [...]”. Ser escravo da liberdade é exercer a cidadania participativa, agindo em conjunto com os demais, na construção de um outro projeto de sociedade. Corroboramos a relevância de promover estudos a respeito do legado dos Quatro Troncos Missioneiros, demonstrando que um povo precisa conhecer suas raízes histórico-culturais para valorizar o patrimônio, desenvolver o gosto e a apreciação, preservar e ampliar o legado cultural a ser transmitido às novas gerações. Vale ressaltar que, em momentos desafiadores como os que vivenciamos, com escassez de políticas de valorização da educação e da cultura nacionais, torna-se ainda mais indispensável buscar estratégias que permitam refletir, conhecer e vivenciar a cultura, inclusive como forma de resistência e fortalecimento da identidade popular.

**Palavras-chave:** Troncos Missioneiros; Identidade; Cultura Missioneira; Preservação; Valorização.

## É POSSÍVEL RESSOCIALIZAR? EDUCAÇÃO E TRABALHO ENQUANTO ALTERNATIVAS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Gisele Araújo da Silva<sup>1</sup>; Larissa Nunes Cavalheiro<sup>2</sup>

1. Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga - RS. Ciências Sociais Aplicadas – Direito. E-mail: giselearaujodasilva19@gmail.com
2. Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Direito. E-mail: proflarissa@saoluiz.uri.edu

O sistema penitenciário no Brasil é um problema enfrentado há muitas décadas, decorrentes da falta de investimento em segurança pública e a superlotação dos presídios. No Brasil, existem mais de oitocentos mil presos o que gera gastos muito altos dificultando o controle estatal e consequentemente impedindo a ressocialização adequada destes apenados, em decorrência das péssimas condições em que vivem e o meio em que estão inseridos. Diante deste contexto, o presente trabalho objetiva analisar as questões recorrentes do cenário carcerário brasileiro no que se relaciona a pretensão de ressocialização. Para tanto, emerge o seguinte problema de pesquisa: Quais os limites e possibilidades para garantir a ressocialização? Para estabelecer as reflexões em relação a esta questão, optou-se pelos métodos dedutivo e tipológico. O primeiro como abordagem, parte da análise geral do cenário prisional brasileiro para então pensar nas possíveis medidas ressocializadoras. O segundo enquanto procedimento, se volta para a definição de políticas públicas comprometidas com a ressocialização, de tal modo assegurando a segurança pública. Em primeira análise, devemos observar como o ordenamento jurídico brasileiro está organizado para dar uma resposta ao indivíduo que comete um ato ilícito. A pena em si possui marcadamente duas características, sendo elas: retributiva, em que o Estado aplica uma sanção ou “castigo” em resposta ao crime cometido; preventiva, em que o poder de punir estatal gera intimidação para evitar a prática de mais delitos pelo apenado e sociedade em geral. Apesar destas características, alguns aspectos da pena não têm eficácia social, ou seja, analisando as situações dos presídios no Brasil, percebe-se que, mesmo impondo uma sanção em resposta ao crime, o caráter preventivo de intimidação não funciona em consequência da situação de superlotação, que faz com que um preso cumpra a pena e volte a cometer outros delitos por se tornar mais influente e mais experiente com esta situação. No caso especificamente da superlotação, o Estado perde o controle e facções começam a dominar os presídios, assim tornando-se muito difícil a ressocialização, que é de extrema importância para se combater o avanço da criminalidade no Brasil. Portanto, não basta que todos os crimes tenham uma resposta do Estado por meio do Poder Judiciário, pois o problema central está em analisar por quais razões este indivíduo comete o delito. Ciente disto, tenta-se então promover outros meios de sanções que sejam eficientes no combate à criminalidade, encarando a situação como um problema social que afeta não só quem está cumprindo pena privativa de liberdade, mas também a sociedade em geral. Alguns programas de educação e trabalho são fundamentais para a ressocialização do apenado, que resultam na remissão de parcela da pena através da leitura, assim incentivando e reforçando a educação, logo, tirando o foco da vida criminosa, devendo ser oportunizados a todos em iguais condições, assim como o trabalho, ambos importantes para o desenvolvimento social do apenado, de tal forma diminuindo as possibilidades de reincidência.

**Palavras-chave:** Educação; Estado; Ressocialização; Trabalho.

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UM OLHAR VOLTADO PARA A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Liara Machado Lopes<sup>1</sup>; Larissa Nunes Cavalheiro<sup>2</sup>

1. Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Direito. E-mail: 099022@saoluiz.uri.edu.br
2. Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI. São Luiz Gonzaga - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Direito. E-mail: profnarissa@saoluiz.uri.edu.br

A Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340 – traz consigo mecanismos para enfrentar a violência, coibindo e prevenindo, visando extinguir todas as formas de agressões contra a mulher, estabelecendo medidas de assistência e proteção aquelas que se encontram em situação de violência doméstica e familiar. Diante das diferentes espécies de violência elencadas na referida Lei, o presente trabalho objetiva analisar a violência psicológica, com o intuito de reforçar o conhecimento e debate acerca desta modalidade, que é tão agressiva quanto a violência física. Apesar de “invisível”, as consequências são permanentes, causando traumas, por vezes, irreparáveis. Parte-se então da seguinte inquietação: Em que medida o machismo ainda presente na sociedade “naturaliza” situações que configuram violência psicológica, assim dificultando a compreensão de que determinadas condutas são agressões contra a mulher? Pretendendo desenvolver reflexões a partir desta questão, optou-se pelos métodos dedutivo e monográfico. O primeiro, enquanto abordagem, parte da noção geral de violência para analisá-la inserida no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, em especial, as condutas que configuram a violência psicológica. O segundo, tratando-se do procedimento, volta-se para uma análise crítica mais profunda, porém sem esgotar as discussões sobre a temática aqui exposta. A violência psicológica, bem como a violência física, são agressões graves que causam diversas consequências, seja com marcas profundas no subconsciente da vítima ou marcas visíveis no corpo. Quanto a primeira espécie de agressão, configura-se por meio de manipulações, agressões verbais, humilhações, reprimendas constantes, que aumentam na mesma medida que fragilizam psicologicamente a vítima dia - a - dia, passando a mesma a se sentir culpada por cada agressão que tenha sofrido, acreditando que as mereça. Predominantemente percebe-se a violência psicológica nos denominados relacionamentos abusivos, onde a tendência é que o abusador tenha o controle e a dominação sobre a sua parceira. Diante de tamanha gravidade, necessário expor e conscientizar a sociedade em relação as condutas que implicam negativamente no psicológico da mulher, assim reforçando o combate a práticas até então percebidas como “normais” numa sociedade marcada por elementos culturais machistas. Para tanto, deve a sociedade e o Estado unirem esforços no sentido de garantir os direitos das mulheres para que tenham uma vida digna, logo, justifica-se a importância de estimular o debate acerca desta temática, que é objeto de estudo do Grupo de Pesquisa “direitos, transformação social e universo plural da cidadania”, desenvolvido no curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus São Luiz Gonzaga – RS, especificamente na Linha de Pesquisa “Gênero, Diversidades e Cidadania”.

**Palavras-chave:** Mulher; Proteção; Violência Psicológica.



## **GT III – Saúde individual e coletiva**



## BENEFÍCIOS DA FISIOTERAPIA EM PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Micheli Bourscheidt<sup>1</sup>; Ana Helena Braga Pires<sup>2</sup>

1. Acadêmica na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Área da Saúde Individual e Coletiva. Curso de Fisioterapia.  
micamb94@gmail.com
2. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. São Luiz Gonzaga. Área da Saúde Individual e Coletiva. Curso de Fisioterapia.  
anahelena@saoluiz.uri.edu.br

O processo de envelhecimento é natural a todos os seres humanos, neste período estão ocorrendo mudanças físicas, psíquicas e sociais, que são vivenciadas de forma única por cada um dependendo do contexto familiar, político, financeiro, entre outros, o qual está inserido esse idoso. O ato de institucionalização de idosos pode estar associado a problemas familiares, incapacidades físicas, aumento da dependência para realização das atividades diárias e também o surgimento de problemas psicológicos. As casas de institucionalização dos idosos, também conhecidas como lares de idosos, conta com uma grande quantidade de profissionais da área da saúde, entre eles o fisioterapeuta que visa além da fisioterapia convencional, as atividades de promoção de saúde, objetivando a reabilitação dos idosos atuando na melhoria da capacidade cognitiva e funcional. O objetivo dessa pesquisa é buscar na literatura os benefícios da promoção da saúde para os idosos institucionalizados correlacionando com a vivência obtida durante a realização do estágio em Promoção a Saúde. A metodologia utilizada foi uma busca nas bases de dados eletrônicas Scielo, Portal Regional da BVS e Google Acadêmico com os descritores: idosos institucionalizados, promoção da saúde e fisioterapia, os critérios de inclusão foram artigos dos últimos cinco anos, publicados em revistas, onde os artigos foram analisados primeiramente pelo título, leitura do resumo e após o artigo na íntegra. Foram encontrados para essa pesquisa 10 artigos condizentes com o assunto. A realização das atividades durante o estágio com idosos institucionalizado eram semanais, onde se realizava atividade lúdicas de forma diversificada promovendo a socialização entre os idosos, bem como a estimulação da memória com jogos, motricidade fina com pinturas, treino de marcha e equilíbrio com uso de circuitos, entre outros. Todos os artigos escolhidos evidenciaram a necessidade de um fisioterapeuta nessas instituições, em vista que esses idosos muitas vezes encontram-se deprimidos e desmotivados, sem perspectivas de melhora da qualidade de vida, muitas vezes sem contato com amigos ou familiares. As pesquisas definiram que o fisioterapeuta atua na melhora da independência funcional, trazendo mais autonomia ao idoso e uma melhora da qualidade de vida, propondo atividades de socialização, melhora da propriocepção, diminuição da fraqueza muscular, melhora da condição cardiorrespiratória com exercícios em grupo e de forma lúdica. Na experiência durante o estágio, os idosos mostravam-se mais felizes após os atendimentos e praticavam todas as atividades dispostos e animados. Conclui-se ao final desta revisão que a fisioterapia vai além da reabilitação física, ela serve para promover a saúde, sendo muito necessária principalmente tratando-se de idosos institucionalizados, pois além do processo do envelhecimento e a diminuição da função, trata também o bem estar psíquico já que o idoso ganha mais autonomia, mostrando que o envelhecimento pode ocorrer de forma saudável.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Qualidade de Vida; Fisioterapia.

